UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS



Desfibramento do sisal, crianças trabalhando, Irecê, Bahia, 1962. Acervo IBGE (Foto CNG 10985)

IMAGENS DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968)

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

Vera Lucia Cortes Abrantes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

IMAGENS DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968)

Tese apresentada como requisito para a obtenção
do grau de Doutor em Memória Social da UNIRIO.

Doutoranda: Vera Lucia Cortes Abrantes
Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Icléia Thiesen

Rio de Janeiro
junho 2010

Abrantes, Vera Lucia Cortes.
A161 Imagens do trabalho feminino no Brasil : um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968) / Vera Lucia Cortes Abrantes, 2010.
210f. + CD-ROM

Orientador: Icléia Thiesen.
Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

1. Fotografia. 2. Trabalho feminino. 3. Tempo e espaço. 4. Memória – Aspectos sociais. I. Thiesen, Icléia. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 770

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

VERA LUCIA CORTES ABRANTES

IMAGENS DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968)

BANCA EXAMINADORA:

_____
Prof[a]. Dr[a]. Icléia Thiesen (UNIRIO)
(Orientadora)

_____
Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UFRJ)

_____
Prof[a]. Dr[a]. Ana Maria Mauad (UFF)

_____
Prof[a]. Dr[a]. Rosa Inês de Novais Cordeiro (UFF)

_____
Prof[a]. Dr[a]. Anita Correia Lima (UNIRIO)

Suplentes: _____
Prof. Dr. Roberto Schmidt de Almeida (UERJ)

_____
Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcante de Miranda (UNIRIO)

Fotografar é apropriar-se da coisa fotografada. É envolver-se numa certa relação com o mundo que se assemelha com o conhecimento – e por conseguinte com o poder.

Susan Sontag

Agradecimentos

Nesse percurso até aqui cumprido, um número significativo de pessoas dividiu comigo as aflições e as satisfações dessa tarefa.

Devo, acima de tudo, a minha orientadora, professora Icléia Thiesen, que desde o mestrado e, nestes anos de estudo partilhou não apenas seu conhecimento, mas também sua amizade e solidariedade. Seu interesse no acompanhamento da pesquisa instigou a busca de novos caminhos. Atribuo meu amadurecimento como pesquisadora à confiança que em mim sempre depositou.

Sou grata à professora Rosa Inês de Novais Cordeiro por ter me dado as primeiras indicações do que seria uma investigação realizada a partir de fotografias quando me orientou na graduação.

Tenho também a agradecer aos entrevistados, Eva Menezes de Magalhães, Wilson de Souza Aranha, José César de Magalhães, Rubens Moreno Mazzola, Carlos de Castro Botelho, Maria Francisca Thereza Cavalcanti Cardoso, Henrique de Azevedo Sant'anna e Orlando Valverde (*in memorian*) que com suas narrativas me permitiram reconstituir fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo e da trajetória do fotógrafo Tibor Jablonszky. À Irene de Carvalho Jablonszky, viúva de Tibor, por ter participado ainda que discretamente do depoimento de Eva Menezes de Magalhães. Muito obrigada.

Aos companheiros do IBGE, especialmente Helena Bezerra Torelly, meu agradecimento pelo auxílio na obtenção das informações e inestimável apoio.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, pelo incentivo e amizade. Ao professor Marco Aurélio Santana meus sinceros agradecimentos pelo estímulo em suas aulas e eventos dos quais participei.

Pessoas muito queridas e próximas me deram alegrias que eu gostaria, fossem reconhecidas neste volume. Ao Edno dedico a parte boa de meus resultados.

RESUMO

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Imagens do trabalho feminino no Brasil: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968). Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO, 2010, p. 210. Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Icléia Thiesen.

A pesquisa tem por objetivo investigar a produção fotográfica de Tibor Jablonszky no que se refere às representações construídas sobre trabalho feminino segundo o ponto de vista do profissional a serviço de uma instituição de governo. Sabendo que se trata de um acervo produzido durante as excursões geográficas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no sentido de se construir um corpo de conhecimentos geográficos sobre o Brasil, procuramos, ainda, caracterizar as condições de produção do arquivo fotográfico e seu uso como fonte histórica para a reconstrução da memória social do trabalho feminino no país nas décadas de 1950 e 1960.

ABSTRACT

The aim of this research is to investigate the photographic production of Tibor Jablonsky with regard to representations built on the female work according to the professional´s view at service of an institution of government. Knowing that this is a collection produced during the geographical tours carried out by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, in order to build a corpus of geographical knowledge about Brazil, we intend to characterize the conditions of photographic file production and its use as a historical source for the reconstruction of social memory of women´s work in the country in the decades of 1950 and 1960.

Lista de fotografias

Foto 1. Presidente Getúlio Vargas junto ao Presidente do IBGE, embaixador José Carlos de Macedo Soares (à esquerda de Getúlio Vargas) e ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, Christóvam Leite de Castro (à direita de Getúlio Vargas, segurando a faixa) inaugura a Exposição Nacional dos Mapas Municipais. Acervo IBGE / 30
Foto 2 (Foto CNG 2229). Vaqueiros da Ilha de Marajó, Pará, 1953 / 35
Foto 3 (Foto CNG 6538). Vaqueiro da Fazenda Saco dos Cochos, Cordisburgo, Minas Gerais, 1958 / 35
Foto 4 (Foto CNG 1449). Gaúchos, Rio Pardo, Rio Grande do Sul, 1954 / 36
Foto 5. Tibor Jablonszky no Setor de Fotografia e Cinema, [197?], posa para o fotógrafo do IBGE Rubens Mazzola. Acervo particular Rubens Mazzola / 70
Foto 6. Fotógrafos e técnicos do Setor de Fotografia e Cinema posam para o fotógrafo do Setor Gilson Costa. Tibor Jablonszky é o terceiro à direita de óculos e terno, [196?] Acervo Rubens Mazzola (primeiro à direita) / 73
Foto 7. Negativo CNG 11095, casebres e habitantes do São Francisco, Pernambuco, 1962 / 76
Foto 8 (CNG 2162). Desfibramento de malva em um igarapé, Castanhal, Pará, 1953 / 85
Foto 9 (CNG 1055). Preparação da farinha de mandioca, Tarauacá, Território do Acre, 1953 / 86
Foto 10 (CNG 3581). Aspecto do beneficiamento da carnaúba, Barras, Piauí, 1957 / 87
Foto 11 (CNG 10981). Desfibramento do sisal, Irecê, Bahia, 1962 / 89
Foto 12 (CNG 10983). Desfibramento do sisal, detalhe, processo manual, criança trabalhando, Irecê, Bahia, 1962 / 89
Foto 13 (CNG 10986). Desfibramento do sisal, mulheres e crianças trabalhando, Irecê, Bahia, 1962 / 90
Foto 14 (CNG 12494). Filha de colono polonês trançando fumo, Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, 1965 / 91
Foto 15 (CNG 3464). Quebradora de coco babaçu, Codó, Maranhão, 1957 / 92
Foto 16 (CNG 3465). Quebradora de coco babaçu, Codó, Maranhão, 1957 / 93
Foto 17 (CNG 12284). Mateiros (mate) fases da colheita, Ponte Serrada, Santa Catarina, 1965 / 94
Foto 18 (CNG 11205). Cordoaria, Caririaçu, Ceará, 1962 / 95
Foto 19 (CNG 11210). Cordoaria, Caririaçu, Ceará, 1962 / 95
Foto 20 (CNG 8550). Detalhe do interior da cantina (Linha Edite), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 1959 / 96
Foto 21 (CNG 11199). Aspecto da agricultura, trabalhadores em sua labuta, palmeiras “catolé”, Caririaçu, Ceará, 1962 / 97
Foto 22 (CNG 10358). Laranjal novo, Taquaritinga, São Paulo, 1960 / 98
Foto 23 (CNG 1617). Safra de algodão, Surubim, Pernambuco, 1953 / 99
Foto 24 (CNG 10359). Colheita de algodão, Taquaritinga, São Paulo, 1960 / 99
Foto 25 (CNG 10364). Colheita de algodão, Taquaritinga, São Paulo, 1960 / 100
Foto 26 (CNG 13155). Algodão em terra roxa, Rondon, Paraná, 1965 / 100
Foto 27 (CNG 13183). Colheita de algodão, Loanda, Paraná, 1965 / 101
Foto 28 (CNG 7458). Mulheres colhendo café, vendo-se utensílios, Fazenda Mata, Ouro Fino, Minas Gerais, 1955/ 102
Foto 29 (CNG 1860). Trabalho com rodo no terreiro de café, Apucarana, Paraná, 1955 / 103

Foto 30 (CNG 1930). Primeira fase da limpeza do café (peneiração), Jandaia do Sul, Paraná, 1955 / 104
Foto 31 (CNG 2042). Secagem de café no quintal, Ratones, Florianópolis, Santa Catarina, 1955 / 104
Foto 32 (CNG 6082). Trabalhadores podando o chá, Registro, São Paulo, 1958 / 105
Foto 33 (CNG 9857). Coleta de amendoim, Presidente Bernardes, São Paulo, 1960 / 106
Foto 34 (CNG 9875). Coleta de amendoim, Santo Anastácio, São Paulo, 1960 / 106
Foto 35 (CNG 12417). Carroça de boi com fumo, São Carlos, Santa Catarina, 1965 / 107
Foto 36 (CNG 1486). Colono transportando fumo, Candelária, Rio Grande do Sul, 1954 / 108
Foto 37 (CNG 8731). Carro de boi carregado de cana, Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, 1959 / 108
Foto 38 (CNG 2602). Família flagelada pela enchente, vivendo à beira d'água, Manaus, Amazonas, 1953 / 109
Foto 39 (CNG 11103). Rio São Francisco – Lavadeiras, Cabrobó, Pernambuco, 1962 / 110
Foto 40 (CNG 11031). Açude de Serrolândia – Lavadeiras DNOCS, Jacobina, Bahia, 1962/ 111
Foto 41 (CNG 11035). Açude de Serrolândia – Lavadeira, Jacobina, Bahia, 1962/ 111
Foto 42 (CNG 10528). Entre Iconha e Anchieta – Passagem decorrente das variações do nível do mar. A última regressão marinha é testemunhada por sedimentos pluvio-marinhos que se encontram no antigo leito do rio, Piúma, Espírito Santo, 1960 / 112
Foto 43 (CNG 6872). Casa de colono na "Colônia Mazagão", Mazagão, Amapá, 1953 / 113
Foto 44 (CNG 11085). Rio São Francisco (um braço), vendo-se balsa, Cabrobó, Pernambuco, 1962 / 113
Foto 45 (CNG 4971). Mulheres carregando lenha para cozinhar, perto da Praia do Poço, a caminho de Cabedelo, João Pessoa, Paraíba, 1957/ 114
Foto 46 (CNG 321). Bordadeiras no Sítio São Francisco, perto de Majorlândia, Aracati, Ceará, 1952 / 115
Foto 47 (CNG 324). Rendeira, Aracati, Ceará, 1952/ 116
Foto 48 (CNG 2043). Mulher rendeira, Ratones, Florianópolis, Santa Catarina, 1955 / 117
Foto 49 (CNG 11684). Tecelã ao tear – Artesanato doméstico, Cuiabá, Mato Grosso, 1962 / 118
Foto 50 (CNG 11105). Rio São Francisco – Crianças lavando roupa, Cabrobó, Pernambuco, 1962 / 119
Foto 51 (CNG 9807). Habitação provisória, casa de lona, Cruzeiro do Oeste, Paraná, 1960 / 119
Foto 52 (CNG 6818). Menina transportando leite, Além Paraíba, Minas Gerais, 1958 / 120
Foto 53 (CNG 6819). Menina transportando leite, Além Paraíba, Minas Gerais, 1958 / 120
Foto 54 (CNG 2403). Casa de seringueiro, Cuiabá, Mato Grosso, 1955 / 121
Foto 55 (CNG 2405). Cozinha primitiva no interior da casa do seringueiro, Cuiabá, Mato Grosso, 1955 / 121
Foto 56 (CNG 6102). Homens, mulheres e crianças descascando o palmito na Fábrica de Palmito e Manjuba Caiçara, Iguape, São Paulo, 1958 / 122

Foto 57 (CNG 8635). Aspecto do interior da fábrica de champanhe Georges Aubert, Garibaldi, Rio Grande do Sul, 1959 / 123
Foto 58 (CNG 8638). Aspecto do interior da fábrica de champanhe Georges Aubert, Garibaldi, Rio Grande do Sul, 1959 / 123
Foto 59 (CNG 8640). Aspecto do interior da fábrica de champanhe Georges Aubert, Garibaldi, Rio Grande do Sul, 1959 / 124
Foto 60 (CNG 8959). Fábrica de cigarros Sinimbu, Sinimbu, Rio Grande do Sul, 1959 / 124
Foto 61 (CNG 8963). Fábrica de cigarros Sinimbu, Sinimbu, Rio Grande do Sul, 1959 / 125
Foto 62 (CNG 8964). Fábrica de cigarros Sinimbu, Sinimbu, Rio Grande do Sul, 1959 / 125
Foto 63 (CNG 8892). Interior da fábrica de sapatos Grande Gala, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 1959 / 126
Foto 64 (CNG 8893). Interior da fábrica de sapatos Grande Gala, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 1959 / 126
Foto 65 (CNG 10019). Fábrica de leques, Lins, São Paulo, 1960 / 127
Foto 66 (CNG 10021). Fábrica de leques, Lins, São Paulo, 1960 / 127
Foto 67 (CNG 10022). Fábrica de leques, Lins, São Paulo, 1960 / 128

Lista de figuras

Fig. 1. Página da carteira de identidade de Tibor Jablonszky, emitida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros / 71
Fig. 2. Página do caderno de anotações manuscritas onde aparece o negativo CNG 11095 do Estado de Pernambuco / 77
Fig. 3. Capa do caderno de legendas datilografadas do Estado de Pernambuco / 78
Fig. 4. Página do caderno de legendas datilografadas do Estado de Pernambuco onde aparece o negativo CNG 11095 / 79
Fig. 5. Ficha cartonada onde está guardado o negativo CNG 11095 / 80
Fig. 6. Frente e verso da ficha cartonada onde está colado o contato CNG 11095 / 80
Fig. 7. Reprodução da fotografia CNG 2162 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 130
Fig. 8. Frente e verso da ficha do contato CNG 2162 / 131
Fig. 9. Reprodução da fotografia CNG 1055 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 132
Fig. 10. Frente e verso da ficha do contato CNG 1055 / 133
Fig. 11. Reprodução da fotografia CNG 3580 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 134
Fig. 12. Frente e verso da ficha do contato CNG 3580 / 135
Fig. 13. Reprodução da fotografia CNG 3581 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 136
Fig. 14. Reprodução da fotografia CNG 3581 na Revista Brasileira de Geografia / 136
Fig. 15. Frente e verso da ficha do contato CNG 3581 / 137
Fig. 16. Reprodução da fotografia CNG 3585 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 138
Fig. 17. Frente e verso da ficha do contato CNG 3585 / 139
Fig. 18. Reprodução da fotografia CNG 3464 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 140
Fig. 19. Frente e verso da ficha do contato CNG 3464 / 141

Fig. 20. Reprodução da fotografia CNG 3465 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 142
Fig. 21. Frente e verso da ficha do contato CNG 3465 / 143
Fig. 22. Reprodução da fotografia CNG 321 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 144-145
Fig. 23. Frente e verso da ficha do contato CNG 321 / 146
Fig. 24. Reprodução da fotografia CNG 10961 na Revista Brasileira de Geografia / 147
Fig. 25. Frente e verso da ficha do contato CNG 10961 / 148
Fig. 26. Reprodução da fotografia CNG 6102 na Revista Brasileira de Geografia / 149
Fig. 27. Frente e verso da ficha do contato CNG 6102 / 150
Fig. 28. Reprodução das fotografias CNG 2403 e CNG 2405 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros / 151
Fig. 29. Frente e verso da ficha do contato CNG 2403 / 152
Fig. 30. Frente e verso da ficha do contato CNG 2405 / 153

Lista de quadros e tabelas

Quadro 1. Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo (1952-1968) / 29
Quadro 2. Roteiro das excursões do XVIII Congresso Internacional de Geografia / 68
Tabela 1. Imagens do trabalho no Brasil (1952-1968) / 33
Tabela 2. Mulheres presentes de 10 anos e mais, por grupos de idade, segundo ocupação no ramo da atividade principal - 1950 / 38-39
Tabela 3. Mulheres de 10 anos e mais, por grupos de idade, segundo ocupação no ramo da atividade principal / 40
Tabela 4. Imagens do trabalho feminino no Brasil (1952-1968) / 42

Lista de mapas

Mapa 1. Divisão Regional do Brasil / 32
Mapa 2 . XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 1: Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Matogrossense / 59
Mapa 3. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 2: Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce / 60
Mapa 4. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 3: Roteiro do café e zonas pioneiras / 61
Mapa 5. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 4: Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo / 62
Mapa 6. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 5: Planície litorânea e zona canavieira do Estado do Rio de Janeiro / 63
Mapa 7. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 6: Bahia / 64
Mapa 8. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 7: Nordeste / 65
Mapa 9. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 8: Amazônia / 66
Mapa 10. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Excursão 9: Planalto meridional do Brasil / 67

SUMÁRIO

Introdução 13

Capítulo 1 – Fotografia, memória e espaço: caminhos teóricos-metodológicos 18
1.1 A fotografia como documento e fonte de informação 19
1.2 Procedimentos metodológicos 26

Capítulo 2 – O IBGE, as pesquisas geográficas de campo e a formação do arquivo fotográfico 48
2.1 O IBGE e a institucionalização da Geografia no Brasil 49
2.2 Os trabalhos geográficos de campo e o conhecimento do território nacional 53
2.3 O Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo 69

Capítulo 3 – A produção fotográfica de Tibor Jablonszky e a memória do trabalho feminino 83
3.1 Trabalho na agricultura familiar..... 84
3.2 Trabalho doméstico..... 109
3.3 Trabalho industrial..... 122

Capítulo 4 – Circuito informacional das imagens 129
4.1 As publicações..... 130
4.2 Os cursos para professores de geografia..... 154

5 Considerações finais..... 161

6 Referências..... 165

Anexo I Roteiro de entrevistas 175
Anexo II Quadro sinótico das entrevistas 178
Anexo III Notas biográficas dos entrevistados 180
Anexo IV Espaço fotográfico 186
Anexo V Espaço da figuração 192
Anexo VI Espaço geográfico 200
Anexo VII Formulários do Sistema Infobib 210

Imagens do trabalho feminino no Brasil: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968)

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

Introdução

A multiplicação de documentos providos de linguagem não textual evidenciou a necessidade de se estudar o significado e o conteúdo cultural desse material. A fotografia é um documento visual e seu conteúdo se mostra como meio de conhecimento e informação. Muitas vezes informações visuais contidas numa imagem permitem melhor compreensão do passado.

É nesse sentido que investigamos a relação entre fotografia, memória e trabalho feminino nos registros do fotógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tibor Jablonszky. A produção fotográfica de Jablonszky, recortada do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, adequou-se à importância de se estudar a fotografia como fonte de (re)conhecimento dos diferentes aspectos do território brasileiro.

A escolha por Jablonszky deve-se ao fato de ter fotografado a realidade física e social do país em sua amplitude espacial, incluindo o cotidiano de vida do povo brasileiro. Diante da qualidade do acervo, torna-se oportuno enfocar as condições de formação do Arquivo, informações essenciais para a memória da Instituição. O IBGE desde a sua criação[1] procurou promover a especialização de seus técnicos, utilizando os mais modernos métodos de pesquisa. Prática consagrada entre instituições e sociedades geográficas internacionais, as excursões de estudo possibilitavam a oportunidade de observações *in loco*, o que permitia explorar o território brasileiro, ainda tão carente de informações geográficas. Ativos pesquisadores de campo afirmam que nessas observações os registros fotográficos eram utilizados como forma de documentar especificidades de cada região e a imagem representava a prova da existência dessas características. Não podemos esquecer, também, que havia o propósito de se criar um arquivo fotográfico no sentido de disponibilizá-lo para pesquisadores não só do IBGE, assim como professores e alunos das instituições de ensino.

Tibor Jablonszky produziu 9 254 imagens para o arquivo entre 1952 e 1968. Vale ressaltar que durante alguns anos o fotógrafo chefiou o Setor de Fotografia e Cinema do Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, o que pode ter contribuído

[1] A data de criação do IBGE é 29 de maio de 1936, ocasião em que foram regulamentadas as atividades do Instituto Nacional de Estatística (INE). Com a extinção do INE, instituiu-se o IBGE em 26 de janeiro de 1938, composto pelo Conselho Nacional de Estatística – criado em 17 de novembro de 1936; Conselho Nacional de Geografia – criado em 24 de março de 1937; e Comissão Censitária Nacional – organizada em 02 de fevereiro de 1938. (PENHA, 1993).

para sua expressiva produção. O marco inicial, 1952, coincide com o ano da fotografia mais antiga e o marco final, 1968, com as mais recentes que ainda se encontram preservadas. No entanto, em 1968 ocorre uma mudança dos procedimentos metodológicos nos estudos geográficos – os resultados desses estudos são representados em quadros e tabelas elaborados com dados dos levantamentos estatísticos, evidenciando a chegada de nova metodologia conhecida como "Geografia Quantitativa". Daí em diante os fotógrafos do Setor continuaram somente registrando imagens dos eventos em que o IBGE participava e/ou promovia.

Nossa pesquisa caracterizou-se pela seleção do material fotográfico que constitui a produção de Jablonszky, identificando ao mesmo tempo conteúdos visíveis nas imagens relacionados ao tema trabalho. Tomamos emprestado o conceito de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE), adequando-o ao interesse da nossa pesquisa. Olhando o conjunto, 791 fotos se ajustaram aos critérios inicialmente estabelecidos.

As fotografias enfatizam o corpo e a pose, contextualizando a imagem dos trabalhadores em seus espaços de trabalho. Percebemos que existe uma valorização do homem rural, num país ainda eminentemente agrícola, mas que trilhava o caminho da industrialização desde o Governo Provisório instalado em 1930. Notamos que, em sua maioria, representam os tipos humanos característicos de cada região do Brasil, evidenciando uma imagem positiva para o trabalhador, nos moldes das gravuras bastante conhecidas desenhadas por Percy Lau e Francisco Barboza Leite, para a seção Tipos e Aspectos do Brasil da *Revista Brasileira de Geografia* publicada pelo IBGE. Esse conjunto de informações aponta para um caminho de análise que realça o homem em seu ambiente de trabalho, mostrando nuanças da sua região.

Estudos sobre o tema trabalho, que tratam das relações de gênero apontam elementos que diferenciam as experiências de trabalho de homens e mulheres, elementos que poderiam estar presentes nas fotografias de Tibor Jablonszky. Nesse contexto, esta pesquisa investiga representações das trabalhadoras marcadas por valores culturais e sociais que definem os lugares das mulheres e meninas, diferenciados e desiguais. Há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres.

Propomos, também, por se tratar de um recorte do acervo fotográfico produzido durante as excursões geográficas promovidas pelo IBGE, caracterizar as condições de formação do arquivo e seu uso como fonte histórica para a reconstrução da memória do

trabalho feminino, e elaborar a partir da leitura das imagens, um “retrato” do trabalho feminino no país entre 1952 e 1968.

A decisão de empreender essa investigação se faz oportuna pelo ineditismo do tema investigado – fotografia e trabalho feminino –, temática pouco explorada em outras pesquisas e, sobretudo, pela importância dessa documentação imagética jamais estudada sob o ponto de vista do trabalho, da memória e do espaço, segundo o “olhar” de um imigrante ou, sob qualquer outro aspecto.

Alguns estudos acadêmicos tomam a imagem como fonte histórica para a reconstituição da memória sobre o mundo do trabalho e as condições de vida dos trabalhadores. Maria Ciavatta publicou em 2002 o livro “O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)”, em que apresenta conceitos fundamentais para a interpretação da imagem fotográfica e a análise de fotografias do mundo do trabalho através de leitura intertextual, a partir de outras fontes sobre as imagens e seu contexto, no período focalizado.

A revista *Cadernos de Antropologia e Imagem,* organizada pelo Núcleo de Antropologia e Imagem, Departamento de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ, também dedicou o número 19 (2004) ao tema trabalho, em que os colaboradores apresentam especialmente, a análise de imagens em movimento com o objetivo de propiciar reflexão sobre os modos de trabalhar e viver do trabalho e as formas por meio das quais eles se conectam com outras dinâmicas ou esferas da vida social, como o desemprego, os sindicatos, a ação coletiva e a política.

O primeiro passo para a análise da série trabalho feminino na produção de Jablonszky consistiu em estabelecer uma norma de seleção das fotografias – mulheres e meninas desempenhando qualquer ocupação em seus espaços de trabalho ou moradia –. Obtivemos, então, um conjunto com 116 imagens fotográficas que foram categorizadas segundo as classes de trabalho feminino e trabalho feminino infantil nos seguintes temas: **trabalho na agricultura familiar**; **trabalho doméstico** e **trabalho industrial**. Nesse sentido, cada tema do conjunto fotográfico foi organizado segundo a atividade realizada pelas mulheres e meninas.

Analisar imagens implica em investir de sentido o passado. A imagem não fala por si, perguntas devem ser feitas. A capacidade de leitura de quem observa, é que

proporciona significados à imagem. Desta forma, questões fundamentais orientaram nossas reflexões.

Seriam as fotografias produzidas por Tibor Jablonszky imagens identificadas com as diretrizes do governo federal por ser ele um profissional a serviço de uma instituição ligada originariamente ao gabinete da Presidência da República? E, permeando esse contexto, consideramos ainda a tarefa fundamental do IBGE de organizar e incrementar fluxos de informação em todo o território brasileiro.

A produção fotográfica de Jablonszky pode ter sido construída segundo valores que se desejava fossem incorporados? Instituído como um órgão consultivo, deliberativo e executivo, as práticas do IBGE estiveram intimamente conectadas às metas governamentais e, as estratégias formuladas para o território nacional visavam a consolidar uma sólida estrutura territorial para fazer frente aos desafios do desenvolvimento econômico-industrial.

O fotógrafo encontrou um meio para desfrutar uma relativa independência ao realizar seu trabalho ou limitou-se a seguir orientações dos geógrafos a serviço da Instituição?

Há nas imagens de Jablonszky a construção de um discurso visual que organiza o conhecimento da realidade do trabalho de mulheres e meninas nas Regiões do Brasil?

Ainda que este estudo tenha como proposta fundamental analisar o trabalho feminino representado em imagens, proporcionou também a oportunidade de conhecer a trajetória de um imigrante húngaro e o "olhar" deste imigrante sobre o país. A história oral, usada como metodologia de pesquisa, revelou a rede profissional que o fotógrafo formou no Brasil. O recorte temático das entrevistas enfatiza aspectos vinculados ao ato de fotografar as pesquisas geográficas de campo, e a Tibor Jablonszky em especial. Traçamos um roteiro único (Anexo I) e gravamos os depoimentos[2].

O primeiro depoimento, da geógrafa Eva Menezes de Magalhães, aconteceu em 14 de fevereiro de 2008; o segundo, do fotógrafo Wilson de Souza Aranha realizamos em 13 de março de 2008; gravamos o terceiro com o geógrafo José César de Magalhães, em 03 de julho de 2008; e o quarto entrevistado, Rubens Moreno Mazzola nos atendeu em 12 de janeiro de 2009. As entrevistas previstas com o fotógrafo Tomas Somlo e com

[2] O quadro sinótico das entrevistas encontra-se no Anexo II. As notas biográficas dos entrevistados elaboradas com dados extraídos das entrevistas podem ser vistas no Anexo III.

a servidora do Setor de Fotografia e Cinema, Cléia da Silva Machado, não aconteceram. Wilma Mazzola, em sua narrativa, lembrou apenas que seu trabalho no Setor era burocrático e que entre um memorando e um crédito rotativo, datilografou legendas e carimbou fichas de contato[3] com o número de registro de cada negativo.

Utilizamos, ainda, os depoimentos dos geógrafos Orlando Valverde, Henrique Sant'anna, Maria Francisca Cardoso e Carlos Botelho, tomados para nossa dissertação "Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968): imagens e representações numa abordagem da história oral" que, sem dúvida, acrescentam informações essenciais sobre a formação do arquivo fotográfico.

Demonstradas as linhas gerais da tese, quatro capítulos são esboçados. No Capítulo 1 apresentamos a abordagem teórica utilizada em nossa investigação: conceitos fundamentais para se entender a fotografia como documento; questões sobre o uso de arquivos como fonte histórica; principais autores que concebem a memória social como uma construção social; reflexões sobre a relação de gênero no trabalho; estratégias para desenvolvimento da pesquisa; e as categorias investigadas: espaço fotográfico, espaço da figuração e espaço geográfico.

O Capítulo 2 trata de contribuições à institucionalização da Geografia no Brasil: criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; constituição do Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE; expedições geográficas que deram origem a documentação fotográfica; fragmentos da trajetória de Tibor Jablonszky como fotógrafo e a discussão que acompanha sua produção fotográfica; e organização do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

A leitura das imagens fotográficas segundo setores de atividade onde o trabalho feminino se concentra compõe o Capítulo 3.

O circuito informacional através do qual as imagens do trabalho feminino circulava dentro e fora dos muros do IBGE é o tema do Capitulo 4.

[3] Contato é uma cópia não ampliada de um negativo em papel. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). 1982, p. 32.

Capítulo 1
Fotografia, memória e espaço: caminhos teóricos-metodológicos

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

1.1 A fotografia como documento e fonte de informação

Durante muito tempo o documento escrito[4] destacou-se como principal fonte de reconstrução do passado, em detrimento de outras matrizes que se afastavam dos padrões até então vigentes. Essa primazia do texto, inerente à concepção de documento histórico, perpassará as primeiras décadas do século XX, até que Lucien Febvre e Marc Bloch[5] insistem na necessidade de ampliação do escopo da noção de documento. A falta de registros escritos não poderia significar a ausência de possibilidade de escrita da história.

O documento em seu sentido mais amplo, ou melhor, "o novo documento alargado para além dos textos tradicionais deve ser tratado como documento/monumento" (LE GOFF, 1990, p. 549), isto é, nessa renovada visão tudo o que está relacionado ao homem pode ser utilizado como fonte da história. O documento fotográfico, percebido criticamente como um monumento, permite desvendar o ausente, o oculto e o invisível de uma referência do visível, explicitando as subjetividades que se abrigam neste importante e estratégico suporte iconográfico de pesquisa.

Nesse sentido, podemos considerar os conteúdos das imagens como fontes históricas de abrangência multidisciplinar. Estudos sobre a teoria da fotografia se situam no período entre a publicação do livro de Roland Barthes, *La chambre claire*, em 1979 e do livro de Jean-Marie Shaeffer, *L'image précaire*, de 1987. Nos anos 80 foram publicados mais alguns livros entre os quais *L'acte photographique*, de Philippe Dubois.

Barthes e Dubois trabalharam conceitos essenciais para se entender a fotografia como documento que revela a realidade e a discussão que a acompanha. Para Roland Barthes (1984), a fotografia não rememora o passado, mas o efeito produzido por ela é o de atestar que o que se vê de fato existiu. Segundo o autor pode-se afirmar "isso foi", a fotografia assegurando que "alguém esteve lá". Em linhas gerais Philippe Dubois (1994) articula a relação imagem fotográfica com o seu referente (do que ele representa) em três tempos: a fotografia como espelho do real (um testemunho); a fotografia como transformação do real (um indício); a fotografia como traço do real (uma referência).

[4] De acordo com a forma como a escola histórica positivista entendia o termo documento, entre o final do século XIX e início do século XX, a comprovação teria sua materialização, preferencialmente, em testemunhos escritos (MIGUEL, 1993; CIAVATTA, 2008).
[5] Pioneiros da Nova História e fundadores da Revista Escola dos Anais (MIGUEL, 1993; CIAVATTA, 2008).

Dubois desenvolve seu estudo em torno da noção de índice, essa dimensão indicadora da imagem fotográfica encontrada na semiologia de Charles Sanders Peirce. Assim, articula a relação imagem fotográfica com o seu referente – do que ele representa – em três tempos:

– O primeiro tempo, discurso da mimese, vê a fotografia como espelho do real, uma reprodução mimética do real. O efeito da realidade encontra-se na semelhança existente entre a foto e o seu referente. A fotografia concebida como espelho do mundo, traduz a imitação mais perfeita de realidade. A imagem fotográfica é assimilada por Dubois ao conceito peirceano de **ícone**. Nesse momento a fotografia conserva o passado e sua função é documental. "A foto, naquilo que faz o próprio surgimento de sua imagem, opera na ausência do sujeito" (DUBOIS, 1994, p. 32).

– No segundo, o discurso do código e da desconstrução, ocorre a transformação do real. A imagem fotográfica não é um espelho neutro e deve ser analisada como uma interpretação/transformação do real. A fotografia é um conjunto de códigos – sob todos os pontos de vista, técnico, sociológico, estético etc. – um **símbolo** em termos peirceanos. Dubois (1994, p. 42) explica que "a fotografia deixa de aparecer como transparente, inocente e realista por essência. Não é mais veículo incontestável de uma verdade empírica."

– O terceiro tempo, discurso do índice e da referência, considera a fotografia como um traço do real. Neste momento existe um retorno ao referente, sem a ilusão mimética. Sua realidade é uma afirmação de existência. É um **índice** no sentido de Peirce. A foto-índice "afirma a nossos olhos a *existência* do que ela representa (o "isso foi" de Barthes), mas nada nos diz sobre o sentido dessa representação, ela não nos diz "isso quer dizer aquilo" (DUBOIS, 1994, p. 52, grifo do autor).

Dubois (1994) nos ajuda a compreender a fotografia como um testemunho, um indício e uma referência da realidade aparente, entretanto a fotografia também é uma representação, uma construção, uma fabricação e uma ficção. Apesar da aparente credibilidade, as imagens podem ser produzidas para usos individuais ou coletivos. Ocorrem omissões intencionais, acréscimos e manipulações variadas, dependendo dos fins a que se destinam.

O documento fotográfico tem uma realidade própria que não corresponde, necessariamente, à realidade do tema fotografado, nem ao uso que se faz da imagem. Fotografia como um reflexo da realidade não passa de mito – *"No limite, não existe um documento-verdade"* (LE GOFF, 1990, p. 548). Pierre Sorlin (1994) também questiona o estatuto de veracidade ainda atribuído à fotografia de caráter documental. O realismo fotográfico se refere apenas à realidade da fotografia. Para o autor isso diz respeito ao processo de criação de realidades que a leitura deste documento proporciona junto aos mais diferentes receptores ao longo do tempo, em conformidade com o repertório cultural, a ideologia, interesses econômicos e políticos, comprometimentos e convicções individuais.

Sobre o realismo fotográfico Burke comenta sobre a facilidade com que alguém pode ser enganado pela impressão de realidade que uma foto dá. Por mais que a imagem esteja fielmente retratada, o que se vê é apenas uma parte do todo, a visão do fotógrafo, e este pode forjar uma cena.

> As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim, visões contemporâneas daquele mundo [...] O testemunho das imagens necessita ser colocado no "contexto", ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante [...] Uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais [...] No caso de imagens, como no caso de textos, o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos mas significativos – incluindo ausências significativas – usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir (BURKE, 2004, p. 236-238).

O documento, seja de que tipo for, conservado e depois recuperado com o objetivo de demonstrar veracidade de um fato, não passa de mais um dado de informação. Questões tradicionais provocadas pelo uso de arquivos podem tornar possível um novo debate.

> A utilização de um "arquivo" pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de "fonte". Chamaremos de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não (...) (ROUSSO, 1996, p. 2).

Considerando a proposta desenvolvida por Rousso, podemos dizer que um arquivo fotográfico é uma fonte de caráter memorial, vestígio voluntário do passado, mas que deixará de ser vestígio para se tornar fonte histórica no momento em que um

observador formular perguntas e estabelecer um *corpus* coerente, sob o ponto de vista de uma investigação precisa.

E, como lembrado por Mauad (2008, p. 25) “a fotografia para ser utilizada como fonte histórica (...) deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar contas das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar”.

Assim como as demais fontes de informação as fotografias não podem ser aceitas como espelhos fiéis dos fatos. Seu potencial informativo poderá ser alcançado na medida em que os fragmentos forem (re)contextualizados em seus múltiplos desdobramentos que circunscrevem no tempo e no espaço o ato da tomada do registro fotográfico.

No contexto de uma nova cultura visual, as séries iconográficas devem constituir “vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade. (...) Não são pois documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade” (MENESES, 2003, p. 28).

Meneses (2003, 2005) propõe ainda que o estudo da História visual se realize a partir da reflexão sobre três focos complementares: o visual, o visível e a visão. O visual, que engloba a “iconosfera” – o conjunto de imagens-guia de um grupo social ou de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage –, e os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção/circulação/consumo/ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais etc. O visível/invisível, que diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, à “ditadura do olho”, ao ver/ser visto e ao dar-se/não-se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade etc. Por fim, a visão, que compreende os instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do “olhar”. É a interação social que produz sentidos às imagens.

No uso da fotografia como fonte de informação, a imagem é vista criticamente como um elemento de mediação cultural, reflexo de um determinado contexto histórico e social. Um estudo crítico sobre as fotografias deve se preocupar com os interesses que direcionaram produção, circulação, consumo, desvendando o significado que emerge da narrativa visual. Agentes produtores e receptores envolvidos no processo fotográfico devem ser avaliados, assim como o ambiente sócio-cultural por onde o documento

circulou. A fotografia deve passar por um processo de contextualização histórica da sua produção, possibilitando a comparação crítica com outras fontes documentais, sejam estas escritas ou orais.

Ao surgir no século XIX, a fotografia traz como característica uma nova forma de compreensão do tempo e do espaço. A relação da imagem com o tempo implica no corte da continuidade com o real, como também, no ato fotográfico existe a passagem do instante da tomada do registro à perpetuação. Quanto ao espaço fotográfico, é um espaço que deve ser capturado, porque independentemente de qualquer intenção, o fotógrafo sempre recorta, separa, inicia o visível. O espaço fotográfico "é um espaço que deve ser capturado, (...). O fotógrafo não está em condições de preencher aos poucos um quadro vazio e virgem, que já está ali" (DUBOIS, 1994, p. 178).

Cada objetivo, cada tomada retém um plano do real. Espaço e tempo integram a perspectiva física e variam segundo o ponto de vista do fotógrafo e posteriormente, de quem observa a foto. A realidade deve ter uma perspectiva, deve ser vista de um ou de outro lugar, a realidade varia com a posição do observador "uma vez que nem toda criatura humana ocupa o mesmo lugar e, portanto contempla o mundo da mesma perspectiva, nem todas as visões se equivalem" (BAUMAN, 1999, p. 39).

À fotografia como registro objetivo se contrapõe a visão pessoal, subjetiva do observador que contempla a foto, pois a objetividade da fotografia está na aparência. "Nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coisa supostamente real" (HARVEY, 1993, p. 188). A fotografia supõe um olhar que interpreta: olhar cheio de emoção, história de vida, cultura e idéia de mundo.

Uma das descobertas onde as inovações técnicas se processaram de forma mais acelerada, disseminada e perceptível, o processo de industrialização da fotografia, ampliou o alcance das imagens a um maior número de pessoas (FABRIS, 1991).

Com a democratização do registro fotográfico ao longo do século XX, a imagem passa a ser um suporte predominante na estruturação de memórias coletivas e individuais. Pode-se afirmar, certamente, que o ato fotográfico possibilita a construção de histórias e memórias, e as múltiplas possibilidades de abordagens e conexões entre a fotografia e a memória constituem-se num dos principais vetores de estudo da imagem fotográfica. "Com a fotografia descobriu-se que o objeto, embora ausente, poderia ser

(re)*apresentado*, eternamente. É este o *tempo da representação,* que perpetua a memória na longa duração" (KOSSOY, 2005, p. 35).

Em seu livro *A Memória Coletiva*, Halbwachs (2004) propõe que a memória é uma construção social edificada com base em quadros sociais bem definidos e delimitados. Assim admite a existência de uma multiplicidade de tempos e memórias, as memórias correspondendo aos diversos grupos sociais. Existe uma diversidade estável onde as diferenças são incorporadas pelos grupos, importando mais o construído que a instabilidade ocorrida no processo de construção. Para esse sociólogo francês até mesmo nossas lembranças individuais são determinadas por intervenções coletivas.

> Mas nossas lembranças permanecem coletivas e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 2004, p. 30).

Pierre Nora (1993), assim como Halbwachs, focaliza em seus estudos o que a construção foi capaz de realizar. De outra maneira, também leva em conta o tempo, o considera como degradação. Os lugares de memória são construídos para ancorar a memória, porque perdemos os meios de memória – conservação e transmissão de valores. No discurso de Nora há um sentimento de perda e os lugares de memória são uma tentativa de compensar o que foi destruído. Tanto os lugares de memória de Nora, quanto a memória coletiva de Halbwachs expressam algo na ordem do construído.

Para além dos quadros sociais como foi demonstrado por Halbwachs, a memória também se estrutura e se organiza através de suportes materiais estáveis e fixos, um aspecto bastante enfatizado por Bergson (1999). Por ser polissêmica se abre a uma variedade de sistemas de signos e, da mesma maneira que os signos simbólicos e indiciais, os signos icônicos podem servir como suporte na construção de memórias.

Halbwachs sustenta a tese de que indivíduos para lembrarem necessitam da memória coletiva, isto é, da memória construída a partir da interação entre eles. Nesse sentido, a fotografia atuaria como ponto de partida da memória, uma vez que constantemente estamos nos valendo das imagens para provocar o processo de rememorar (CIAVATTA, 2002; SANTOS, 2003; SIMSON, 2005; KOSSOY, 2005, MAUAD, 2008a).

Pollak (1989) em seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio*, argumenta que a memória se estrutura sobre uma base dialética que abriga uma disputa entre duas forças

distintas e contrárias que agem em função de valores e interesses: lembranças e esquecimentos. Só temos capacidade de lembrar, se o esquecimento está atuante. Para esse autor existe um trabalho de enquadramento da memória. Quando um grupo define o que deve ser lembrado cria uma identidade social.

Se as fronteiras delimitativas da memória se definem no embate e no confronto entre lembranças e esquecimentos, a narrativa visual (e a memória visual) das fotografias também se inscreve entre o visível/fotografado e os silêncios e ocultações da realidade social. Assim como os esquecimentos da memória, o invisível no fotografado pode revelar importantes questões reflexivas sobre indivíduos e grupos sociais.

> (...) produzem-se fenômenos que remetem à idéia de que as imagens guardaram traços de coisas que não estão visíveis. É o que chamo de "Imagem do Invisível." (...) Porque não vimos? Porque não pudemos imaginar, não pudemos pensar. É impensável, portanto não é visível (DUBOIS, 2004, p. 9).

Preservando e transmitindo a memória visual de pessoas, lugares e eventos, a fotografia fornece um sentido de estabilidade frente às flutuações da memória e às mudanças e desarticulações provocadas por transformações no tempo e no espaço social.

Cabe ressaltar que a fotografia abriga desejos e construções de sentidos e de significados, e através de interesses e escolhas permite (re)criar e (re)interpretar o real. Como definiu Bourdieu (1965) ao pensar sobre os diferentes usos sociais dos documentos imagéticos no mundo moderno-contemporâneo, as fotografias refletem visualmente valores ideológicos, idealizações e sistemas estéticos e éticos de grupos sociais.

O impacto do desenvolvimento tecnológico no campo fotográfico afeta também a dinâmica de organização e ordenação de memórias sociais, coletivas e individuais. Assim como a memória, a fotografia pode ser compreendida pela sua propriedade de possibilitar que o passado possa ser constantemente (re)atualizado e (re)interpretado no tempo presente.

1.2 Procedimentos metodológicos

A produção imagética de Tibor Jablonszky ultrapassa a série fotográfica estudada nessa pesquisa. O fotógrafo participou do grupo de técnicos, intelectuais e artistas que atuavam no IBGE e se “encarregavam de promover símbolos e imagens, assim como produzir e divulgar o conhecimento geográfico do país” (DAOU, 2001, p. 143).

Entretanto, para nossa investigação propomos questões pontuais que orientam reflexões sobre trabalho. O que dizem suas imagens sobre trabalho feminino? Como caracterizar seu olhar sobre a realidade do trabalho de mulheres e meninas? Para tanto, precisamos contextualizar o tema trabalho ao longo do tempo.

Desde a passagem da economia escravista ao trabalho livre e à industrialização dos anos 30 desenvolveu-se um importante processo de transformação da classe trabalhadora no Brasil.

A Abolição encerrava uma experiência em que, a grande maioria dos trabalhadores do país, os escravos, não tinha acesso a qualquer tipo de direito e assim, o processo de construção da nação ficava comprometido. “A República trouxe duas inovações: a definição política de uma nação formada por homens livres potencialmente capazes do exercício da cidadania; e a inclusão dos direitos sociais no conjunto de direitos que a idéia de cidadania abarcava” (GOMES, 2002, p. 15).

Nos anos da Primeira República (1889–1930), usando dos direitos civis e políticos, os trabalhadores começaram a atuar e formalizar suas reivindicações, que mesmo sendo reprimidas foram fundamentais na constituição de uma identidade do trabalhador e, também, o marco inicial das lutas por direitos do trabalho no país.

O Governo Provisório, instalado em 1930, marcou presença regulamentado e fiscalizando as relações entre capital e trabalho. Há um esforço em produzir uma identidade positiva para o trabalhador e dar valor ao ato de trabalhar. Para que isso ocorresse seria necessário afirmar a dignidade do trabalhador e definir uma identidade positiva para os indivíduos.

Se por um lado o Estado reprimiu a organização da classe trabalhadora urbana (partidos políticos e organizações de esquerda), por outro procurou atrair seu apoio com leis de proteção ao trabalhador.

Leis trabalhistas – daqueles que estavam no mercado de trabalho – e previdenciárias – para os que dele saíam temporariamente – regulavam as condições de trabalho apenas urbano-industrial. As leis trabalhistas possibilitavam ao trabalhador usufruir de benefícios como férias e de postular direitos, desde que fosse membro de sindicato reconhecido pelo Governo. No aspecto previdenciário, o trabalhador poderia ter acesso à estabilidade, pensão e aposentadoria. Nesse contexto, estabeleceu normas de sindicalização das classes operárias e patronais, pois os sindicatos "eram as células básicas de todo o processo de organização social" (GOMES, 2002, p. 23).

Estruturado por categorias profissionais nas três esferas governamentais, municipal, regional e nacional, a legalidade do sindicato "dependia do reconhecimento do Ministério e poderia ser cassado se não cumprisse as normas estabelecidas" (FAUSTO, 2006, p. 187). A Constituição de 1934 previu uma ordem econômica e social onde se propunha a autonomia dos sindicatos e uma nova legislação trabalhista: proibição das diferenças salariais para o mesmo trabalho; criação do salário-mínimo; regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; direito ao descanso semanal e férias remuneradas.

O primeiro governo Getúlio Vargas promoveu iniciativas na área educativa com a finalidade de "formar uma elite mais ampla e intelectualmente mais preparada" (FAUSTO, 2006, p. 188). Criou o Ministério da Educação e Cultura de inspiração autoritária e, organizado de cima para baixo. Esse processo de modernização pela via autoritária, refletiu-se no campo educacional através do ensino profissionalizante industrial, tendo como propósito preparar mão-de-obra qualificada.

O Estado Novo, sob o aspecto socioeconômico, representou "uma aliança entre burocracia civil e militar e burguesia industrial, cujo objetivo era promover a industrialização do país" (FAUSTO, 2006, p. 201). Assim, poderia substituir importações pela produção interna e estabelecer uma indústria de base, principalmente petróleo e gás. Em 1938, o Governo nacionalizava as refinarias de petróleo com a criação de uma estatal, a Petrobrás.

O projeto nacionalista do Estado Novo demandava grande quantidade de informações. Era preciso revelar dados só alcançáveis por meio de operações investigativas e estatísticas sistematizadas. Conhecer a população e o território tornou-se condicionante indispensável, tanto para a consecução das políticas governamentais como também para a própria consolidação do Estado Nacional. "O

caminho escolhido pelo poder político para criar uma nação era o reforço do espírito nacional, materializado na unidade do território, em que os geógrafos e a geografia assumiriam um papel de destaque" (VLACH apud ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 24).

Prática utilizada com sucesso pelas mais conhecidas instituições geográficas internacionais, as pesquisas de campo possibilitavam a construção de um corpo de conhecimentos geográficos. Ao investigar características das regiões exploradas, essas pesquisas usavam a fotografia como forma de documentá-las. "A insistência em *retratar a realidade*, praticada pela Geografia (...), parece-nos um debate datado, pois sabemos que são os padrões culturais que estão na base da percepção dos grupos que registravam as cenas e tipos" (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 60).

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE criado em 1938 foi de fundamental importância. Através das pesquisas geográficas de campo o CNG deu a conhecer o país, o que pode ser discutido a partir da análise das fotografias produzidas por Tibor Jablonszky.

Em relação às estratégias de desenvolvimento do nosso estudo, estabelecemos critérios de seleção para o tema trabalho na produção do fotógrafo – as fotografias deveriam representar homens, mulheres e crianças desenvolvendo atividades em seus espaços de moradia e/ou trabalho. Para tal, nos apropriamos do conceito de trabalho utilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios[6] (IBGE), adequando-o aos interesses da investigação, tendo como referência o trabalho aqui entendido como exercício de: a) ocupação na produção de bens e serviços; b) ocupação no serviço doméstico; c) ocupação na produção de bens primários[7] para consumo próprio ou em ajuda a membro da unidade domiciliar; d) ocupação na construção.

O Quadro 1 sintetiza em números as fotografias do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, a produção de Tibor Jablonszky e a produção do fotógrafo selecionada por nós como representações do tema trabalho.

---

[6] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm#vv>. Acesso em: 29 jul. 2007.

[7] Bens primários: compreendem as atividades da agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, sericicultura, floricultura e a extração vegetal, beneficiamento rudimentar – Censo 1950 e transformação industrial em pequena escala – Censo 1960. METODOLOGIA do Censo Agropecuário de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984 (Série Relatórios Metodológicos, v.5). Usamos os Censos 1950 e 1960, após constatarmos que Tibor Jablonszky produziu registros para o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo nas décadas de 1950 e 1960.

Quadro 1

Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo (1952-1968)

Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo	Produção fotográfica de Tibor Jablonszky	Fotografias de Jablonszky sobre trabalho
20 000	9 254	791

Nas expedições geográficas promovidas pelo IBGE a fotografia era usada como forma de documentar especificidades de cada região estudada. Assim, era imprescindível identificar a área em todos os seus aspectos.

O projeto de organização do espaço nacional deu ensejo a uma ampla discussão sobre a questão da territorialidade. O conceito de divisão regional que inicialmente tinha objetivos didáticos, com a Revolução de 1930 busca estabelecer as bases de determinação dos limites para o extenso território brasileiro, segundo orientação compatível com a política de centralização do poder do Estado.

Em 1933, o major João Segadas Viana advertia o poder público para a necessidade de rever a organização territorial do país, demonstrando preocupação com blocos políticos de resistência em algumas unidades da federação, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (TEIXEIRA DE FREITAS, 1948).

O esforço do governo em modernizar e integrar o país mostrou a necessidade de um maior e mais aprofundado conhecimento do território nacional. Ao criar o IBGE com o propósito de produzir e sistematizar informações sobre o povo e o território brasileiro, buscava respostas seguras e uniformes a uma série de questões. Como era o Brasil? Quantos e quem eram os brasileiros, onde estavam localizados e como viviam? Diferentemente dos levantamentos realizados pelos departamentos de estatística das unidades da federação em décadas anteriores, a atuação do órgão destacou-se por acompanhar a diretriz fundada na centralização do poder do Estado.

No sentido de resolver definitivamente os limites do Território Nacional, o IBGE, como afirma Penha (1993), sugeriu ao Governo da União a decretação de disposições orgânicas relativas à divisão do território, tendo em vista os trabalhos preparatórios para o Censo de 1940 e a atualização da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo – escala 1: 1000.000. Como resultado foi implementada a Lei Geográfica

do Estado Novo, como ficou conhecida, ou Decreto-lei nº 311 de 02 de março de 1938 que dispunha sobre a delimitação das malhas municipais e distritais, e definia regras específicas sobre o mapeamento e a racionalização da toponímia, pois não poderia haver municípios homônimos.

No prazo estabelecido pela Lei 311, ultimaram-se as operações constantes da Campanha de Mapas Municipais, que mobilizou autoridades e profissionais a serviço da Cartografia, estendendo sua rede de colaboração pelos municípios do país. Todas as Prefeituras Municipais do Brasil apresentaram seus mapas na *Exposição Nacional dos Mapas Municipais*, inaugurada à mesma hora, nas capitais estaduais em 24 de março de 1940.

Em irradiação especial da *Hora do Brasil* pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o presidente do IBGE, Embaixador José Carlos de Macedo Soares comenta a importância da exposição: a apreciação de tais cartas permitirá o conhecimento do que deve constituir programa de administração municipal e facilitará os trabalhos dos recenseamentos que serão iniciados em 01 de setembro de 1940 (REVISTA Brasileira de Geografia, 1940: 248-249).



Foto 1. Presidente Getúlio Vargas junto ao Presidente do IBGE, embaixador José Carlos de Macedo Soares (à esquerda de Getúlio Vargas) e ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, Christóvam Leite de Castro (à direita de Getúlio Vargas, segurando a faixa) inaugura a Exposição Nacional dos Mapas Municipais, 1940. Acervo IBGE

No início da década de 1940 o problema da divisão regional ganha novas contribuições teóricas e metodológicas. Após minuciosos estudos e análises das diferentes propostas de divisão regional, Fábio de Macedo Soares Guimarães, respaldado nos reconhecimentos realizados por geógrafos do IBGE em todo o território nacional, apresenta um projeto oficializado pelo governo federal em 1942, ainda com a preocupação de fornecer elementos geográficos para os levantamentos estatísticos, mas como forma de garantir a segurança nacional e combater o federalismo das unidades estaduais. O governo Getúlio Vargas estabelecia naquele momento a primeira divisão regional do Brasil.

A proposta era produzir um reagrupamento de estados e territórios, considerando-se fatores da geografia física e humana do país e respeitando-se os limites político-administrativos então existentes. “O novo regionalismo minimizava a identidade política das unidades federativas estaduais, integrando-as em um todo maior, cujo sentido básico era geo-econômico e sociocultural” (GOMES, 2002, p. 179).

Outras divisões foram oficializadas, mas na verdade com alguns ajustes de nomenclatura e de posicionamento, as mesmas cinco regiões permaneceram demarcadas. No entanto, não cabe discuti-las no contexto deste estudo, por ter Tibor Jablonszky registrado em suas imagens o período em que vigorava a divisão do território nacional proposta pelo geógrafo do IBGE, Fábio de Macedo Soares Guimarães (GUIMARÃES, 1941).

No arranjo do espaço geográfico capturado nas fotografias de Jablonskky sobre o trabalho feminino consideramos as unidades da federação e regiões assim configuradas: (1) **Região Norte** – Estados do Amazonas e Pará, Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé; (2) **Região Nordeste**, compreendendo duas partes: ocidental – Estados do Maranhão e Piauí; e oriental – Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; (3) **Região Leste** compreendendo duas partes: setentrional – Estados de Sergipe e Bahia; e meridional – Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (em 1960 transformado em Estado da Guanabara); (4) **Região Sul** – Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; (5) **Região Centro-Oeste** – Estados de Mato Grosso e Goiás, e Distrito Federal (Brasília a partir de 1960). Alertamos que a busca de imagens no Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de

Campo deve acompanhar a conformação estabelecida por essa divisão regional aqui representada cartograficamente no Mapa 1.

Mapa 1

Divisão Regional do Brasil[8]



Cartograma da divisão regional do Brasil para fins práticos, aprovada pelo Conselho Nacional de Geografia

[8] Divisão apresentada por Fábio de Macedo Soares Guimarães em 1940 e oficializada pelo Governo Federal em 1942. REVISTA Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.3, n.2, abr./jun. 1941.

A Tabela 1 indica a produção total de Jablonszky e o que selecionamos como trabalho na sua produção, segundo unidades da federação e regiões geográficas, demarcando o espaço de acordo com a divisão regional vigente no período retratado pelo fotógrafo.

Tabela 1

IMAGENS DO TRABALHO NO BRASIL (1952-1968)
TIBOR JABLONSZKY

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	TRABALHO
Totais	**9 254**	**791**
REGIÃO NORTE	*844*	*136*
Estado do Amazonas	331	62
Estado do Pará	234	51
Território do Acre	160	18
Território do Amapá	119	5
Território do Rio Branco	0	0
Território de Guaporé	0	0
REGIÃO NORDESTE	*1 538*	*120*
Parte ocidental	317	*22*
Estado do Maranhão	92	2
Estado do Piauí	225	20
Parte oriental	1 221	98
Estado do Ceará	445	40
Estado do Rio Grande do Norte	80	1
Estado da Paraíba	218	16
Estado de Pernambuco	476	41
Estado de Alagoas	2	0
Território de Fernando de Noronha	0	0
REGIÃO LESTE	*2 783*	*191*
Parte setentrional	398	59
Estado de Sergipe	2	0
Estado da Bahia	396	59
Parte meridional	2 385	132
Estado de Minas Gerais	1 248	95
Estado do Espírito Santo	285	7
Estado do Rio de Janeiro	474	28
Distrito Federal (em 1960, Estado da Guanabara)	378	2
REGIÃO SUL	*3 890*	*301*
Estado de São Paulo	1 430	100
Estado do Paraná	788	60
Estado de Santa Catarina	582	46
Estado do Rio Grande do Sul	1 090	95
REGIÃO CENTRO-OESTE	*199*	*43*
Estado de Mato Grosso	127	25
Estado de Goiás	25	0
Distrito Federal - Brasília (a partir de 1960)	47	18

O regionalismo – política governamental de 1930 – base de um novo nacionalismo compreendia o Brasil formado por uma multiplicidade de elementos naturais, étnicos, econômicos e culturais que definiam sua grandeza, e o processo de elaboração de identidade cultural. “O discurso geográfico, que justifica as fronteiras, é o discurso usado pelo nacionalismo” (FOUCAULT, 1979, p. 161).

A identidade nacional vista pelo viés regional valorizava não só diferenças de clima, relevo, vegetação mas, também, aspectos humanos como alimentação, religiosidade ou trabalho, e, ao conhecer suas diferenças, as pessoas poderiam entendê-las como riqueza comum (GOMES, 2002).

Embora não seja objeto do nosso estudo, o trabalho masculino encontra-se presente na produção fotográfica de Jablonszky representado pelos tipos humanos mais característicos das diferentes regiões do país. São registrados seringueiros, pescadores, caboclos, vaqueiros, jangadeiros, boiadeiros, gaúchos, garimpeiros, juteiros, ervateiros etc., entre uns e outros, de acordo com a sua região. Apresentando determinadas particularidades, “as figuras paisagísticas de cada região respondem a uma territorialidade marcada pela alteridade de seus elementos naturais e por seus habitantes que os modificam ou se adaptam a eles” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 31).

As fotos a seguir mostram vaqueiros da Ilha de Marajó, no Pará (CNG 2229), vaqueiro de Cordisburgo, Minas Gerais (CNG 6538) e gaúchos do município de Rio Pardo (CNG 1449), tipos humanos do Brasil com suas diferentes características regionais são representações positivas da imagem do trabalhador, forjando uma identidade idealizada do trabalho masculino, nos moldes das gravuras dos tipos e aspectos do Brasil[9]. O mesmo pode ser dito para os tipos humanos femininos. Entretanto, num contexto geral, a realidade de participação no trabalho, seja ele qual for, não confere às mulheres o mesmo estatuto que concede aos homens.

[9] Desenhados por Percy Lau e Francisco Barbosa Leite para a Revista Brasileira de Geografia.



Foto 2 (CNG 2229). Vaqueiros da Ilha de Marajó, Pará, 1953



Foto 3 (CNG 6538). Vaqueiro da Fazenda Saco dos Cochos, Cordisburgo, Minas Gerais, 1958



Foto 4 (CNG 1449). Gaúchos, Rio Pardo, Rio Grande do Sul, 1954

A perspectiva de gênero traz contribuições de caráter geral nos estudos da sociologia do trabalho (SANTANA, RAMALHO, 2004).

Homens e mulheres formam dois grupos sociais engajados nas relações sociais de sexo, que como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos ou divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2000). A divisão sexual do trabalho concebe o indivíduo como pertencente a um gênero e isso se relaciona com os valores sociais de uma concepção que diferencia o comportamento dos gêneros feminino e masculino, problemática que perpassa toda a sociedade.

Estudos que analisam as relações de gênero no trabalho apontam elementos que diferenciam as experiências de trabalho entre homens e mulheres (HIRATA, 1995; KERGOAT, 2002; ARAÚJO, 2002; NEVES, 2008). O trabalho feminino concentra-se em alguns setores de atividades, sendo essa segmentação a base das desigualdades entre o trabalho de homens e mulheres (MELO, 2000). Há trabalhos de homens e trabalho de mulheres – princípio de separação -, sendo que um trabalho masculino “vale” mais que um trabalho feminino – princípio de hierarquização – (KERGOAT, 2000, 2002; HIRATA, KERGOAT, 2008).

Na divisão sexual do trabalho atividades dotadas de menor qualificação, fundadas em trabalho manual e repetitivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras, principalmente, e os trabalhos que demandam conhecimentos técnicos são atribuídos aos homens (HIRATA,1995).

A participação das mulheres no trabalho industrial se faz em alguns setores como fumo, produtos alimentícios e o tradicional *locus* de trabalho industrial feminino, o setor de calçados e vestuário (MELO, 2000; ARAÚJO, 2002).

Atividades na produção da agricultura para consumo ou em ajuda a membro da família e no serviço doméstico sempre foram exercidas pelas mulheres e crianças. Muitas vezes para as mulheres que realizam essas ocupações não há uma divisão entre tempo de trabalho na casa e "fora" da casa. O que existe é uma imbricação das diferentes atividades exercidas e uma fusão entre espaço e tempo (SILVA, 1998).

O trabalho doméstico infantil sempre foi considerado como natural e as crianças, principalmente as oriundas das classes menos abastadas, deveriam ajudar nos afazeres domésticos sejam estes dentro da casa ou na agricultura familiar (KASSOUF, 2004).

A família, por julgar o trabalho agrícola natural e "até mesmo saudável, por acontecer, na maioria das vezes, coletivamente, entre os membros do núcleo familiar" (DOURADO, DABAT, ARAÚJO, 1999, p. 414), utiliza a mão-de-obra infantil como estratégia para aumentar suas cotas de produção e complementar a renda. Essa estratégia, culturalmente enraizada, reveste-se de elevado custo social com o tempo, na proporção em que perpetua a pobreza e a desigualdade.

As Tabelas 2 e 3 mostram que o número de mulheres e meninas ocupadas por grupos de idade e ramos de atividade principal nos Censos de 1950 e 1960, concentra-se no ramo de atividade agrícola, domésticas não remuneradas e escolares discentes.

Para o trabalho feminino infantil o Censo de 1950 constatou que 52,1% das meninas de 10 a 19 exerciam atividades agrícolas e 29,3%, recenseadas num único item, atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes.

O Censo de 1960 comprovou que 40,5% das meninas de 10 a 19 exerciam atividades agrícolas. As atividades domésticas e escolares discentes foram consideradas no item condição de inatividade.

Tabela 2 – Mulheres presentes de 10 anos e mais, por grupos de idade, segundo ocupação no ramo de atividade principal – 1950 (1) (continua)

Atividade principal	Total	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29
Totais	18.469.716	3.143.863	2.857.784	2.606.679	2.101.959
Agricultura, pecuária e silvicultura	732.900	149.025	236.819	110.954	51.140
Indústria extrativa	27.968	4.107	7.077	4.582	2.794
Indústria de transformação	389.057	28.638	125.260	94.642	47.664
Comércio de mercadorias	89.061	2.998	24.615	23.410	11.532
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	12.744	66	2.126	4.136	2.566
Prestação de serviços	925.973	82.241	238.264	179.559	107.539
Transportes, comunicações e armazenagem	28.822	266	3.504	7.504	5.944
Profissões liberais	14.227	201	2.332	2.862	2.007
Atividades sociais	233.626	1.676	24.778	54.687	41.944
Administração pública, legislativo, justiça	40.131	_	2.521	9.031	8.846
Defesa nacional e segurança pública	4.349	_	450	987	856
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	14.881.825	2.279.245	2.088.341	2.064.392	1.789.610
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	8.686	390	1.123	1.247	858
Condições inativas	1.080.326	595.010	100.574	48.686	28.659

(1) Título da tabela adequado ao interesse da pesquisa.

Tabela 2 – Mulheres presentes de 10 anos e mais, por grupos de idade, segundo ocupação no ramo de atividade principal – 1950 (1) (conclusão)

Atividade principal	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais
Totais	3.140.337	2.119.252	1.289.734	722.666	297.415	127.271
Agricultura, pecuária e silvicultura	64.441	52.853	37.375	20.405	6.378	1.660
Indústria extrativa	3.942	2.670	1.625	817	193	57
Indústria de transformação	52.618	25.250	9.541	3.396	986	323
Comércio de mercadorias	12.888	7.855	3.680	1.447	347	68
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	2.500	1.006	251	55	18	2
Prestação de serviços	139.708	93.231	51.001	23.204	5.887	1.398
Transportes, comunicações e armazenagem	6.633	3.168	1.295	401	41	6
Profissões liberais	2.472	1.705	1.292	853	344	115
Atividades sociais	58.941	31.285	13.619	4.677	1.259	239
Administração pública, legislativo, justiça	12.045	5.624	1.614	354	24	3
Defesa nacional e segurança pública	1.186	598	191	58	14	2
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	2.746.680	1.864.113	1.128.605	601.482	211.842	62.204
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	985	542	342	200	68	30
Condições inativas	35.298	29.352	39.303	65.317	70.014	61.164

(1) Título da tabela adequado ao interesse da pesquisa.
FONTE CONSULTADA: Censo Demográfico – Brasil 1950: 26-28

Tabela 3 – Mulheres presentes de 10 anos e mais, por grupos de idade, segundo ocupação no ramo de atividade principal – 1960 (1) (continua)

Atividade principal	Total	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49
Totais (2)	24.635.731	7.985. 552	5.943.747	4.254.522	2.902.505
Agricultura, pecuária e silvicultura	1.174.759	481.270	257.885	149.493	127.856
Atividades extrativas	53.851	16.491	14.046	9.327	6.953
Atividades industriais	493.986	164.445	164.415	82.750	46.014
Comércio de mercadorias	170.831	46.116	64.301	29.587	17.489
Prestação de serviços	1.479.457	420.756	446.067	263.187	185.710
Transportes, comunicações e armazenagem	41.805	4.370	15.936	11.854	6.437
Atividades sociais	424.055	31.303	177.823	117.203	63.464
Administração pública	80.550	3.690	25.973	27.771	15.654
Outras atividades	157.837	29.151	71.114	29.982	13.580
Condições inativas	20.558.870	6.787.960	4.706.187	3.533.368	2.419.348

(1) Título da tabela adequado ao interesse da pesquisa.
(2) Inclusive as pessoas de condições inativas.

Tabela 3 – Mulheres presentes de 10 anos e mais, por grupos de idade, segundo ocupação no ramo de atividade principal – 1960 (1) (conclusão)

Atividade principal	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais	Idade ignorada
Totais (2)	1.819.636	1.070.503	439.351	171.093	48.822
Agricultura, pecuária e silvicultura	89.098	50.179	14.293	3.171	1.514
Atividades extrativas	3.967	2.126	544	77	50
Atividades industriais	22.089	9.952	3.046	645	630
Comércio de mercadorias	9.037	3.268	722	95	216
Prestação de serviços	102.248	45.179	10.987	1.945	3.378
Transportes, comunicações e armazenagem	2.476	5.890	73	13	57
Atividades sociais	23.619	7.721	1687	368	867
Administração pública	5.801	1.374	94	_	193
Outras atividades	6.302	2.435	589	165	4.519
Condições inativas	1.554.999	947.680	407.316	164.614	37.398

(1) Título da tabela adequado ao interesse da pesquisa.
(2) Inclusive as pessoas de condições inativas.

FONTE CONSULTADA: Censo demográfico – Brasil 1960: 54-55

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008[10], o trabalho infantil diminuiu, mas ainda é realidade para 4,5 milhões de pessoas entre 5 a 17 anos de idade. A proporção de homens de 5 a 17 anos de idade ocupados (13,1%, ou 2,9 milhões de pessoas) era maior do que entre as mulheres (7,1%, ou 1,5 milhão). Em 2008, 35,5 % das pessoas de 5 a 17 de idade ocupadas, estavam em atividade agrícola e 51,6% eram empregados ou trabalhadores domésticos. Das pessoas de 5 a 17 anos de idade que estavam ocupadas, 57,1% também exerciam trabalho doméstico. Na faixa etária de 5 a 13 anos, 61,2%, e entre 14 e 17 anos de idade, a proporção era de 56,0%. Entre as mulheres de 5 a 17 anos ocupadas, o percentual era de 83,2%. Entre as pessoas de 5 a 17 anos de idade não ocupadas, 42,0% exerciam tarefas domésticas, percentual que era de 54,6% entre as mulheres.

Pesquisas de extrema atualidade (KERGOAT, 2000; MELO, 2000; HIRATA, 2007; BRUSCHINI et al., 2008; LE FEUVRE, 2008; DEDECCA, 2008; HIRATA, KERGOAT, 2008) que continuam a aprofundar a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero ampliam os contornos desse debate. A situação das mulheres no mercado de trabalho é marcada por avanços e atrasos. O aumento do número de mulheres que trabalham, implica na ampliação de suas responsabilidades. Todavia, essa mulher que hoje trabalha fora de casa ainda permanece cuidando das tarefas domésticas e dos filhos, caracterizando o ”acúmulo de tarefas” ou a “dupla jornada”. É certo que a expansão da escolaridade proporcionou novas oportunidades de trabalho, entretanto, se de um lado há conquista de bons postos e acesso a profissões de prestígio, por outro, perdura o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais, com baixa remuneração, e até mesmo o desemprego. Podemos ver aí que a condição feminina em face do trabalho pode ter melhorado, no entanto, as desigualdades profissionais entre os sexos persistem.

As questões sobre divisão sexual no trabalho apresentadas acima nos levaram a refletir sobre as experiências profissionais de homens e mulheres, diferenciadas e desiguais, e como propõe Burke (2004, p 236) “as identidades dos trabalhadores sugerem uma divisão de trabalho baseada em gênero”. Nesse sentido, nos propomos a investigar na produção do fotógrafo os lugares ocupados pelas mulheres e meninas no espaço de trabalho.

---

[10] Disponível em: <http://www.ibge.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina=1>. Acesso em: 23 set. 2009.

A Tabela 4 relaciona o número de fotografias sobre trabalho e trabalho feminino na produção de Jablonszky, segundo unidades da federação e regiões geográficas.

TABELA 4

IMAGENS DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL (1952-1968)

TIBOR JABLONSZKY

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHO	TRABALHO FEMININO (1)
Totais	**791**	**116**
REGIÃO NORTE	*136*	*10*
Estado do Amazonas	62	5
Estado do Pará	51	3
Território do Acre	18	1
Território do Amapá	5	1
Território do Rio Branco	0	0
Território de Guaporé	0	0
REGIÃO NORDESTE	*117*	*26*
Parte ocidental	22	5
Estado do Maranhão	2	2
Estado do Piauí	20	3
Parte oriental	95	21
Estado do Ceará	40	10
Estado do Rio Grande do Norte	1	0
Estado da Paraíba	16	1
Estado de Pernambuco	41	10
Estado de Alagoas	0	0
Território de Fernando de Noronha	0	0
REGIÃO LESTE	*191*	*22*
Parte setentrional	59	12
Estado de Sergipe	0	0
Estado da Bahia	59	12
Parte meridional	132	10
Estado de Minas Gerais	95	9
Estado do Espírito Santo	7	1
Estado do Rio de Janeiro	28	0
Distrito Federal (em 1960, Estado da Guanabara)	2	0
REGIÃO SUL	*301*	*54*
Estado de São Paulo	100	18
Estado do Paraná	60	10
Estado de Santa Catarina	46	6
Estado do Rio Grande do Sul	95	20
REGIÃO CENTRO-OESTE	*43*	*4*
Estado de Mato Grosso	25	4
Estado de Goiás	0	0
Distrito Federal - Brasília (a partir de 1960)	18	0

(1) Trabalho desenvolvido por mulheres e meninas

Dentre os 791 contatos que se adequaram aos critérios de seleção – homens, mulheres e crianças desenvolvendo atividades em seus espaços de moradia e/ou trabalho –, 116 são imagens do trabalho feminino, ou seja, 16% do total, número bastante significativo se pensarmos que as mulheres constituíam 14,5% da população ativa no ano de 1950 e 17,5% em 1960 (ESTATÍSTICAS históricas do Brasil, 1990).

As imagens que retratam o trabalho feminino foram editadas[11] no aplicativo *Adobe Photoshop Image* e gravadas em CD-ROM. Numa segunda etapa separamos seus componentes em unidades, sistematizadas nas categorias[12] a serem investigadas: espaço fotográfico, espaço da figuração e espaço geográfico.

Consideramos para o **espaço fotográfico** (ver Anexo IV) os itens contidos no plano da forma de expressão[13], respectivamente, *tamanho do contato/negativo, tipo de foto, enquadramento, nitidez.*

No *tamanho do contato*, altura x largura, o fundamental é avaliar sua variação no conjunto de fotos em função ao tipo de câmara: 77 têm as medidas 6,0 x 6,0 cm, 28 medem 6,00 x 8,00 cm, 5 são do tamanho 9,50 x 12,00 cm, 3 têm 8,00 x 11,00 cm, 2 medem 11,50 x 13,00 e 1 possui tamanho 9,00 x 10,00 cm.

Em relação ao *tipo de foto* existem as categorias pose e instantâneo. Ainda que geógrafos e fotógrafos afirmem que todas as fotografias são registros instantâneos, há uma dificuldade em reconhecer uma pose e um instantâneo. Ao nosso olhar 81 cenas foram posadas e 35 capturadas sem que as pessoas percebessem o momento do ato fotográfico.

> A história da recepção de imagens, da mesma forma que a dos textos, enfraquece a noção de senso comum, de má compreensão, mostrando que diferentes interpretações do mesmo objeto ou ainda do mesmo acontecimento, são normais e não aberrações, e que é difícil encontrar boas razões para descrever uma interpretação como "certa" e outras como "erradas" (BURKE, 2004, p. 229).

O item *enquadramento* está dividido em quatro subitens: sentido; direção; distribuição de planos; composição fotográfica. No subitem sentido, estão definidos os planos vertical ou horizontal que se referem à posição da câmara em relação à cena a ser fotografada. O subitem direção da foto indica o caminho proposto para a leitura da fotografia: direita, esquerda, e centro. No sentido vertical encontram-se 84 contatos,

---

[11] Digitalizadas pela Equipe de Tratamento de Imagem, da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE.

[12] Metodologia desenvolvida por Ana Maria Mauad adaptada à nossa investigação. A autora apresentou ainda as categorias **espaço do objeto** – objetos fotografados tomados como atributos da imagem, e **espaço da vivência** – atividades, vivências e eventos que se tornam objeto do ato fotográfico (MAUAD, 1990, 2008a).

[13] As câmaras fotográficas profissionais utilizadas pelos fotógrafos do IBGE eram os modelos *Pentax* 35 mm e *Rolleiflex* 6x6, com filmes *Kodak* (informação obtida com o fotógrafo Rubens Mazzola via Internet). Os negativos também indicam o uso dos filmes profissionais super-especiais *Agfa* ISOPAN ISS e *Agfa* L ISS.

destes 65 % possuem formato quadrado e 35 % formato retangular, 32 contatos estão no sentido horizontal, sendo 50% com as pessoas em objeto central.

A distribuição de planos indica a quantidade de planos dentro do enquadramento, sugerindo que quanto maior o número de planos insertos no foco, mais informações incluídas na fotografia, assim em torno de 11% do conjunto possuem 4 planos distintos, 29% exibem 3 planos, 40% apresentam 2 planos. Os outros 18%, plano único e espaço individual, mostram as figuras humanas em *close*. O conteúdo das fotos procura priorizar a relação homem/ambiente de trabalho, contextualizando a imagem fotográfica.

No campo destinado à composição fotográfica examinamos o objeto central, assim como o arranjo dos elementos em torno desse objeto, arranjo que pode ser classificado como linear ou espalhado, pode estar concentrado na parte superior, inferior ou então equilibrar sua distribuição pelo marco da foto. Nesse item predomina o equilíbrio, pois a paisagem é um todo a ser visto.

O item *nitidez* compõe-se dos subitens foco, impressão visual e iluminação e está associado às condições de compreensão visual. Foram estabelecidas variações básicas para cada subitem distribuídas em: foco – tudo no foco, objeto central no foco, fora de foco; impressão visual – contraste forte, contraste suficiente, contraste fraco; iluminação – clara sem sombra alguma e escura. Para o conjunto 100% dos contatos têm seus elementos focados, possibilitando a leitura da imagem.

O *ponto de vista* é o elemento fundamental que indica a presença do fotógrafo como observador e o lugar que ele ocupa no espaço. Nesse item percebemos uma única categoria, o nível do observador.

No conjunto de fotografias ora analisado constatamos a existência de um padrão do tamanho 6,0 x 6,0 cm e do formato quadrado dado pelo uso preferencial da *Rolleiflex*[14], câmara destinada exclusivamente ao fotógrafo profissional nas décadas de 1950 e 1960.

As escolhas técnicas e estéticas de Tibor Jablonszky mostram imagens produzidas segundo orientação dos geógrafos do IBGE e, consequentemente, identificadas com as diretrizes do governo federal. O que se vê é a visão do fotógrafo,

[14] Câmara reflex de duas objetivas, a *Rolleiflex* usava filmes 120 de 12 chapas, que produziam os negativos de 6,0 x 6,0 cm. Suas características permitem a produção de fotografias quadradas, de boa qualidade, mas que demandam certo tempo para que seus controles sejam regulados (COELHO, 2006).

que em alguns momentos, fabricou uma cena através da pose, enquadramento, distância etc., no sentido de enfatizar, amenizar ou omitir certos aspectos das atividades laborais. No entanto, suas imagens nos referenciam a existência de um trabalho feminino.

No **espaço da figuração** (ver Anexo V) são contempladas figuras, independente de exercerem uma atividade, que possuem uma relação ativa com o espaço: homens, mulheres e crianças. Percebe-se uma representação dicotômica entre feminino e masculino, adulto e criança, grupo e indivíduo.

Como o trabalho feminino norteia a seleção da fonte de pesquisa, a figura feminina está presente em 100% do conjunto analisado. Junto às mulheres encontramos em 49% das fotos a figura masculina.

O espaço adulto representa 85% e o infantil 43% do conjunto analisado, considerando que em algumas fotos estão retratadas mulheres e meninas trabalhando no mesmo espaço. As fotos coletivas abarcam 70% da série, o que significa maior número de informações, o que pode ser observado também na distribuição dos planos no espaço fotográfico. Nas fotos individuais (30%), 24 retratam mulheres e 11 meninas, ou seja, o espaço da figuração individual mostra que para cada 2 mulheres há 1 menina exercendo uma atividade.

Na relação com o espaço da figuração, as mulheres e meninas são retratadas no trabalho doméstico e na agricultura familiar, atividade em que atuam como colaboradoras dos homens. As mulheres, ao lado dos homens, também estão ocupadas no setor industrial. As crianças presentes no espaço de trabalho evidenciam o exercício concomitante das tarefas da mulher trabalhadora/mãe. Atentamos para o fato de que o trabalho feminino é desenvolvido num ambiente coletivo. O gesto das pessoas fotografadas exprime a sua ocupação, perpetuando com o movimento do corpo a memória do trabalho exercido.

O **espaço geográfico** (ver Anexo VI) está estruturado nos subitens: local retratado, segundo a divisão regional vigente no período fotografado; ano e atributos da paisagem. É neste espaço, plano da forma do conteúdo, que estabelecemos as classes ***trabalho feminino*** – ocupação desenvolvida por mulheres em qualquer atividade e ***trabalho feminino infantil*** – ocupação desenvolvida por meninas em qualquer atividade. O subitem atributos da paisagem nos permitiu criar as categorias de análise identificadas com os setores de atividades:

- **Trabalho na agricultura familiar** – ocupação desenvolvida por mulheres e/ou meninas em ajuda a membro de unidade domiciliar na agricultura familiar[15];
- **Trabalho doméstico** – ocupação desenvolvida por mulheres e/ou meninas em atividade da casa ou atividade artesanal no espaço de moradia;
- **Trabalho industrial** – ocupação desenvolvida por mulheres e/ou meninas em atividade na indústria.

Categorizamos, então, como trabalho na agricultura familiar as fotografias nas quais mulheres e/ou meninas exerciam atividade agrícola coletiva. Compreendemos que se houvesse criança, independentemente do sexo, trabalhando junto às mulheres em tarefas agrícolas deveríamos tomar como trabalho familiar. Atividade realizada individualmente, mas que apresentasse características de agricultura familiar como cultivo do algodão, café, amendoim, erva-mate etc. também nos orientaram na classificação do trabalho na agricultura familiar.

O trabalho doméstico abrangeu fotos de mulheres e/ou meninas ocupadas nas tarefas caseiras. Estão também nessa categoria rendeiras, lavadeiras, fazedeiras de rede e outras atividades que caracterizam o trabalho artesanal doméstico[16].

Como trabalho industrial, classificamos as fotografias de mulheres desenvolvendo atividades em diversos setores da indústria. Cabe ressaltar que as meninas não tiveram imagens registradas pelo fotógrafo no espaço da fábrica. Uma única fotografia mostra dois meninos na Fábrica de Palmito e Manjuba Caiçara localizada no município de Iguape em São Paulo.

Em síntese, no espaço feminino adulto, 47% das fotografias representam o trabalho na agricultura familiar, 30% o trabalho doméstico e 22% o trabalho industrial. Em relação ao espaço feminino infantil, 75% retratam o trabalho na agricultura familiar e 25% o trabalho doméstico.

---

[15] A agricultura familiar abarca: agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, sericicultura, horticultura, floricultura, silvicultura, extração de produtos vegetais, beneficiamento rudimentar e transformação industrial em pequena escala de produtos vegetais. O conceito de agricultura familiar é definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, da Presidência da República. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0706112174.doc>. Acesso em: 16 nov. 2009.

[16] Adaptamos ao interesse da pesquisa o comentário elaborado pela geógrafa Lília Camargo Veirano para a foto CNG 321 publicada na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. IV, Região Nordeste, 1958, p. 344-345 e da legenda para a mesma foto publicada na série *Diapositivos de Geografia do Brasil*, organizada por Antonio Teixeira Guerra em 1960 para os cursos de aperfeiçoamento para professores de geografia.

O plano de conteúdo nos permitiu constatar que a participação das mulheres e meninas se faz na agricultura familiar, nas atividades domésticas e nos lugares tradicionais do trabalho feminino industrial.

Ao criar suas imagens, Tibor Jablonszky construiu uma memória do trabalho feminino quando nos mostra as pessoas, os objetos, os lugares e as ocupações exercidas por mulheres e meninas nas regiões do Brasil das décadas de 1950 e 1960.

Aprofundando a análise do trabalho feminino representado na produção de Jablonszky através do recorte do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, enfocamos no Capítulo 2 as condições de formação do Arquivo, informações fundamentais para a construção da memória institucional do IBGE.

Capítulo 2
O IBGE, as pesquisas geográficas de campo e a formação do arquivo fotográfico

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

2.1 O IBGE e a institucionalização da Geografia no Brasil

> No princípio era o caos! Reinavam a desordem e a confusão no quadro territorial brasileiro. Nenhuma norma racionalizadora se impunha em meio ao tumulto, no sentido de uma razoável caracterização dos âmbitos geográficos. O Brasil não tinha, dessa maneira, a medida exata de sua grandeza física, porque lhe faltavam os elementos indispensáveis à perfeita definição de sua imagem. Por conta do desconhecimento do quadro territorial em detalhes, os levantamentos estatísticos quase sempre resultavam em fracasso. A própria administração pública brasileira, nos três planos de sua constituição – federal, estadual e municipal –, deparava-se com uma questão de fundamental importância que era a do desconhecimento da ubiquação e condições topográficas de sua área de jurisdição. O problema dos limites interestaduais e intermunicipais, criou sérios entraves à harmonia de interesses e à boa marcha dos negócios do governo do País. Tamanhas e tão profundas irregularidades que tanto dificultavam o conhecimento de numerosos aspectos da realidade brasileira estiveram, assim, a exigir soluções, em nome da própria defesa e segurança do país (AS ATIVIDADES geográficas no Brasil, 1940, p. 1).

Este discurso sugere que tínhamos um território imenso e rico, um povo cheio de potencialidades, mas faltava um governo que combatesse a descentralização territorial administrativa prevalecente e controlasse todo o território nacional de forma mais abrangente. A revolução de 30 assume o caráter de um movimento de centralização, burocratização, e racionalização em torno da esfera estatal, com quebra na autonomia dos Estados e, resultando numa crescente centralização de poder, onde o executivo federal não só comandava as políticas econômica e social, como também dispunha dos meios repressivos e executivos (DRAIBE, 1985, p. 62).

No primeiro governo Vargas (1930-1945) ocorreram intensas mudanças nas áreas política, econômica, institucional e social. O processo que se inaugura em 1930, com a instalação do governo provisório, e que se completaria em 1937, ano em que é outorgada a nova Constituição, inaugurando o Estado Novo, traz como conseqüência o reforço do Poder Executivo e poderes ilimitados ao presidente Getúlio Vargas. O novo Estado Nacional precisava ser forte para agir com liberdade e combater as particularidades de ordem local e desta forma manter a unidade nacional.

O projeto político-ideológico do Estado Novo transforma o conceito de democracia do liberalismo em uma forma de organização estatal cujo objetivo era promover o bem do povo, até então, excluído do processo. O cidadão deste novo Estado, identificado por um trabalho produtivo, encontraria sua posição na sociedade

estabelecendo sua relação com o Estado. Percebe-se, então, que “a fórmula do novo formato do Estado também define as relações entre governantes e governados. Esta fórmula, a democracia social, autoritária, encontra-se no centro do projeto político-ideológico do Estado Novo” (OLIVEIRA,VELLOSO, GOMES, 1982, p. 91).

O contexto político é marcado por uma fase de revitalização da estrutura governamental federal. “Velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional-legal” (DRAIBE, 1985, p. 62). Com base nas relações de poder o governo toma medidas nas mais diferentes áreas. Cria comissões, conselhos, departamentos, institutos e ministérios que tinham como objetivo articular uma política ideológica que assinalasse toda a grandeza de sua inovação e legitimasse seu formato político-institucional, pois as instituições, de certa forma, exercem um poder disciplinar.

O processo de concentração de poder no Estado se expressou, também, na modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística sobre as riquezas nacionais, a população e a estrutura das atividades econômicas. Não foram poucos os levantamentos estatísticos que resultaram precários ou falharam por completo, resultado das condições anormais em que se encontravam os quadros territoriais do país.

A necessidade de criação de um órgão que centralizasse as pesquisas estatísticas levou Mário Augusto Teixeira de Freitas, Delegado Geral do Recenseamento do Estado de Minas Gerais, a delinear um modelo de gerenciamento de informações territoriais em que as decisões operacionais ficavam nas mãos de um único gerente, mas o processo de normalização das informações era compartilhado pelos produtores e usuários dos dados coletados (AS ATIVIDADES geográficas no Brasil, 1940).

A participação de representantes das diversas secretarias estaduais e de delegações da esfera municipal das grandes cidades garantia uma ampla aceitação do seu modelo, consolidando uma estrutura de eficiência. Aprovado o projeto, o Governo criou em 06 de julho de 1934, através do Decreto n^{o} 24.609, o Instituto Nacional de Estatística (INE), instalado somente em 29 de maio de 1936 na ocasião em que foram regulamentadas suas atividades.

Um dos principais fatores de coesão do governo Vargas, o Instituto Nacional de Estatística caracterizava-se por sua estrutura de representações que contemplava todas

as instâncias de governo, o que pode ser definido como agência do poder central capilarizada. A atuação do órgão seria diferente por ter como base uma orientação técnica mais precisa e unificada para todo o Brasil. “(...) o Instituto teve que acompanhar uma diretriz política fundada na centralização do poder do Estado, e que combatia o federalismo das unidades estaduais, (...)” (GOMES, 2002, p. 176). Ocorreu, então, um movimento de renovação da estatística nacional, em termos de ampliação da informação e estudos estatísticos, geográficos, geodésicos e cartográficos, e de controle dos serviços estaduais e municipais através de convênios. E como afirma Sônia Draibe (1985), a criação de um sistema nacional de estatística foi um passo importante, pois conferiu ao Executivo Federal maior consistência no monopólio da informação.

Contudo, ainda faltava um organismo que se dedicasse, especificamente, aos levantamentos geográficos realizados por diversos órgãos federais. Em 1931 o Brasil participa do Congresso Internacional de Geografia e tem o primeiro contato com a União Geográfica Internacional (UGI). Posteriormente, em 1933, o geógrafo francês Emmanuel De Martonne, formaliza o convite de filiação à UGI, salientando a idéia da constituição de um órgão nacional encarregado da coordenação dos problemas da geografia brasileira. Nesse mesmo ano, a Seção de Estatística Territorial, subordinada à Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, inicia suas atividades em benefício do conhecimento geográfico no país.

Em 1937 com a criação do Conselho Nacional de Geografia, membro da União Geográfica Internacional, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística (INE), o governo federal finalmente tinha um órgão responsável pelos projetos de reconhecimento do território brasileiro. Um ano depois, a alteração do nome para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enuncia com imparcialidade e integridade as suas atribuições. “(...) no decreto de adesão do Brasil à Union Géographique Internationale (...) reafirma-se no art. 1 o objetivo de ativar uma cooperação geral de todos por um conhecimento do território e da pátria” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 25).

Cabe ressaltar que a integração técnica entre a Estatística, a Geografia e a Cartografia se deu nesse período, principalmente em relação à preparação das equipes de profissionais. Houve necessidade da estruturação de um aparato institucional dedicado à Geografia, materializado com a criação de cursos universitários na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade do Distrito Federal (UDF), e a

contratação de jovens professores franceses que iniciaram suas carreiras de pesquisadores no Brasil.

A função básica do Conselho Nacional de Geografia, nesse período, era produzir mapas para os levantamentos censitários, pois a Estatística necessita de elementos geográficos para interpretar seus valores numéricos. Havia pela primeira vez uma preocupação com a correta localização das áreas a serem cobertas pelo Censo. "A Geografia e a Cartografia tiveram um papel essencial na melhoria da qualidade da informação. Os dados dos Censos, de 1940 para cá, evidentemente, têm um grau de fidedignidade muito maior[17]".

A partir da oficialização do projeto de Fábio de Macedo Soares Guimarães, que dividia o Brasil em grandes regiões, o Conselho Nacional de Geografia expandiu suas atividades aos estudos de geografia humana e regional no sentido de se construir um corpo de conhecimentos geográficos sobre o Brasil, tanto no plano acadêmico, como no plano das estratégias de planejamento territorial do país.

Para isso, se fazia necessário identificar numerosos aspectos da realidade brasileira até então desconhecidos. E para desempenhar com eficiência essa tarefa que lhe tinha sido atribuída, o IBGE implantou métodos de pesquisa utilizados por instituições e sociedades geográficas internacionais, tais como as excursões de estudo, que possibilitavam observações *in loco*. A pesquisa geográfica de campo permitia explorações detalhadas do processo de ocupação do território e estudos pioneiros do sistema urbano do país. "As excursões geográficas e os trabalhos de campo passam a ser o ponto alto das novas orientações didáticas. Enquanto isso, as viagens com fins de registro fotográfico se generalizam bem além da geografia institucional" (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 25).

É importante destacar que as pesquisas geográficas proporcionaram aos técnicos do Instituto aperfeiçoamento adequado e forneceram, ao governo federal, subsídios aos seus projetos de reconhecimento do território brasileiro, mudança da capital federal, colonização agrícola, regionalização em várias escalas, acompanhamento da urbanização e diagnósticos ambientais.

[17] Entrevista com o geógrafo Speridião Faissol concedida ao geógrafo Roberto Schmidt de Almeida, publicada no periódico *Cadernos de Geociências*, n.15, 1995.

2.2 Os trabalhos geográficos de campo e o conhecimento do território nacional

A Geografia deu os primeiros passos como ciência no fim do século XIX, graças aos trabalhos de Alexander von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel, onde procuravam mostrar que "a atividade humana obedece a leis impostas pelo espaço e pela localização" (GLÉNISSON, 1961, p. 66). Instrumento fundamental para conhecimento do território nacional,[18] a Geografia estuda o meio ambiente em seus aspectos geológicos e geomorfológicos, o clima, a vegetação, os solos etc., assim como os habitantes, sua relação com o meio e as estruturas econômicas e sociais implantadas nesse ambiente. Como conseqüência do desenvolvimento tardio, muitas vezes o campo da Geografia está no domínio de outras ciências que evoluíram anteriormente, sendo difícil estabelecer os verdadeiros limites. O trabalho realizado pelos geógrafos foi de apropriação e sistematização de conceitos e teorias até então restritas ao Estado, que recontextualizados no discurso geográfico enfatizam as relações entre poder e saber.

> Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber (...) (FOUCAULT, 1979, p. 158).

Não há relação de poder sem constituição de um saber, como também reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo o ponto de exercício do poder é um lugar de formação do saber e em contrapartida, todo saber assegura o exercício de um poder. Então, o saber geográfico surge como um instrumento de alto valor para analisar os problemas das regiões e realçar suas necessidades. Tem, portanto, valor utilitário para o poder, que por sua posição estratégica é capaz de explorar. O processo de concentração de poder no Estado, no primeiro governo de Getúlio Vargas, se expressou também na intensa formulação oficial de políticas territoriais explicitas no sentido de se conhecer geograficamente o país.

O IBGE, através do Conselho Nacional de Geografia (CNG), objetivando atender as necessidades do Governo Federal, procurou garantir treinamento

[18] Entrevista com o geógrafo Orlando Valverde concedida à autora em 22 de outubro, 16, 21 e 28 de novembro de 1998, com vistas à dissertação "Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968): imagens e representações numa abordagem da história oral", defendida em 2000, no então Mestrado em Memória Social e Documento, atual Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

especializado em pesquisas geográficas – método utilizado por geógrafos estrangeiros – para os estudantes que fariam parte do primeiro grupo organizado pelo Conselho, ainda no processo de implantação do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal (UDF). Pierre Deffontaines, geógrafo francês que lecionava na UDF, orientou os futuros geógrafos. Especialista em geografia física, tinha predileção pela geografia humana que lhe possibilitava explorar o processo de ocupação do território e analisar o sistema de urbanização do país. "O geógrafo europeu, alemão e francês principalmente, tinha uma visão integrada de geografia física e geografia humana, apesar de se especializar nisto ou naquilo[19]".

Considerando a necessidade de desenvolvimento sistemático dos estudos sobre a terra e a atividade humana, o IBGE criou, em 1939, um centro de estudos destinado a coordenar e estimular pesquisas empreendidas por seus geógrafos. As atividades do centro se desdobravam em reuniões, onde se discutiam temas geográficos, e em excursões que tinham por objetivo realizar investigações no próprio local. "O fundamental dessas excursões era essencialmente o levantamento do território, o conhecimento das suas condições naturais e humanas, as condições terrestres[20]".

Francis Ruellan, geógrafo francês discípulo de Emmanuel de Martonne e especializado em geomorfologia, torna-se o grande formador da geração de geógrafos do CNG, a chamada *velha guarda ibgeana* (Cf. Almeida, 2000, p. 183). Entre 1941 e 1956, organiza grandes trabalhos de campo, considerados por seus alunos como verdadeiros cursos especiais.

> Nas excursões secretariava o professor Ruellan. Tudo o que ele falava tinha que escrever na caderneta, tomar nota de tudo, medir, ficar encarregada da câmara clara, aquele aparelho que reconstitui o desenho, a paisagem, e principalmente

[19] Entrevista com o geógrafo Orlando Valverde concedida à autora.

[20] Entrevista com o geógrafo Carlos de Castro Botelho concedida à autora em 22 de junho 1999, com vistas à dissertação "Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968): imagens e representações numa abordagem da história oral", defendida em 2000, no então Mestrado em Memória Social e Documento, atual Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

> providenciar todas as excursões. Tinha que fazer tudo, desde o seguro de vida, porque as excursões eram perigosas. Ficávamos acampados, sozinhos no meio do mato[21].

Com o propósito de estudar geografia regional e pesquisa de campo na Universidade de Wisconsin, a primeira turma de geógrafos do IBGE segue para os Estados Unidos em 1945. Com esse grupo inicia-se o processo de aperfeiçoamento profissional de alto nível que ao longo da existência do órgão nunca foi interrompido. O Conselho de Geografia contrata Leo Waibel, professor da Universidade de Wiscosin, para orientar geógrafos em planejamento regional, tornando-se, então, esse geógrafo alemão, referência nos estudos de ocupação do território brasileiro. Seu vasto conhecimento de geografia agrária ampliou os horizontes de geógrafos encarregados pelo Governo Federal do desenvolvimento do projeto de colonização.

Em torno de Waibel, formou-se um seleto grupo de pesquisa de campo que propunha um novo enfoque para o conhecimento geográfico. Encarava como tarefa formar no campo os novos geógrafos. A sua orientação era bastante detalhada, pois ensinava aos alunos a organizar notas, redigir os diários, fotografar, fazer croquis, ver e pensar. Nas suas pesquisas um dos alunos ficava encarregado de observar a paisagem e tanto numa apresentação oral quanto num trabalho escrito, exigia que fossem primeiro apresentados os fatos, depois as teorias. Desta maneira, enfatizava seu ponto de vista metodológico de "que em Geografia, como em qualquer ciência concreta, deve-se aplicar o raciocínio indutivo, as teorias devem adaptar-se aos fatos e não estes às teorias" (WAIBEL, 1979, p. 15).

Primeiro projeto do grupo, o Atlas Geral da Colonização do Brasil localizava áreas que poderiam ser ocupadas por grandes massas de populações deslocadas pelo fim da Segunda Grande-Guerra. Depois veio o problema da mudança da capital para o Planalto Central, prevista na Constituição de 1946. Atendendo à demanda governamental em definir o espaço do Distrito Federal no interior do país, Leo Waibel e Francis Ruellan conduziram, cientificamente, pesquisas minuciosas nas zonas previamente escolhidas e estudos geográficos dos sítios adequados, que lá se poderiam encontrar, para a instalação de uma grande cidade. Sugeriu-se, entre outras, a área em

[21] Entrevista com a geógrafa Maria Francisca T. C. Cardoso concedida à autora em 15 de junho 1999, com vistas à dissertação "Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968): imagens e representações numa abordagem da história oral", defendida em 2000, no então Mestrado em Memória Social e Documento, atual Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

que hoje está Brasília, áreas no Triângulo Mineiro e na região chamada Mato Grosso de Goiás (EXPEDIÇÕES ao Planalto Central do Brasil 1947 – Relatórios).

Obedecendo ao programa *Marcha para o Oeste*, linha mestra da política preconizada por Vargas, a expedição Roncador-Xingu destinava-se ao desbravamento do Brasil Central, à descoberta de riquezas e abertura de roteiros e criação de núcleos agrícolas que pudessem receber maiores contingentes de povoados. A "Campanha Marcha para o Oeste" (Cf. Penha, 1993, p. 57) se propunha garantir a integração nacional, povoar e explorar as imensas áreas desertas do país, supostamente ricas em recursos naturais.

Como parte do plano geral de pesquisa sobre colonização no Brasil, o IBGE realizou no Rio Grande do Sul, em 1948, estudos geográficos que abrangeram análises do solo, vegetação, povoamento, ocupação, sistemas agrícolas, paisagens culturais e a viabilidade para receber os imigrantes. Esse plano exigiu numerosos trabalhos de campo sob a orientação de Leo Waibel.

Em 1949, o IBGE assinou um convênio com a Comissão do Vale do Rio São Francisco para realizar o levantamento geológico/geomorfológico da bacia do rio e investigar sítios para a construção da Usina de Paulo Afonso.

> Foi a maior excursão que houve no IBGE, o primeiro trabalho no Vale do São Francisco, pesquisa de campo com o senhor Francis Ruellan. A Francisca quando fala já está amenizando muito as coisas. Aquilo foi uma excursão de trabalho e trabalho pesado. Muita coisa surgiu como documentação fotográfica, de conhecimento do Brasil, de formação dos geógrafos, de noção do valor de excursão de trabalho de campo. Eu não era dessa época, mas quando cheguei tudo girava em torno, quase tudo, em termos de metodologia de trabalho de campo[22].

Geógrafos do CNG, em 1953, saíram em excursão à região setentrional de Goiás, destinada a completar o reconhecimento das principais áreas da Região Centro-Oeste. A expedição teve como ponto de partida a cidade de Peixe, situada no centro-oeste goiano e, como ponto final, a cidade maranhense de Carolina, localizada ao longo do Rio Tocantins. Entre outras localidades foram visitados garimpos de cristal.

[22] Entrevista com o geógrafo Henrique Sant'anna concedida à autora em 30 de maio de 1999, com vistas à dissertação "Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968): imagens e representações numa abordagem da história oral", defendida em 2000, no então Mestrado em Memória Social e Documento, hoje Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Nesse mesmo ano, ocorreu uma excursão à zona do cacau, na Bahia, com o objetivo de reconhecimento geográfico de uma área, na época, ainda totalmente desconhecida.

> Em 53 [1953] fiz a minha primeira excursão independente, porque até então era o Ruellan que orientava, que dirigia. Fui para o sul da Bahia, a zona do cacau, em uma excursão com um grupo pequeno, o Tomas era o nosso fotógrafo. Fui como geógrafo e tinha um estagiário, o Gentil Branco, para conhecer uma área no litoral que era totalmente desconhecida. Não sabíamos nada da zona do cacau, não conhecíamos nada do extremo sul da Bahia, nada do norte do Espírito Santo, que não foram incluídos porque não havia condições de acesso[23].

Ainda em 1953, o geógrafo Lúcio de Castro Soares percorreu toda a área de transição da Amazônia com o Centro-Oeste e o Nordeste, resultando no trabalho **Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico** publicado na *Revista Brasileira de Geografia*. "Eu quando entrei no IBGE em 53 [1953], o Lúcio de Castro Soares estava terminando de definir os limites da Amazônia Legal para entregar ao presidente [da República]. Nós fomos ao Palácio do Catete[24]".

O período entre o início dos anos 1940 e final dos anos 1950, é chamado pelos geógrafos do IBGE de *época de ouro da pesquisa de campo*, que culminou com as excursões efetuadas em 1956 no XVIII Congresso Internacional de Geografia, e em 1957 com as expedições que visavam à elaboração da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*[25].

> A época de ouro dos trabalhos de campo foi até o Congresso Internacional, em 56 [1956]. Com o passar do tempo os métodos de trabalho vão se atenuando, houve uma evolução. Vai surgir, também, uma coisa muito importante para amenizar um pouco, que se esquece de vez em quando, que é a fotografia aérea. A fotografia aérea dispensou o trabalho de campo em oitenta por cento[26].

O XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional (UGI), aconteceu no Rio de Janeiro entre 09 e 18 de agosto de 1956. Organizou-se um programa de excursões para que os congressistas pudessem conhecer as regiões geográficas de maior atração e interesse. Em preparação dessas

---

[23] Entrevista com o geógrafo Carlos de Castro Botelho concedida à autora.
[24] Entrevista com o geógrafo José César de Magalhães concedida à autora em 03 de julho de 2008.
[25] Orientada e planejada pelo presidente do IBGE Jurandir Pires Ferreira, representa um retrato do Brasil na década de 1950, do ponto de vista histórico-geográfico e socioeconômico. Composta de duas partes principais, na primeira apresenta as regiões geográficas do país no seu aspecto geral e na outra, informações específicas de cada município, tais como: dados sobre sua história, condições geográficas, cultura do solo, desenvolvimento industrial, potencial econômico, condições culturais e sociais.
[26] Entrevista com o geógrafo Henrique Sant'anna concedida à autora.

expedições, vários geógrafos brasileiros visitaram os pontos escolhidos, determinando itinerários e estabelecendo contatos com as autoridades locais.

> Em 56 [1956] se realizou o XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro, que foi na União Geográfica Internacional, o maior congresso de Geografia de todos os tempos. O primeiro na região tropical, na faixa tropical e, também, o primeiro no hemisfério sul. Nós organizamos excursões como guias de geógrafos, fizemos nove excursões e conduzi um grupo de vinte e dois geógrafos de dezesseis nacionalidades diferentes, do Rio de Janeiro até o interior do Rio Grande do Sul. Levamos vinte e um dias no campo. Um dos colegas, o Lúcio de Castro Soares, levou um grupo para a Amazônia. A maior curiosidade despertou. Já imaginou os europeus serem conduzidos por um geógrafo para a Região Amazônica, uma grande desconhecida! Foi um sucesso extraordinário[27].

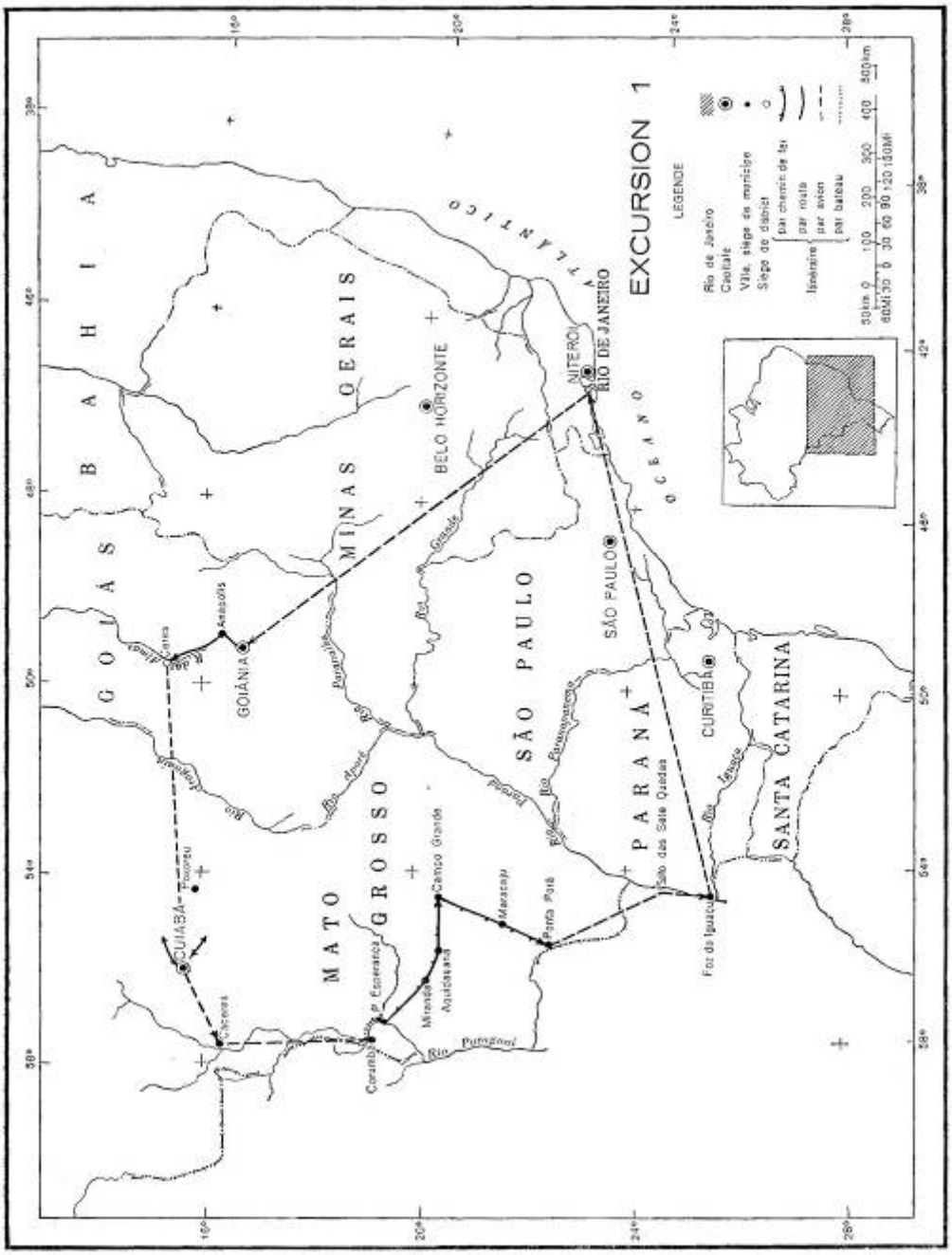
As excursões do XVIII Congresso Internacional de Geografia deram origem a nove livros-guias[28] que representam o resultado de viagens e pesquisas, proporcionando ao mesmo tempo uma visão geral das principais regiões do Brasil e a oportunidade de conhecimento mais pormenorizado da geografia física e humana das áreas escolhidas. Os mapas indicam como essas expedições se estenderam por todo o território brasileiro compreendendo os aspectos geográficos mais significativos.

[27] Entrevista com o geógrafo Orlando Valverde, concedida à autora.

[28] A Comissão Organizadora foi obrigada a dar prioridade à publicação dos livros-guias em francês e inglês, tendo em conta que os brasileiros eram os anfitriões do Congresso, a predominância dos geógrafos estrangeiros entre os inscritos nas excursões, a premência de tempo e a exigüidade de recursos. A divulgação em português ficou assegurada em virtude de entendimentos entre o Conselho Nacional de Geografia e a União Geográfica Internacional. Tomando a si o encargo da edição em idioma nacional, encontrou o CNG a oportunidade de prestar mais um serviço relevante, não só com os geógrafos do país, mas a quantos se interessam pelos grandes problemas nacionais. (COMPTES rendus du XVIII^{e} Congrès Internacional de Géographie, 1956: 87).

Mapa 2

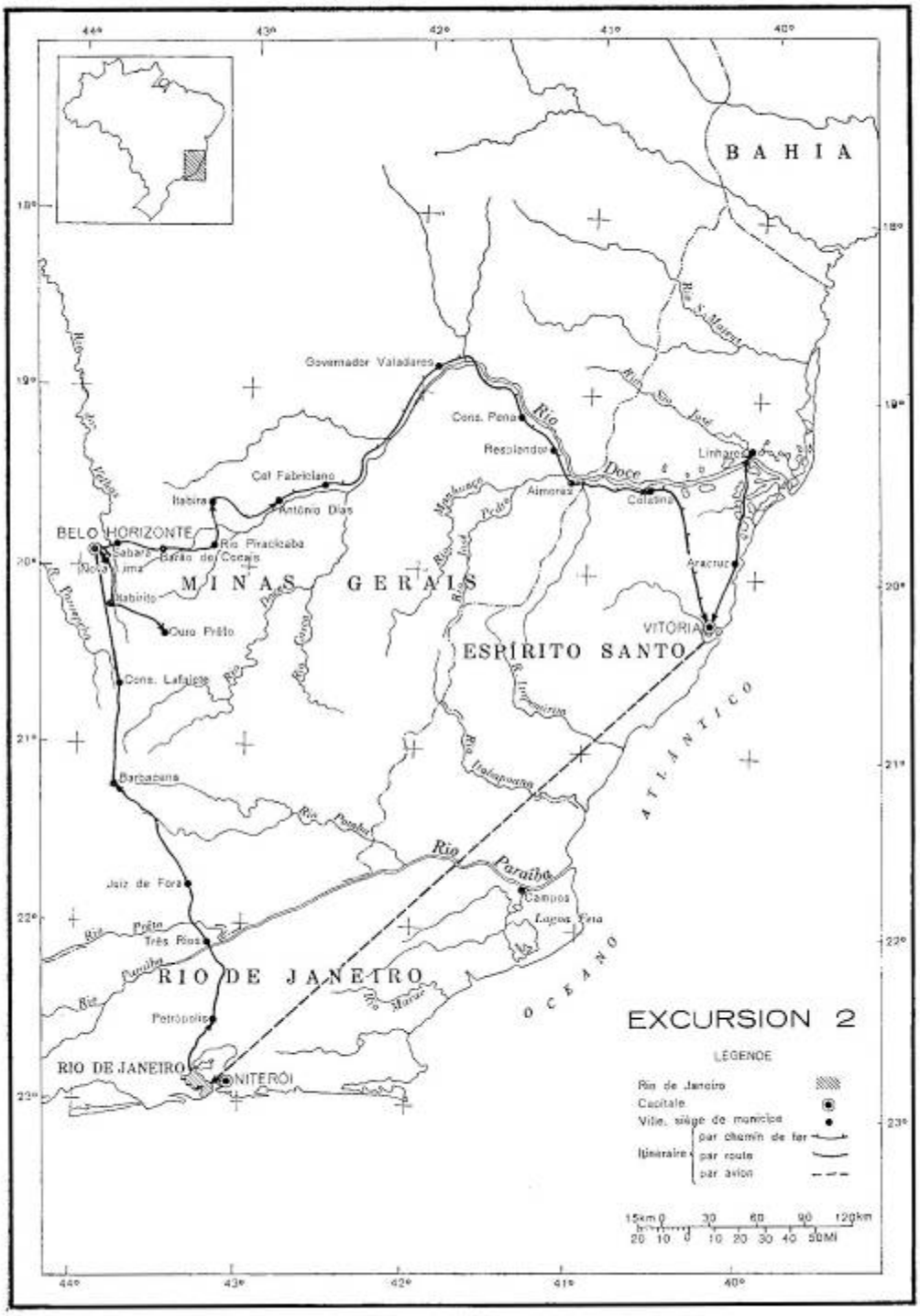
XVIII Congresso Internacional de Geografia
Excursão 1: Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Matogrossense



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 87.

Mapa 3

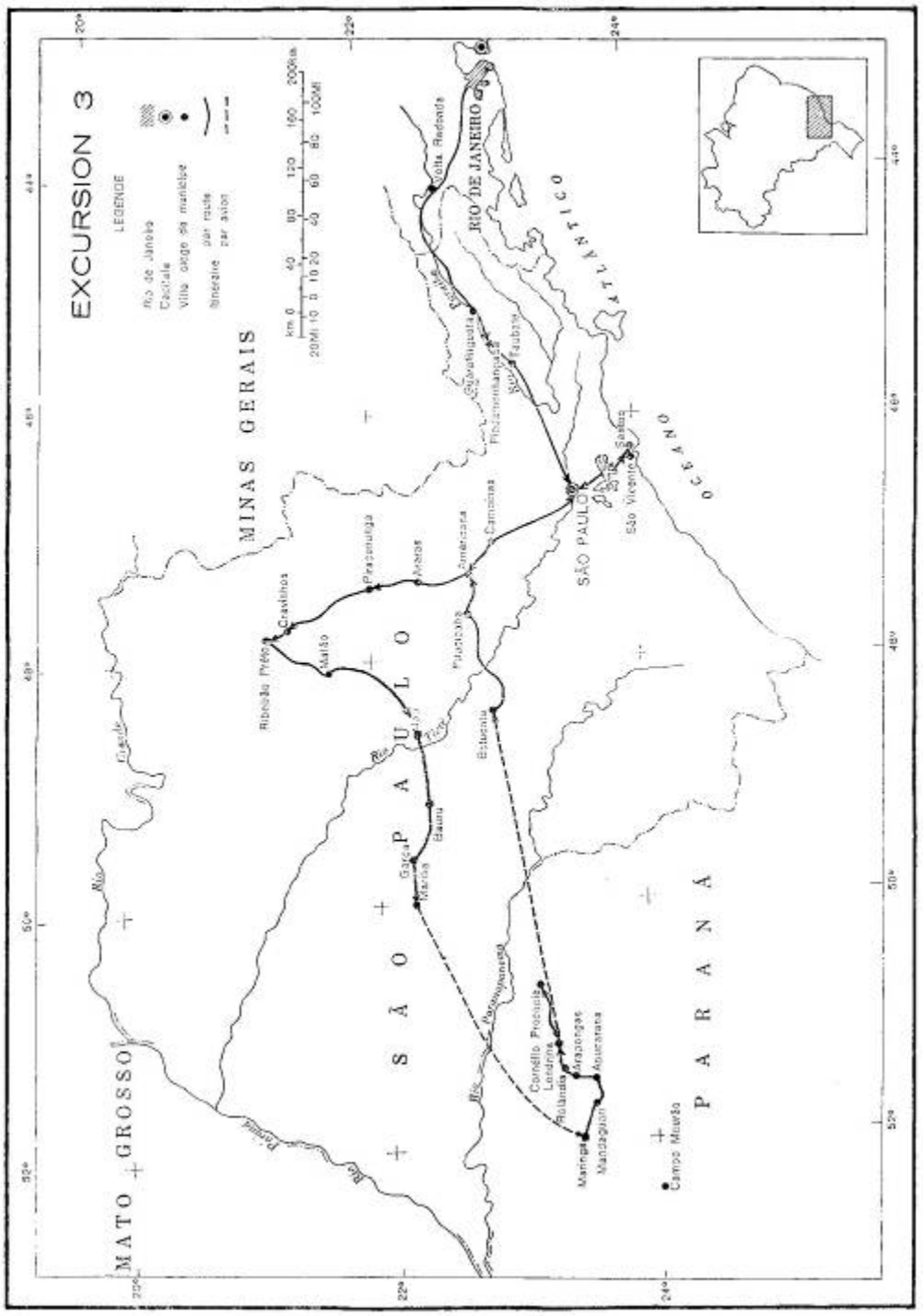
XVIII Congresso Internacional de Geografia
Excursão 2: Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 91.

Mapa 4

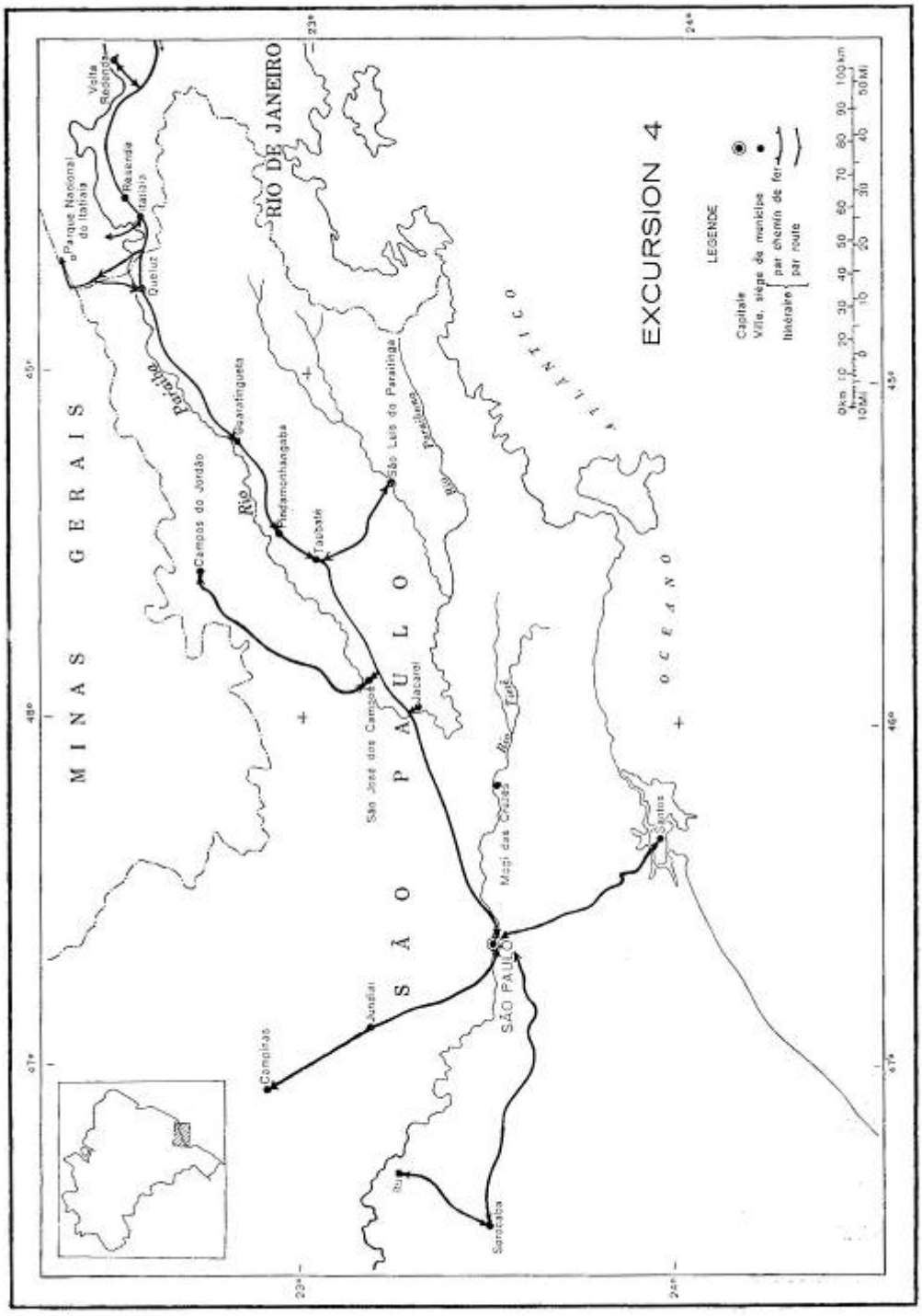
XVIII Congresso Internacional de Geografia:
Excursão 3: Roteiro do café e zonas pioneiras



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 95.

Mapa 5

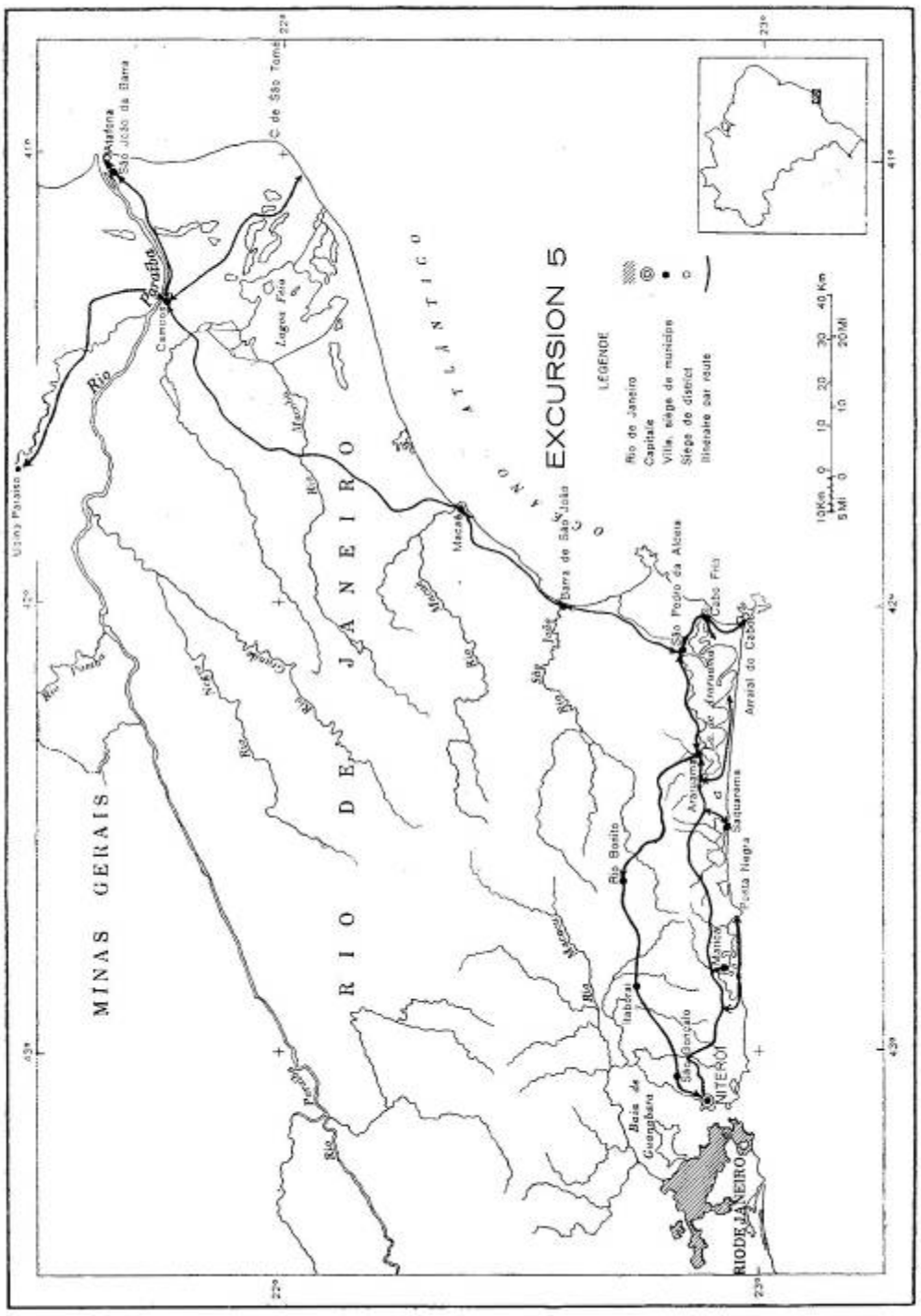
XVIII Congresso Internacional de Geografia:
Excursão 4: Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 99.

Mapa 6

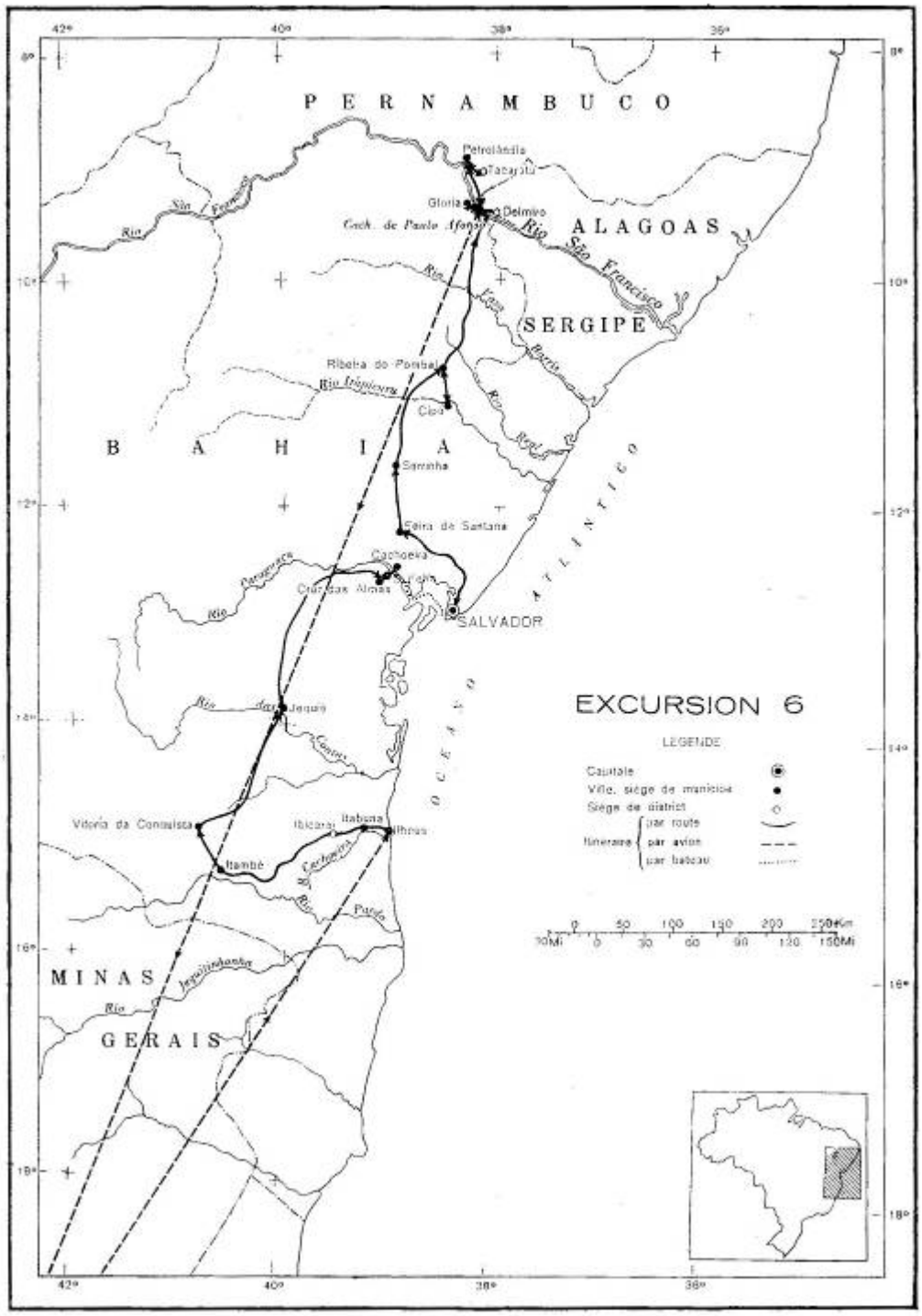
XVIII Congresso Internacional de Geografia:
Excursão 5: Planície litorânea e zona canavieira do Estado do Rio de Janeiro



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 105.

Mapa 7

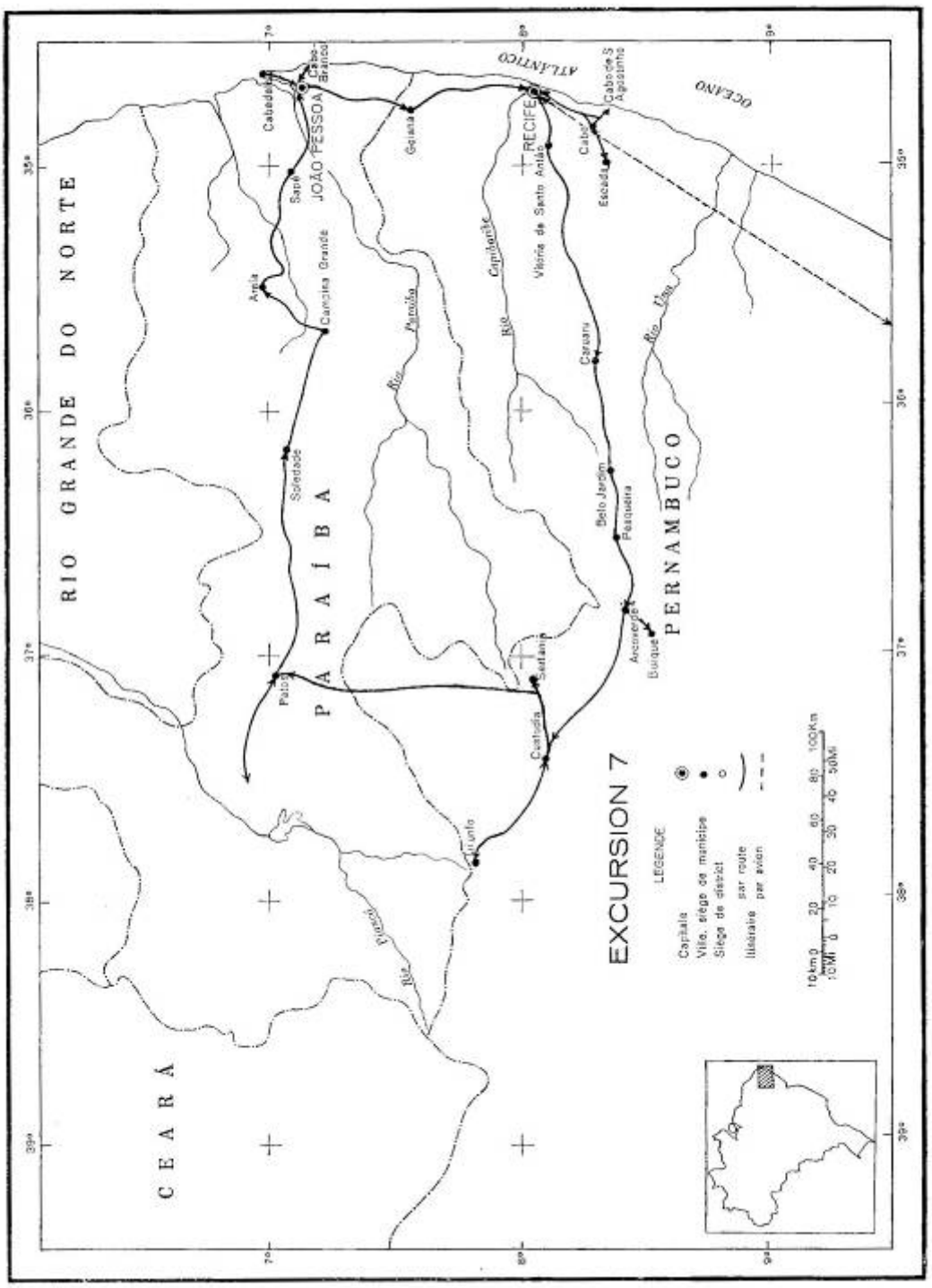
XVIII Congresso Internacional de Geografia
Excursão 6: Bahia



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 109.

Mapa 8

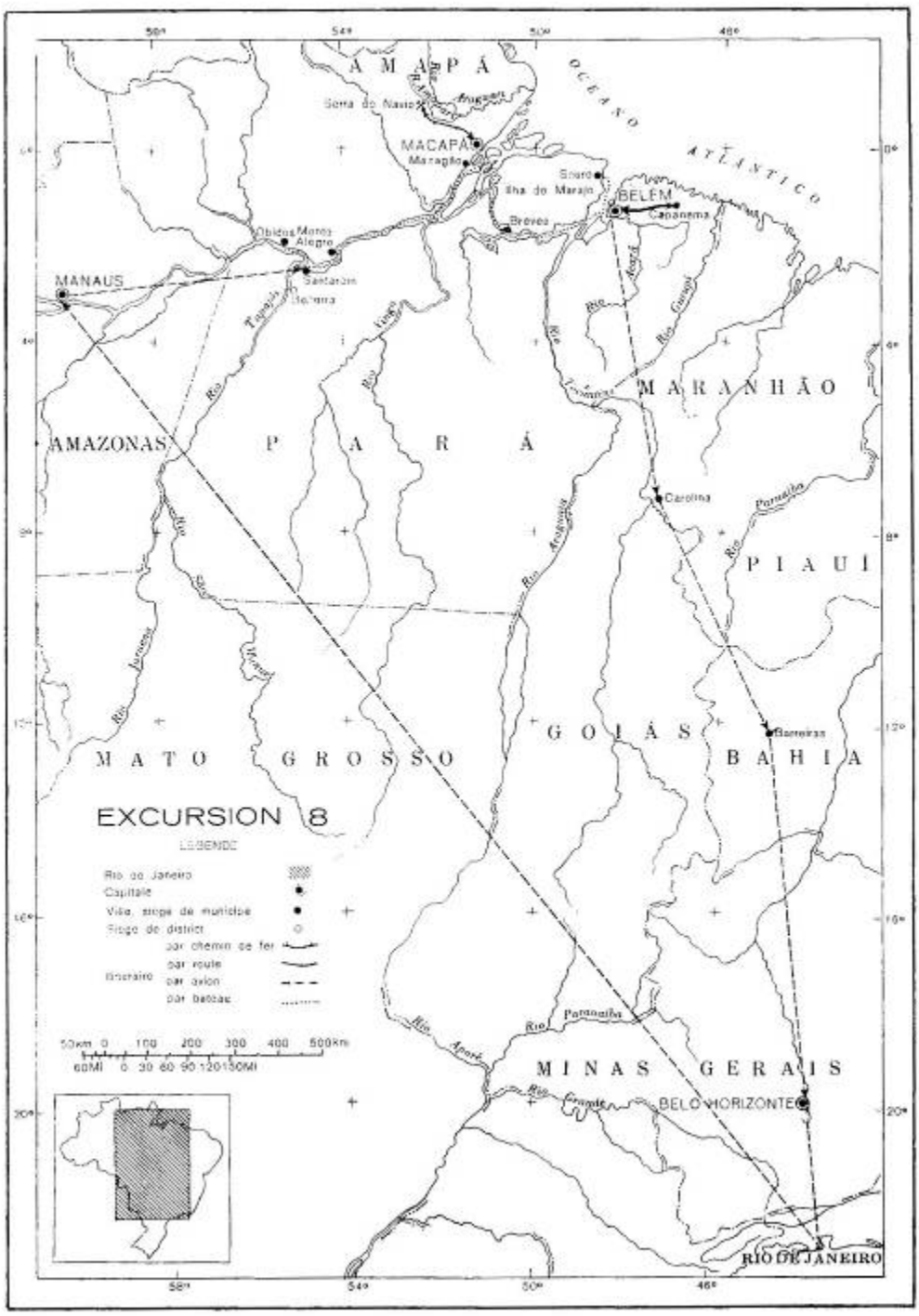
XVIII Congresso Internacional de Geografia
Excursão 7: Nordeste



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 111.

Mapa 9

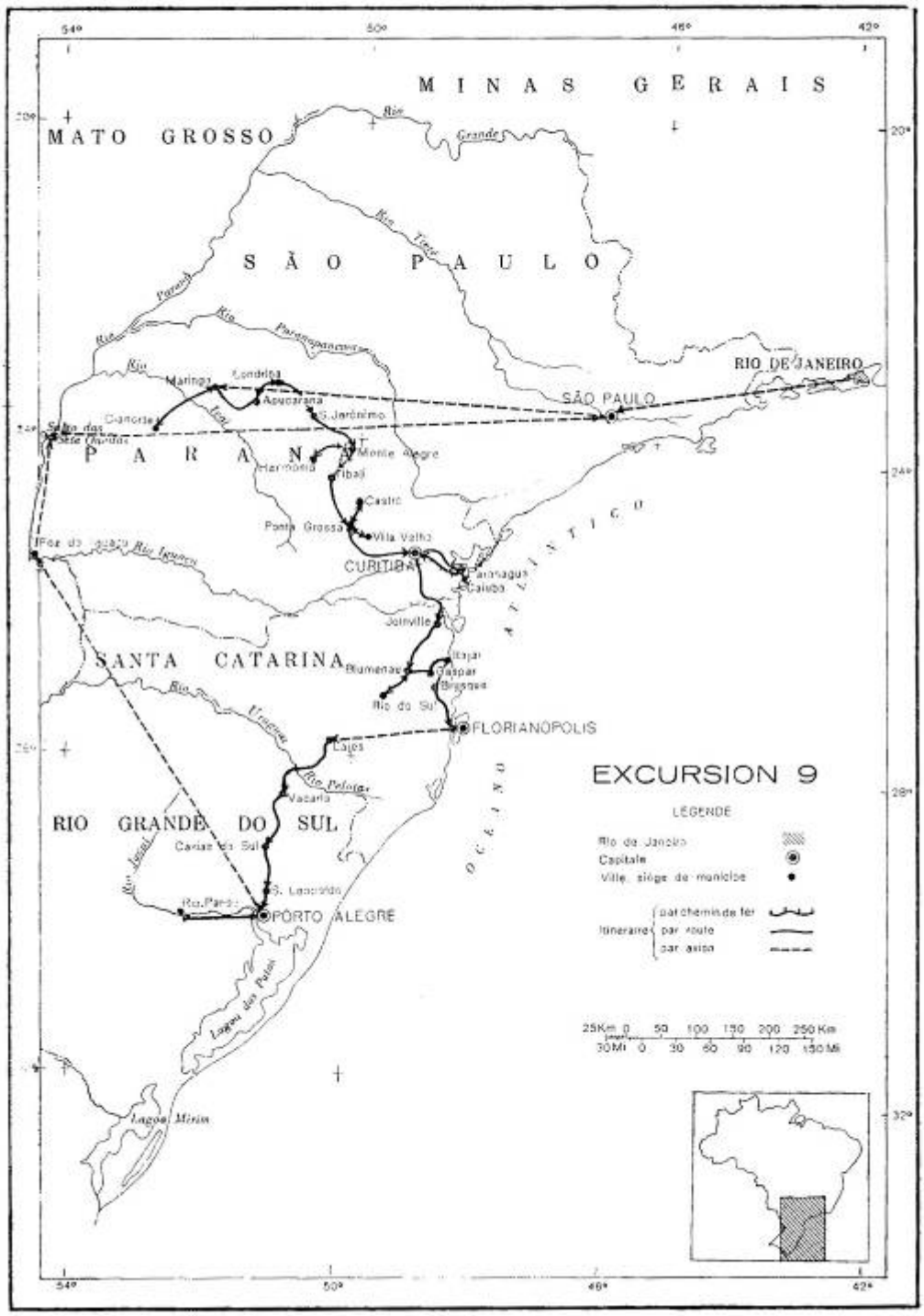
XVIII Congresso Internacional de Geografia
Excursão 8: Amazônia



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 119.

Mapa 10

XVIII Congresso Internacional de Geografia
Excursão 9: Planalto meridional do Brasil



FONTE: Comptes rendus du XVIII[e] Congrès International de Géographie, 1959: 123.

O Quadro 2 relaciona a área pesquisada, a direção e o período em que foram realizadas as excursões do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Conduzido por Lúcio de Castro Soares e em companhia de congressistas estrangeiros, Tibor Jablonszky registrou imagens do itinerário número 8 que percorreu a Amazônia.

Quadro 2

Roteiro das excursões do XVIII Congresso Internacional de Geografia
Rio de Janeiro, 09 a 18 de agosto de 1956

Nº	Área pesquisada	Direção	Período
1	Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Matogrossense	Fernando F. Marques Miguel A. de Lima	21/07 a 8/9/56
2	Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce	Ney Strauch	23/8 a 7/9/56
3	Roteiro do café e zonas pioneiras	Ary França	21/8 a 6/9/56
4	Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo	Aziz Ab'Saber Maria Segadas Soares	28/7 a 7/9/56
5	Planície litorânea e zona canavieira do Estado do Rio de Janeiro	Lysia M. C. Bernardes	21/8 a 28/8/56
6	Bahia	Alfredo P. Domingues Elza de Souza Keller	21/9 a 3/10/56
7	Nordeste	Mário L. de Mello	21/9 a 5/10/56
8	Amazônia	Lúcio de Castro Soares	21/9 a 13/10/56
9	Planalto meridional do Brasil	Orlando Valverde Dora A. Romariz	21/9 a 10/10/56

FONTE: Boletim Geográfico, v.13, n.128, set./out. 1956.

O IBGE organizou muitas excursões de estudo em todas as unidades da federação. ***Era preciso redescobrir o Brasil***. E os trabalhos geográficos de campo foram essenciais no cumprimento da missão do Instituto – revelar informações sobre a população brasileira e o território nacional.

2.3 O Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo

Fotografias ainda são vistas como documentos especiais, tanto na área arquivística, que as separa do restante do acervo para fins de tratamento técnico específico, quanto na de estudos históricos que se servem dela como fonte ou objeto de pesquisa. Na área de história, Meneses (2003, 2005) propõe uma discussão bastante relevante e atual sobre a questão das fontes visuais. Nos debates sobre arquivos, Lopez (2000) aposta numa mudança para o tratamento dos documentos imagéticos. O autor critica o tipo de organização que tende a valorizar a informação visual e entende a reconstrução do contexto de produção do documento como tarefa indispensável da organização arquivística.

Entretanto, não nos cabe questionar aqui métodos de organização de documentos fotográficos, "uma vez que constitui (...) um dos assuntos menos discutidos e mais naturalizados no que diz respeito ao cumprimento de metodologias arquivísticas" (LACERDA, 2009, p. 3). O que tencionamos é apresentar o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, do qual os registros imagéticos de Jablonszky, nosso objeto de estudo, fazem parte.

No cenário Pós-Segunda Guerra Mundial a migração internacional readquirira importância para a Europa. "Essa migração, porém, era de um tipo novo, agora de trabalhadores qualificados e profissionais" (KLEIN, 2000, p. 26). Nesse período, grupos de profissionais liberais e técnicos especializados migraram para o Brasil, procedentes das principais cidades da Hungria. Essa leva de húngaros deixou o seu país supostamente por motivos ideológicos, muitos certamente devido à estatização. Portanto, um bom número deles pertencia à camada mais abastada da sociedade.

Entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, o Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, contratou os primeiros fotógrafos profissionais, três húngaros recém chegados ao Brasil – Tibor Jablonszky, Tomas Somlo e Stivan Faludi –, que passaram a integrar os grupos de pesquisas geográficas de campo.

> O Tibor era católico, ele foi educado no Colégio Real dos Beneditinos (...). Agora, os dois, o Tomas e o Faludi é que eram judeus. O Tibor era católico, foi educado no Colégio dos Beneditinos, na Hungria[29].

[29] Entrevista com a geógrafa Eva Menezes de Magalhães concedida à autora em 14 de fevereiro de 2008.

Tibor Zoltan Jablonszky, natural de Sarospatak, Hungria, nascido a 07 de junho de 1924, filho de Jozsef Jablonszky e de Iren Polnik, chegou ao Brasil procedente de Copenhague na embarcação Carina, desembarcando no Porto do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1948. Técnico de filmes, em seu país de origem exercia a ocupação de diretor na Cia. de Cinema da Hungria.

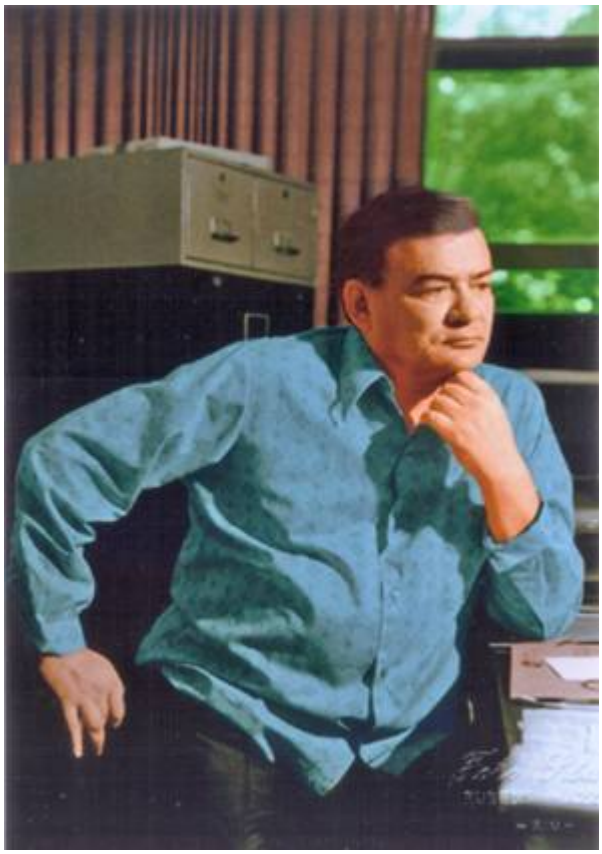


Foto 5. Tibor Jablonszky no Setor de Fotografia e Cinema, [197?], posa para o fotógrafo do IBGE Rubens Mazzola. Acervo particular Rubens Mazzola

Admitido no território nacional em caráter permanente, consta na sua carteira de identidade, emitida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, a autorização definitiva, obtida no dia 13 de agosto de 1948. Em 27 de maio de 1953, solicita naturalização ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, lhe sendo exigido comprovantes de todos os locais onde residiu desde a sua chegada ao país; atestado policial de residência nos cinco anos desde a chegada; prova de exercício de sua profissão; e prova de sua filiação. Não tendo prestado esclarecimentos sobre a divergência do seu nome entre a carteira de estrangeiro e a certidão de nascimento, novamente o processo apresenta exigências a

serem cumpridas. Declara, então, desejar naturalizar-se com o nome de Tibor Jablonszky, conforme consta de sua carteira de identidade de estrangeiro (Fig. 1). Cita como motivos para sua naturalização ser funcionário contratado do Conselho Nacional de Geografia e por querer viver no Brasil permanentemente. Finalmente, o decreto de 19 de fevereiro de 1954, concede naturalização a Jablonszky[30].

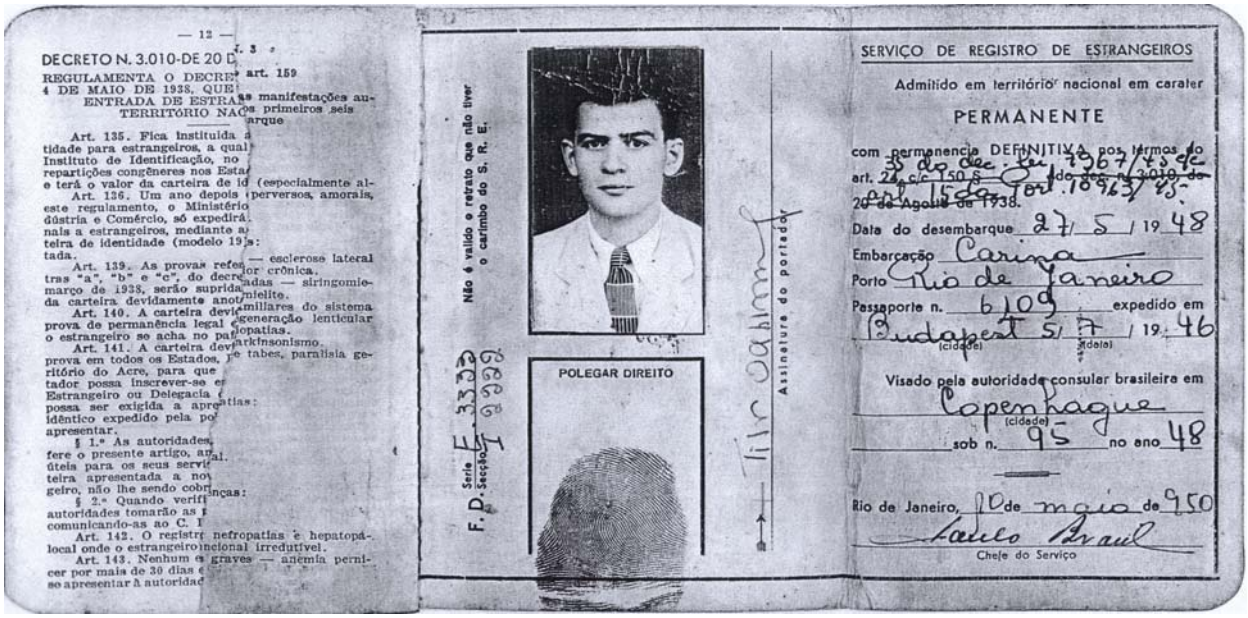


Fig. 1. Página da carteira de identidade de Tibor Jablonszky, emitida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros

Tibor saiu da Hungria no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando os soviéticos ocuparam o país em 1945. De acordo com o passaporte concedido pela Polícia de Budapeste em 05 de julho de 1946, antes de vir para o Brasil passou por cinco países: Áustria, Alemanha, Tchecoeslováquia, Dinamarca e Suécia. Em 1947 e 1948, tem seu passaporte renovado de cinco em cinco meses[31]. Seu pai, Jozsef Jablonszky, era funcionário da Real Polícia do Estado Húngaro[32], sua posição no governo pode ter lhe permitido dar fuga ao filho, conforme a narrativa de Eva Menezes de Magalhães.

[30] Cópias dos documentos de solicitação de permanência definitiva e de naturalização encaminhados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, fornecidos pelo Arquivo Nacional à autora.
[31] Idem.
[32] Idem.

> (...) assim ele me contou na época. Quando o pai dele soube que a Hungria ia ser invadida... O pai dele tinha um cargo no governo e soube que a Hungria ia ser invadida, então deu fuga ao filho. Ele foi a vários países, não é Irene[33]? Ele não veio direto para o Brasil, esteve em vários países (...) até chegar ao Brasil e nessa *vida* foi que ele encontrou o Faludi. Eu acho que na fuga eles se encontraram e como eram húngaros, falavam a mesma língua, se uniram e chegaram ao Brasil os três juntos. Trabalharam primeiro em Laranjeiras. O IBGE tinha um laboratório[34] em Laranjeiras.

O governo de ocupação comunista através do Departamento da Proteção ao Estado, um departamento de polícia política, aprisionou e por muitas vezes eliminou opositores ao novo regime entre 1945 e 1950. "Contra quem não conseguiam levantar provas simplesmente enviavam a campos de internação" (SZABO, 2006, p. 14). Nesse mesmo período como conseqüência da fuga de Tibor Jablonszky seus pais estiveram presos nesses campos[35].

> Ele veio ainda jovem, fugiu, veio fugido e aqui conseguiu legalizar a situação dele. Os pais fizeram contato, ele tinha só uma irmã e a família toda já se foi. O russo ocupou a Hungria. O negócio era sair da Hungria, porque a Hungria estava sendo invadida pelos comunistas e quem não era comunista ...[36].

A Revolução Cultural Socialista combatia todas as tendências artísticas, a única aceitável era o realismo socialista. O modelo para as artes tinha que ser o soviético. Em 1948 foram extintas revistas literárias, estatizadas editoras, alguns escritores condenados ao silêncio e outros ao exílio. Destinos semelhantes tiveram músicos e cineastas. Para o cinema, área de atuação de Tibor, "foram produzidos 59 longas-metragens entre 1949 e 1956, uma produção pequena se comparada à húngara entreguerras, que entre 1931 e 1941 produziu 237 filmes" (SZABO, 2006, p. 32).

Contratado como técnico de cinema pelo Conselho Nacional de Geografia, em 01 de março de 1949, sendo este seu primeiro emprego no país, Tibor Jablonszky permanece no IBGE até 1980, ano da sua morte. É importante ressaltar que Irene de Carvalho Jablonszky atendeu prontamente ao chamado de Eva Menezes de Magalhães quando esta nos dava sua entrevista e dela participou ainda que discretamente. Entretanto, a viúva do fotógrafo manteve a decisão de não dar sua própria entrevista.

---

[33] Irene de Carvalho Jablonszky, viúva de Tibor Jablonszky, participando do depoimento de Eva Menezes de Magalhães.
[34] Laboratório do IBGE/Conselho Nacional de Geografia, com sede na Rua General Cristóvão Barcelos, nº 25/301. Requerimento de registro permanente de Tibor Jablonszky. Cópia da documentação fornecida à autora pelo Arquivo Nacional em 24 de outubro de 2006.
[35] Entrevista com a geógrafa Eva Menezes de Magalhães concedida à autora.
[36] Idem.

Todavia, Irene afirma que Jablonszky não deixou acervo fotográfico particular. Na continuidade da pesquisa não obtivemos mais informações sobre a trajetória do fotógrafo. Jabonszky chefiou os fotógrafos Wilson Aranha e Rubens Mazzola, mas estes não conseguiram lembrar de fatos da sua trajetória de vida.

Reconhecido pelos geógrafos por seu excelente trabalho, ao fotografar aplicava o conhecimento herdado dos estudos de cinema na Hungria. Teve também a oportunidade de realizar filmes e slides[37] sobre a geografia do Brasil.



Foto 6. Fotógrafos e técnicos do Setor de Fotografia e Cinema posam para o fotógrafo do Setor Gilson Costa. Tibor Jablonszky é o terceiro à direita de óculos e terno, [196?].
Acervo Rubens Moreno Mazzola (primeiro à direita)

Tibor Jablonszky, Tomas Somlo e Stivan Faludi, foram atores importantes na construção da memória institucional do IBGE, posto que além de excelentes profissionais com experiência adquirida na Hungria, deixaram como legado um acervo precioso. Na qualidade de técnicos especializados de alto nível tiveram como

[37] Os filmes e slides citados nas entrevistas não foram encontrados no acervo da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE.

atribuições produzir fotografias, acompanhar as excursões, identificar e guardar a documentação fotográfica produzida entre outros desempenhos de igual valor que contribuíram para a organização do Setor de Fotografia e Cinema do Conselho Nacional de Geografia.

> É porque eles chegaram juntos. Eu me lembro que ele [Tibor Jablonszky] contava que eles começaram em Laranjeiras, os três moravam juntos e tinham um laboratório. Naturalmente rudimentar, depois o IBGE montou esse laboratório (...).[38]

A partir da criação daquele Setor, sempre que as equipes de campo saíam em expedições levavam um fotógrafo. Não só os húngaros, mas Gilson Costa, Hernondino Chagas, José Souza, Nelson Sépula, Rubens Moreno Mazzola, Wilson de Souza Aranha, Jaime Serra e outros participaram das excursões geográficas de campo até 1968.

O Setor também ficava responsável por cuidar das câmaras fotográficas, filmadoras, projetores de filmes e de slides.

> É um tanto difícil especificar todos aqueles equipamentos que nós, lá do Setor de Fotografia e Cinema utilizávamos, considerando os instalados no laboratório, somados aos modelos de câmeras e *flashs* que eram vários[39].

Nas expedições científicas promovidas pelo IBGE, o grupo escolhia o fotógrafo que o acompanharia, "*só ia um fotógrafo*[40]", para cuidar do material fotográfico, como máquinas e filmes, e registrar imagens segundo orientação do geógrafo que chefiava o trabalho de campo. "(...) mas o Jablonszky ia sempre orientado pelo geógrafo, ele podia bater alguma coisa por conta dele, mas ele era sempre orientado. Jablonszky bate isso aqui pra mim[41]".

Rubens Moreno Mazzola reafirma a fala do geógrafo José César de Magalhães. "Eles diziam o que eles queriam. O professor Orlando Valverde (...) me dizia: Isso aqui vai fazer parte. Depois ele me deixava à vontade quanto a ângulos, o que eu devia fazer[42]".

---

[38] Entrevista com a geógrafa Eva Menezes de Magalhães concedida à autora.
[39] Entrevista com o fotógrafo Rubens Moreno Mazzola concedida à autora em 12 de janeiro de 2009. Em sua entrevista ele diz que a câmara *Rolleiflex* utilizada por ele era de sua propriedade.
[40] Entrevista com o fotógrafo Wilson de Souza Aranha concedida à autora em 13 de março de 2008.
[41] Entrevista com o geógrafo José César de Magalhães concedida à autora.
[42] Entrevista com o fotógrafo Rubens Moreno Mazzola concedida à autora.

Assim, o primeiro olhar era do geógrafo que mostrava o que deveria ser fotografado, e o segundo olhar ficava para o fotógrafo que escolhia o que focar na paisagem indicada pelo geógrafo. Temos, portanto, duas seleções, duas escolhas: a do geógrafo e a do fotógrafo.

Reveladas assim que chegavam ao laboratório fotográfico, as imagens passavam por um novo processo de seleção, pois havia uma preocupação em formar um arquivo fotográfico de qualidade para ilustrar as publicações editadas pelo IBGE, produzir slides que seriam exibidos nos cursos para aperfeiçoamento de professores de geografia, disponibilizar as fotografias a todos os usuários. Nesse momento temos o terceiro olhar – as fotografias passam pelo crivo de quem organizou o arquivo.

A sistemática desenvolvida para a organização do acervo fotográfico consistia em colar as fotos e as cópias de contato em cartolina tamanho ofício. O processo de legendar e classificar pelo número do negativo – número que obedece a ordem cronológica correspondente à data da excursão, tinha como objetivo recuperar pelo número as informações descritas nos cadernos de controle. As anotações manuscritas referenciam destino e geógrafo responsável pela excursão, data, número do negativo, local (estado e região) e legenda. Em alguns dos seis cadernos o nome dos fotógrafos também está registrado. Fotos e contatos arranjados no arquivo físico, assim como os cadernos de controle, constituíam o sistema de armazenagem/recuperação das informações imagéticas.

> Quem fazia as legendas eram os geógrafos. Essa especialidade era do geógrafo, porque o importante na fotografia era identificar a área e, os geógrafos estavam preparados para isso. Então nosso trabalho no laboratório, quer dizer, o primeiro trabalho mesmo, de campo, acompanhar os geógrafos nas excursões. Segundo, no laboratório revelar os filmes todos. Quando nós chegávamos, nós os fotógrafos que acompanhávamos a excursão, revelávamos todas as fotografias para identificar os filmes. Depois disso, o geógrafo ou geógrafos, às vezes tinha mais de um, preparava as legendas e [a foto] era registrada então no Setor, num livro (...)[43].

No final da década de 1960, por problemas de espaço as fotografias em tamanho maior foram descartadas, preservando-se os contatos que foram colados em fichas cartonadas e classificados de acordo com o número do negativo. Relacionados nessas fichas estão legenda, geógrafo responsável pela expedição, fotógrafo e data. Em

[43] Entrevista com o fotógrafo Wilson de Souza Aranha concedida à autora.

algumas raras exceções encontramos apenas as legendas. Os cadernos com anotações manuscritas foram substituídos por cadernos de legendas datilografadas e organizados por região/estado, forma que atendia mais prontamente as necessidades dos usuários. Atualmente o arquivo está estruturado pelo número do negativo, segundo o Estado.

Para melhor entendermos o sistema de armazenagem/recuperação da informação, exemplificamos utilizando o negativo abaixo CNG 11095 “Casebres e habitantes do São Francisco, Pernambuco, 1962”: o número do negativo coincide com a numeração do caderno de anotações manuscritas (Fig. 2), com o caderno de legendas datilografadas, capa (Fig. 3) e página (Fig. 4), com a ficha cartonada onde está acondicionado o negativo (Fig.5) e com a ficha cartonada onde está colado o contato, frente e verso (Fig.6).

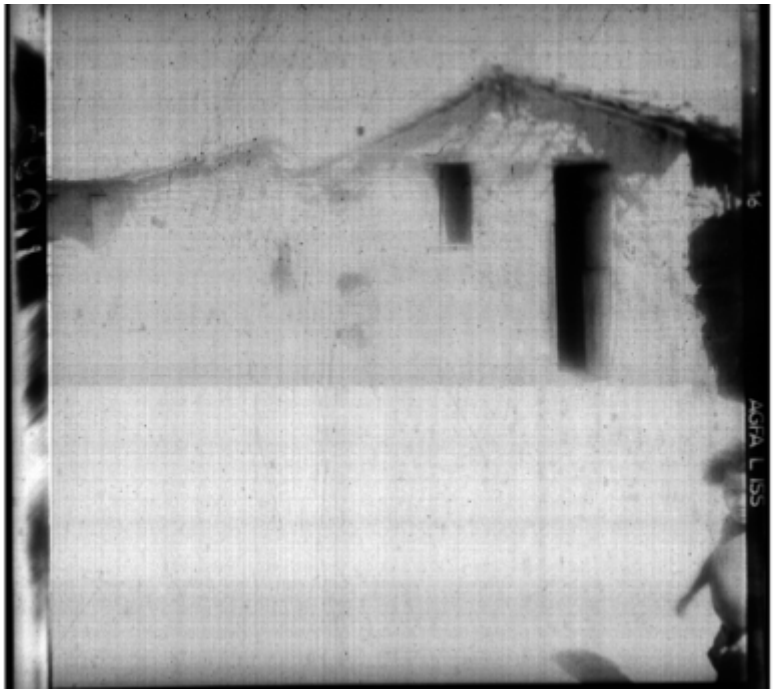
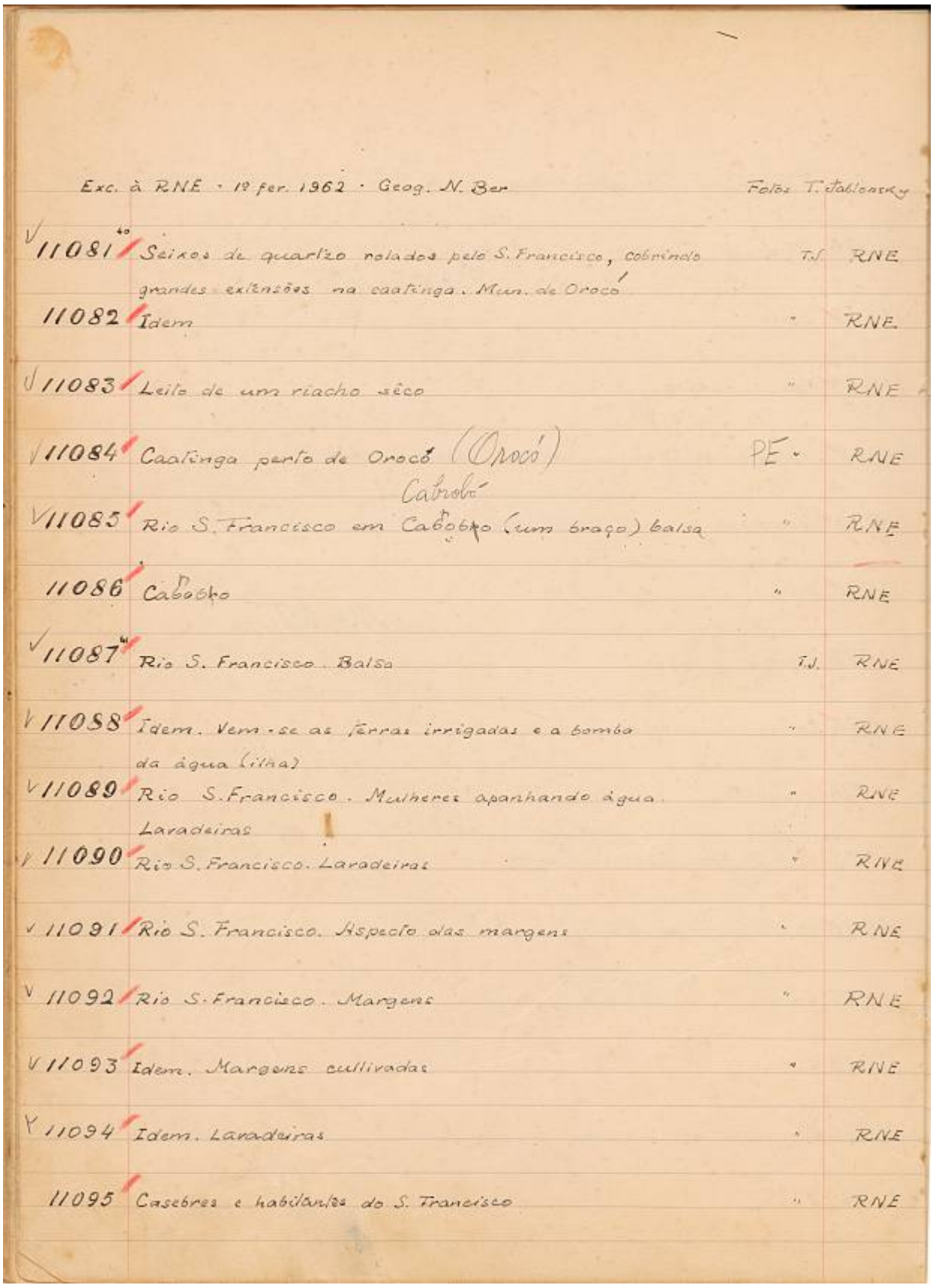


Foto 7. Negativo CNG 11095, casebres e habitantes do São Francisco, Pernambuco, 1962



Exc. à RNE · 19 fer. 1962 · Geog. N. Ber — Fotos T. Stablowsky

11081	Seixos de quartzo rolados pelo S. Francisco, cobrindo grandes extensões na caatinga. Mun. de Oroco	T.S.	RNE
11082	Idem	"	RNE
11083	Leito de um riacho sêco	"	RNE
11084	Caatinga perto de Orocó (Orocó)	PE	RNE
11085	Rio S. Francisco em Cabrobó (um braço) balsa	"	RNE
11086	Cabrobó	"	RNE
11087	Rio S. Francisco. Balsa	T.J.	RNE
11088	Idem. Vem-se as terras irrigadas e a bomba da água (ilha)	"	RNE
11089	Rio S. Francisco. Mulheres apanhando água. Lavadeiras	"	RNE
11090	Rio S. Francisco. Lavadeiras	"	RNE
11091	Rio S. Francisco. Aspecto das margens	"	RNE
11092	Rio S. Francisco. Margens	"	RNE
11093	Idem. Margens cultivadas	"	RNE
11094	Idem. Lavadeiras	"	RNE
11095	Casebres e habitantes do S. Francisco	"	RNE

Fig. 2. Página do caderno de anotações manuscritas onde aparece o negativo CNG 11095 do Estado de Pernambuco

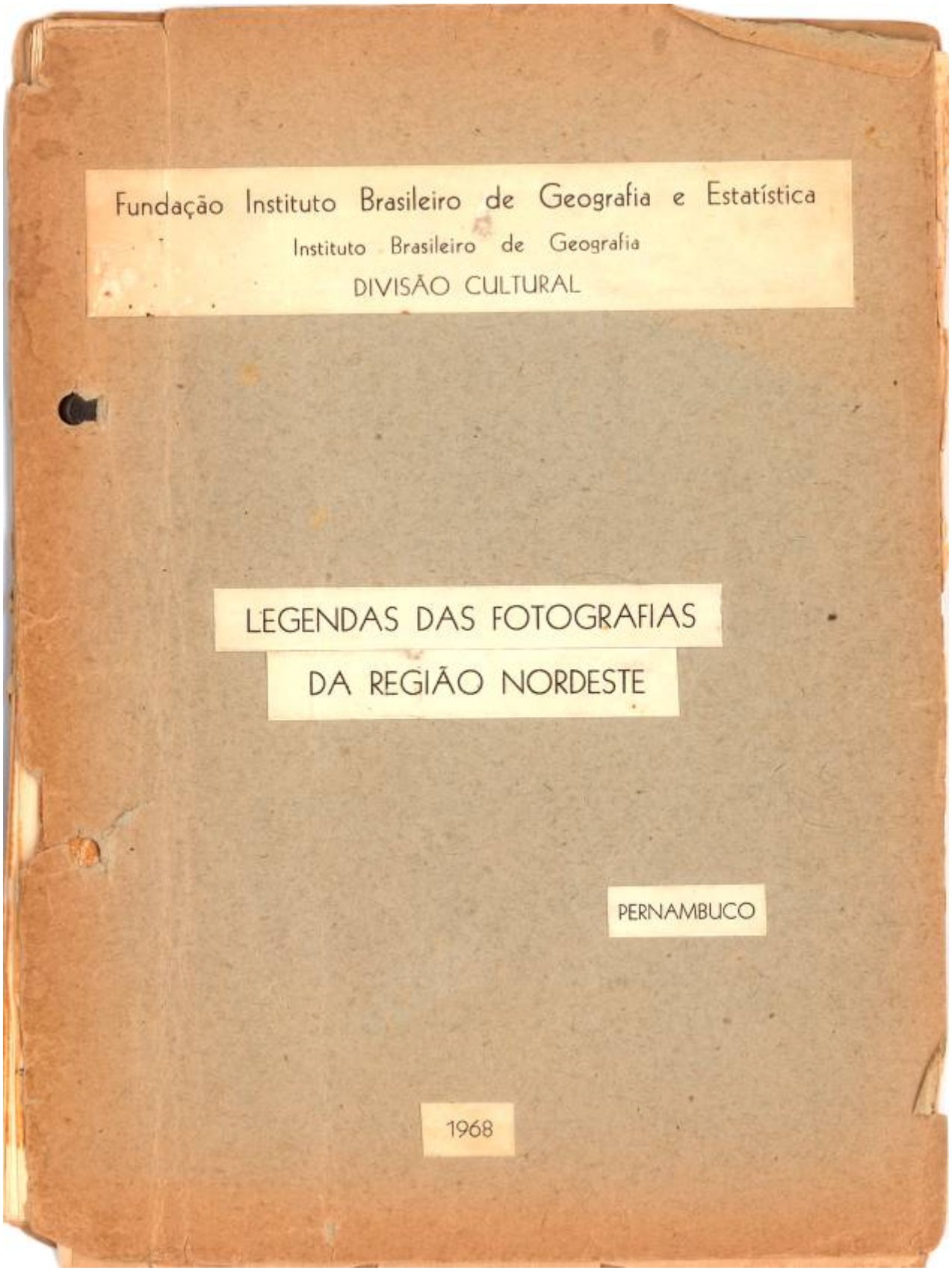
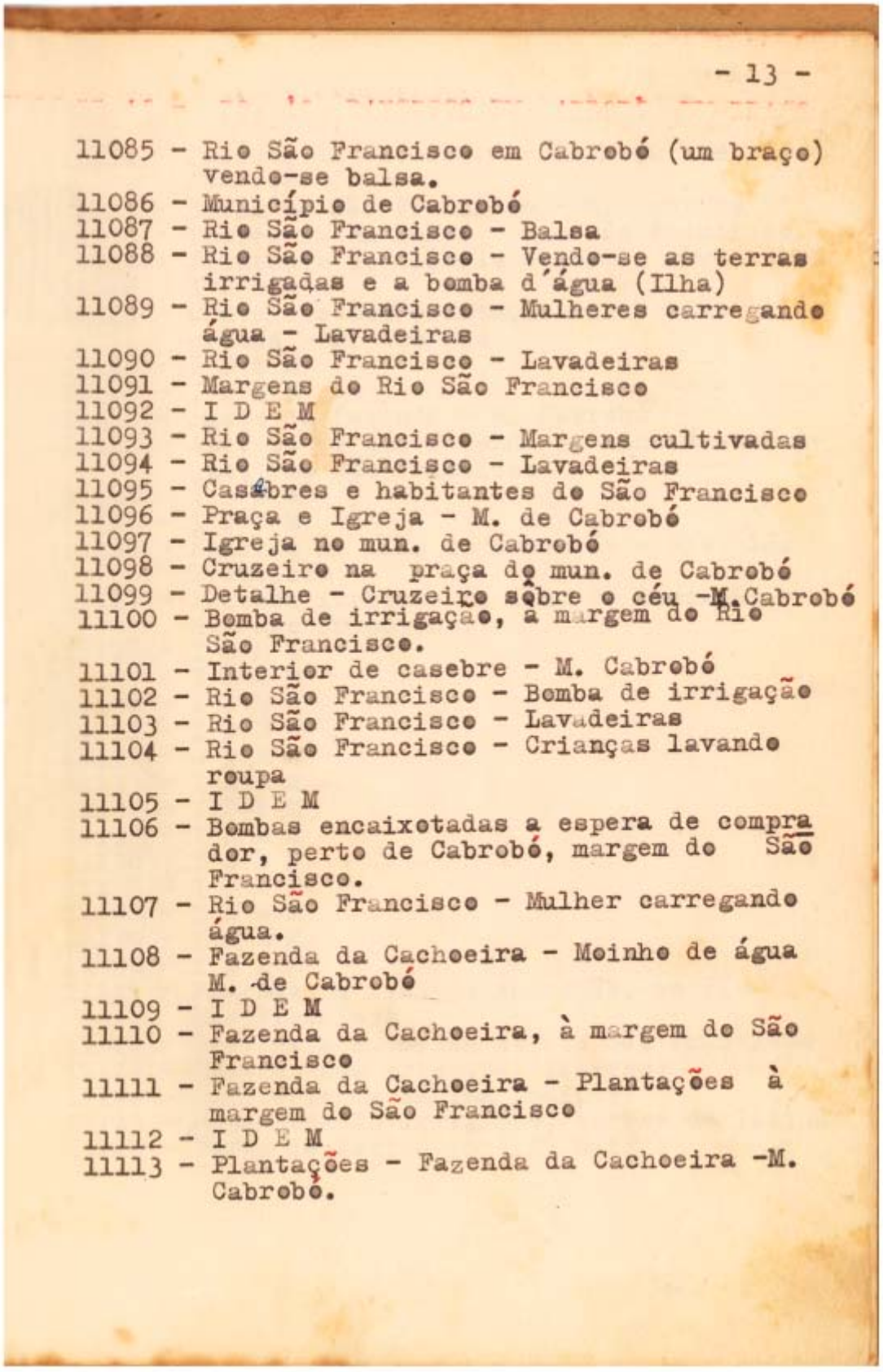


Fig. 3. Capa do caderno de legendas datilografadas do Estado de Pernambuco



- 13 -

11085 - Rio São Francisco em Cabrobó (um braço) vendo-se balsa.
11086 - Município de Cabrobó
11087 - Rio São Francisco - Balsa
11088 - Rio São Francisco - Vendo-se as terras irrigadas e a bomba d'água (Ilha)
11089 - Rio São Francisco - Mulheres carregando água - Lavadeiras
11090 - Rio São Francisco - Lavadeiras
11091 - Margens do Rio São Francisco
11092 - I D E M
11093 - Rio São Francisco - Margens cultivadas
11094 - Rio São Francisco - Lavadeiras
11095 - Casabres e habitantes do São Francisco
11096 - Praça e Igreja - M. de Cabrobó
11097 - Igreja no mun. de Cabrobó
11098 - Cruzeiro na praça do mun. de Cabrobó
11099 - Detalhe - Cruzeiro sôbre o céu - M. Cabrobó
11100 - Bomba de irrigação, à margem do Rio São Francisco.
11101 - Interior de casebre - M. Cabrobó
11102 - Rio São Francisco - Bomba de irrigação
11103 - Rio São Francisco - Lavadeiras
11104 - Rio São Francisco - Crianças lavando roupa
11105 - I D E M
11106 - Bombas encaixotadas a espera de comprador, perto de Cabrobó, margem do São Francisco.
11107 - Rio São Francisco - Mulher carregando água.
11108 - Fazenda da Cachoeira - Moinho de água M. de Cabrobó
11109 - I D E M
11110 - Fazenda da Cachoeira, à margem do São Francisco
11111 - Fazenda da Cachoeira - Plantações à margem do São Francisco
11112 - I D E M
11113 - Plantações - Fazenda da Cachoeira - M. Cabrobó.

Fig. 4 Página do caderno de legendas datilografadas do Estado de Pernambuco, onde aparece o negativo CNG 11095

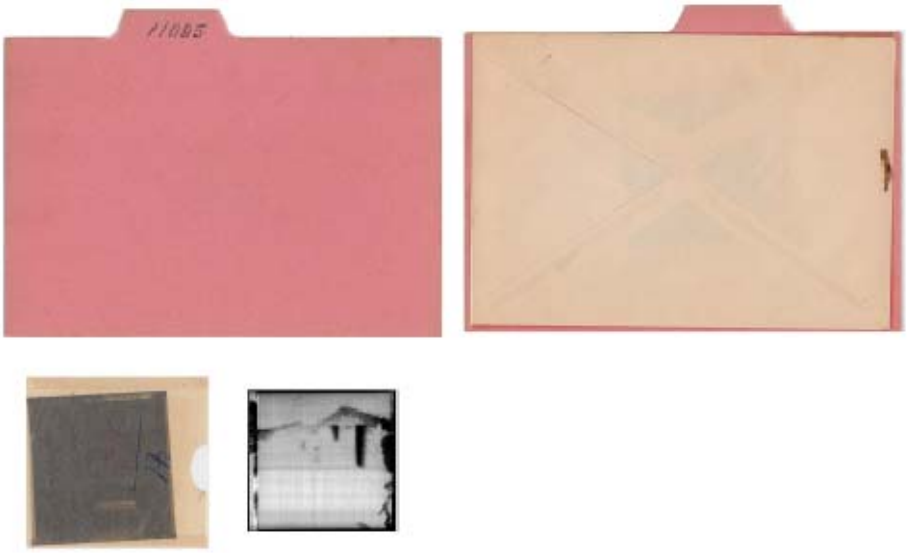


Fig. 5 Ficha cartonada onde está guardado o negativo CNG 11095



Fig. 6. Frente e verso da ficha cartonada onde está colado o contato CNG 11095

O uso de levantamentos estatísticos que a computação colocava a disposição dos estudos geográficos, conhecido como geografia matemática ou geografia quantitativa, e a introdução de novas tecnologias como fotografias aéreas e imagens de satélite, contribuíram para que o IBGE, em 1968, deixasse de promover pesquisas geográficas de campo.

Em 1969, com a mudança no regime trabalhista do Instituto[44], o acervo fotográfico ficou sob a guarda do Setor de Arquivo Fotográfico, ficando a tarefa de produzir fotografias sob a responsabilidade do Setor de Fotografia e Cinema.

> Entre os geógrafos e fotógrafos, muitos entregavam o material, muitos não entregavam. Esse foi um trabalho do Setor de Arquivo Fotográfico, "garimpar". Pelo menos daí em diante, todas as excursões que utilizassem filmes da instituição, revelados na instituição, examinados pelos geógrafos, iam para o arquivo[45].

Alterações na estrutura do IBGE, ocorridas no final da década de 1970, fizeram com que o arquivo fotográfico voltasse ao Setor de Fotografia e Cinema. "A fototeca como setor desapareceu na nova estrutura. A fototeca material de documentação ficou com o Setor de Fotografia e Cinema[46]".

Em 1986, a exposição "IBGE: 50 anos produzindo informação (1936/1986)", motivou a reunião de toda massa documental produzida em diferentes etapas da existência da Instituição com o objetivo de mostrar ao público os processos utilizados na obtenção das informações, associando cada fase dessa evolução aos fatos da história do país. A organização da exposição levou à criação de uma memória histórica do Instituto, que resultou no desenvolvimento do Projeto Memória, a partir daí guardião e depositário da memória institucional do IBGE.

---

[44] A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE), instituída pelo Decreto-lei n.º 61, de 13 de fevereiro de 1967, em substituição à autarquia IBGE, introduziu profundas modificações nas atividades do sistema estatístico nacional e nas atividades de natureza geográfica e cartográfica, uma vez que passou a coordená-las na condição de órgão central. A Fundação teve o Estatuto aprovado em 02 de agosto de 1967, pelo Decreto n.º 61.126, publicado no Diário Oficial da União de 07 de agosto de 1967. Sujeita à supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (denominação alterada para Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), gozando de autonomia administrativa e financeira, passou a exercer, no âmbito da União, as atribuições dos órgãos anteriormente integrados à autarquia. A legislação trabalhista vigorou para o IBGE até 11 de dezembro de 1990, visto que a Lei n.º 8112, de 12 de dezembro de 1990, instituiu o regime jurídico único para os servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive das em regime especial, e das fundações públicas federais, enquadrando-se nessa última categoria em razão de integrar a administração indireta.

[45] Entrevista com o geógrafo Henrique Sant'anna concedida à autora.

[46] Idem.

Reconhecido como componente do acervo da Memória Institucional (COSTA, 1992), o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo formado por 20 000 registros fotográficos intencionalmente reunidos ao longo do tempo a partir dos trabalhos de campo da geografia, junto aos arquivos dos Municípios Brasileiros; Tipos e Aspectos do Brasil; Eventos Institucionais constitui a documentação fotográfica do IBGE, conjunto com cerca de 58 000 imagens cuja relevância, por si, justificaria estudos voltados para a temática da Memória Social.

No sentido dar visibilidade a esse acervo monumental, a Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, da qual a Equipe de Memória Institucional está subordinada hierárquica e tecnicamente, disponibiliza desde 2001 no Portal do IBGE, o Sistema Infobib para armazenagem/recuperação de documentos da Gerência, sistema que contempla entre outros acervos, os arquivos fotográficos da Memória Institucional.

O Anexo VII reproduz as telas de inclusão e busca das informações no Sistema Infobib. Os campos a serem preenchidos para a inclusão de dados são: título (legenda); subtítulo (nome do arquivo); fotógrafo; nome do responsável pela expedição; descrição física; e assunto, termo atribuído para ampliar a busca. O Sistema estabelece um número de controle (registro) no momento da inclusão do documento. São campos de busca: título; subtítulo; fotógrafo; assunto. O Infobib disponibiliza em 18 de maio de 2010 a descrição técnica de 19 801 fotografias, sendo 11 697 com visualização da imagem.

Ao fim da investigação entregamos o que nosso olhar pode captar das imagens de Tibor Jablonszky para o ***trabalho feminino*** e o ***trabalho feminino infantil***. As reflexões sobre gênero e trabalho nos mostraram que existe trabalho de homens e trabalho de mulheres e que o trabalho feminino segmenta-se em alguns setores. Com base nessas questões apresentamos no Capítulo 3 a leitura das imagens, estruturado segundo os setores de atividades: trabalho na agricultura familiar; trabalho doméstico; trabalho industrial.

Capítulo 3
A produção fotográfica de Tibor Jablonszky e a memória do trabalho feminino

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

3.1 Trabalho na agricultura familiar

Do *corpus*[47] analisado, 54% das fotografias representam mulheres e meninas em ajuda a membro da unidade domiciliar exercendo ocupação no beneficiamento e extração de produtos vegetais, na indústria de transformação em pequena escala, e na agricultura. É importante destacar, nesse momento, que a participação feminina em todas as fases do processo produtivo agrícola, desmistifica as concepções de que é um trabalho pesado, portanto, masculino e que as mulheres só trabalham nessa atividade quando há necessidade. Por outro lado se é verdade, veremos também que o registro fotográfico de Jablonszky nem sempre retrata a rudeza das atividades laborais.

Iniciaremos nossa análise pelas imagens do trabalho aplicado no desfibramento da malva, na preparação da farinha de mandioca, no corte da folha de carnaúba, no desfibramento do sisal e no entrelaçamento de folhas de fumo classificados como beneficiamento de produtos vegetais.

As fotos CNG 2162, CNG 2163, CNG 2168 registram o desfibramento de malva. A foto a seguir (CNG 2162) mostra a família do caboclo nas tarefas de amarrar feixes da fibra e oculta o trabalho penoso exigido pela cultura da malva.

Planta nacional da mesma família da juta, sendo esta introduzida na década de 1930 por imigrantes japoneses, a cultura da malva é um trabalho árduo, exigente, exaure ao máximo o trabalhador, deixando-o sujeito a uma série de doenças pela longa permanência dentro d'água. Plantada nas várzeas dos rios da região amazônica durante a baixa das águas, assim que começa a cheia, invadindo as plantações, se inicia o processo de colheita. O corte é uma operação bastante morosa, feita de caule em caule que enfeixados e amarrados com a própria fibra são carregados para rios e igarapés onde permanecem durante alguns dias em maceração. Após a maceração, a fibra é retirada dos talos, batida, lavada e colocada para secar. Tais tarefas exigem mão-de-obra abundante e eficiente, que muitas vezes é complementada pela família do trabalhador, incluindo mulheres e crianças (ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros, v.1, 1957, GUERRA, 1960; COSTA, 1966).

[47] Os 116 contatos que compõem a série fotográfica analisada estão no CD-ROM em anexo a este volume. Escolhemos para apresentar neste Capítulo as fotografias mais significativas do trabalho na agricultura familiar, do trabalho doméstico e do trabalho industrial.



Foto 8 (CNG 2162). Desfibramento de malva em um igarapé, Castanhal, Pará, 1953

O casal focado na fabricação de farinha de mandioca, foto CNG 1055 na página seguinte, se ocupa da raspagem da mandioca para retirada da “casca” que ficou em contato com a terra. Tal trabalho é realizado pelos membros da família, com o auxílio de uma pequena faca, instrumento de trabalho perigoso não só para os adultos como, e principalmente, para as crianças.

Na casa de farinha, a mandioca depois de “limpa” é reunida em pequenas bacias de zinco, madeira ou barro, elementos de que o fabricante de farinha se utiliza durante a preparação. A mandioca constitui o principal produto agrícola da Amazônia, sendo a farinha o prato de base da alimentação dos habitantes da região (CARVALHO, 1948; ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros, v.1, 1957; GUERRA, 1960).

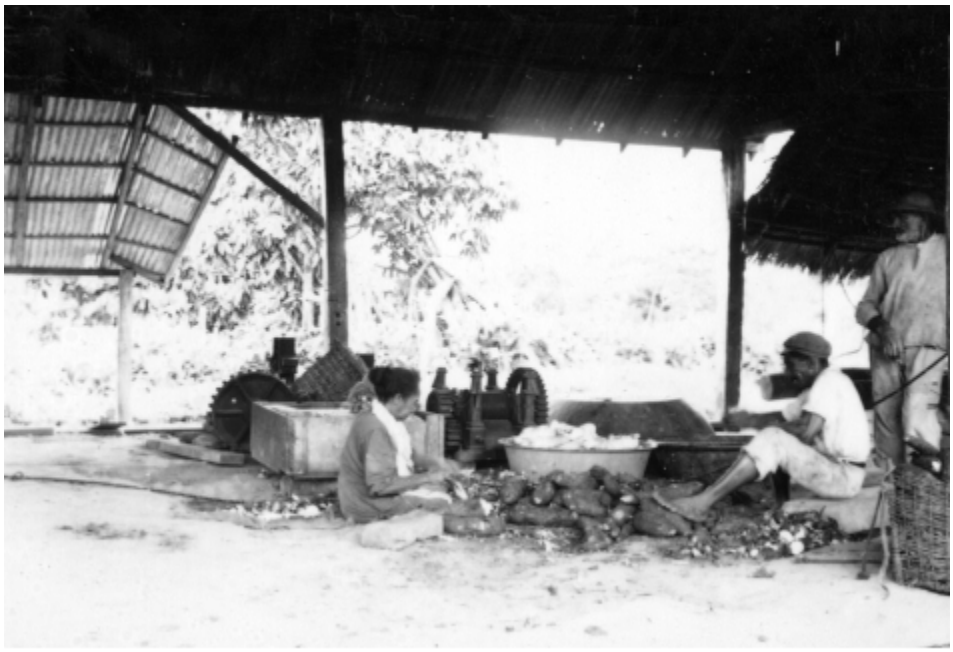


Foto 9 (CNG 1055). Preparação da farinha de mandioca, Tarauacá, Território do Acre, 1953

Fotografias do corte da folha de carnaúba (CNG 3580, CNG 3581, CNG 3585) destacam a mesma menina ocupada no trabalho de “riscar” a folha de carnaúba no barracão.

O barracão, construído de troncos e folhas de carnaubeira, serve de depósito para as fibras que penduradas em varas são colocadas para secar. Após a secagem a palha é batida para retirada do pó. A divisão do trabalho está bem estabelecida, cabendo ao homem a tarefa de “bater a folha”. Às mulheres e crianças cabe o trabalho de “riscar” e tecer a palha transformando-a em esteiras, chapéus, bolsas etc. (ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros, v.3, 1957, GUERRA, 1960).

> A carnaubeira e seus produtos condicionam, assim, inquestionàvelmente, a adaptação humana ao meio físico ingrato, sugerindo não apenas um gênero de vida, único no Brasil, talvez no mundo, *mas fornecendo horizontes de trabalho à considerável massa anônima do sertão* [grifo meu], que mais diretamente padece das crises econômicas e mais de perto sofre os efeitos das sêcas por que periòdicamente passa o nordeste (REVISTA Brasileira de Geografia, 1943, p. 281).

Elaborado para a seção *Tipos e aspectos do Brasil*, que tinha como proposta construir representações positivas para os tipos humanos e aspectos regionais do Brasil,

o texto “Carnaubais” aponta como saída para as populações das regiões afetadas pelas secas o trabalho nos carnaubais. Em relação a essa atividade o autor do artigo “Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil”, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, atesta:

> Pelo visto, muito embora o país se encontre em desenvolvimento, a grande maioria dos trabalhadores que é constituída de camponeses, até o momento não usufruiu lucro ou benefício dêsse desenvolvimento, face ao seu aspecto desumano. *Por enquanto, essas formas primitivas de trabalho, só tem causado a miséria, a pobreza, a fome, o desgaste físico e a morte* [grifo meu] (ROSA E SILVA, 1964, p. 435).

Na foto abaixo (CNG 3581) a família trabalha no barracão, onde podem ser vistos também o prato vazio, o garfo e a rede, situação difícil de vida em que espaço de moradia se mescla ao espaço do trabalho.



Foto 10 (CNG 3581). Aspecto do beneficiamento da carnaúba, Barras, Piauí, 1957

Fotografias do desfibramento do sisal (CNG 10981, CNG 10982, CNG 10983, CNG 10984, CNG 10985, CNG 10986) procuram evidenciar diferenças entre trabalho de homem, mulher e criança[48] que não parecem existir, pois as atividades são distribuídas entre os membros da família. De acordo com o quadro (PINTO, 1969, p. 50) as tarefas exercidas por adultos e crianças nas lavouras de sisal são:

Ocupação	Tarefas	Valor/kg produzido em 1966 (NCr$)
1 – maquinista	preparo da fibra	0,008
2 – cortador	corte das folhas	0,007
3 – carregador	transporte da fibra no dorso de muares em direção à usina	0,006
4 – resideiro	retirada do resíduo das imediações do motor	0,005
5 – campista	colocação das fibras verdes e úmidas nos secadores	0,002 a 0,003

O desfiar perigoso das folhas realizado com o motor – “tambor rotativo que gira em alta rotação fixo em uma armação de madeira sobre rodas que pode ser deslocado entre as lavouras” (PINTO, 1969, p. 32), nesse conjunto de imagens é trabalho de homem, como visto na página seguinte (CNG 10981). Entretanto, reportagens sobre o trabalho com o sisal indicam que as crianças formavam e formam boa parte do contingente de trabalhadores de motor, e muitas delas tiveram as mãos mutiladas pelo movimento rotativo do tambor.

A árdua rotina do corte e do transporte das folhas espinhosas do sisal são atividades exercidas, quase sempre, por mulheres e crianças. Nos processos de lavagem, catagem e uniformização do tamanho das fibras, operação realizada com um canivete, utiliza-se mão-de-obra exclusivamente feminina (VALVERDE, 1955). A menina que trabalha no processo de catagem pode ser vista na foto CNG 10983 da página a seguir.

[48] Ocupações nas plantações de sisal são classificadas pela Organização Internacional do Trabalho como perigosas para as crianças (KASSOUF, 2004).



Foto 11 (CNG 10981). Desfibramento do sisal, Irecê, Bahia, 1962



Foto 12 (CNG 10983). Desfibramento do sisal, detalhe, processo manual, criança trabalhando, Irecê, Bahia, 1962

A ocupação de resideiro por demandar muita força física é considerada trabalho masculino, mas a fotografia abaixo (CNG 10986) mostra que a mulher também exerce a custosa tarefa de retirar das imediações do motor o resíduo da fibra. Por outro lado, as ocupações exercidas pelas crianças têm suas características mais duras e penosas ocultas pelo fotógrafo em virtude das cenas posadas.



Foto 13 (CNG 10986). Desfibramento do sisal, mulheres e crianças trabalhando, Irecê, Bahia, 1962

A foto a seguir, CNG 12494, destaca a filha de imigrante polonês que posa para as lentes do fotógrafo simulando o entrelaçamento das folhas, uma das fases do beneficiamento de fumo em Dionísio Cerqueira, município localizado no extremo oeste catarinense.

> A região Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser colonizada no estado. A extração da madeira foi a primeira atividade econômica a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área. (...) Pode-se dizer que as terras dessa região foram primeiramente ocupadas por caboclos e bugres (nome regional dado aos mestiços de índios e brancos), que posteriormente eram substituídos por migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul, descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus (MATTEI, ALVES, 2007).

Os poloneses que se estabeleceram em municípios da bacia do rio Peperi-guaçu, preferencialmente em Descanso e São Miguel d'Oeste (FLORIANI, 2007) e, como visto na fotografia, também na cidade de Dionísio Cerqueira, trabalhavam com a família em pequenas propriedades rurais onde adotavam a policultura, tendo como produtos principais o milho, a soja, o fumo, a cana-de-açúcar, entre outros.



Foto 14 (CNG 12494). Filha de colono polonês trançando fumo, Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, 1965

As quebradoras de coco babaçu e a ervateira representam o trabalho desenvolvido na extração de produtos vegetais.

A economia extrativa do babaçu criou um tipo característico na região, as quebradoras de coco. As fotos (CNG 3464, CNG 3465) mostram meninas quebradoras de babaçu carregando os equipamentos utilizados na coleta, "cestos (jacás) e machados" (GUERRA, 1960).

Nesse tipo de explotação, a mulher do caboclo penetra no babaçual para trazer os coquilhos que são amontoados em frente à casa de moradia e quebrados por mulheres

e crianças nas horas que lhes sobram no trabalho doméstico. Para isso usam um machado que mantêm de gume virado para cima prendendo-o com as pernas, enquanto com uma das mãos manejam o coquilho sobre a lâmina, ao mesmo tempo, com a outra, vão dando pancadas com um pedaço de pau para a extração da amêndoa (VALVERDE, 1957).

Características da ocupação tão bem descritas pelo geógrafo Orlando Valverde, que se refere a um verdadeiro "ciclo do babaçu" no interior do Maranhão e do Piauí, não são reveladas por Tibor Jablonszky. O fotógrafo, nas duas fotografias, posiciona as meninas como se estivessem a caminho do trabalho, tendo ao fundo uma construção típica[49] em madeira e palmeira seca de babaçu. As legendas das fichas de contato referenciam a atividade como colhedores de babaçu, entretanto as legendas elaboradas para a publicação *Diapositivos de Geografia do Brasil* descrevem a ocupação como quebradora de coco babaçu.

Esses tipos regionais de habitação e sua adaptação ao ambiente não resulta de um desejo ou manifestação de cultura, e sim da miséria que não permite ao caboclo adquirir qualquer coisa além do que a própria natureza lhe oferece (Valverde,1957).



Foto 15 (CNG 3464). Quebradora de coco babaçu, Codó, Maranhão, 1957

[49] A construção é típica do vale do rio Itapecuru, região onde está localizado o município de Codó. Histórico do município. Disponível em: www.ibge.gov.br. Canal Cidades @. Acesso em: 14 maio 2009.

O texto referente à fotografia abaixo**,** publicada na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v.3 Grande Região Nordeste, 1957, p. 142, enfatiza os traços somáticos africano-indígenas de cafusa da menina focada e os comentários sobre as fotografias classificam as quebradoras de babaçu como tipos humanos característicos da região.



Foto 16 (CNG 3465). Quebradora de coco babaçu, Codó, Maranhão, 1957

O trabalho feminino na exploração ervateira está representado em duas fotos (CNG 12283, CNG 12284). Assim como os esquecimentos da memória, um olhar menos atento não perceberia o mateiro no alto da árvore cortando os galhos da erva-mate e passando para a mulher que separa as folhas, como visto na foto abaixo (CNG 12284). O deslocamento do trabalhador para os ervais, deixando temporariamente seu espaço de moradia é um fato e, de certa maneira, representa um aspecto típico do ervateiro (STRAUCH, 1955).

Atraídos pelos produtos naturais, como o pinheiro araucária, a erva-mate e a imbuia, descendentes de italianos vindos do Rio Grande do Sul, colonizaram a cidade de Ponte Serrada, considerada nos dias atuais a capital catarinense da erva-mate.



Foto 17 (CNG 12284). Mateiros (mate) fases da colheita, Ponte Serrada, Santa Catarina, 1965

A indústria de transformação realizada em pequena escala pela família abarcou a cordoaria ou fábrica de cordas no Ceará e a vinícola de cantina gaúcha.

Na seqüência de fotos (CNG 11203, CNG 11205, CNG 11207, CNG 11209, CNG 11210, CNG 11211) o fotógrafo registrou poses dos membros da família nas diferentes etapas do processo de fabricação da corda. Na página seguinte a foto CNG 11205 capta o menino e a menina numa atividade conjunta, utilizando equipamento rudimentar que exige força física e, por isso, bastante penosa para ser realizada por crianças. Entretanto, a fotografia posada parece aliviar o peso do trabalho. Por estar localizada em Caririaçu, município produtor de sisal, a cordoaria transforma sisal em barbante. Observamos, ainda, que em todas as fotos estão adultos e/ou crianças, no entanto as figuras não são descritas nas legendas.



Foto 18 (CNG 11205). Cordoaria, Caririaçu, Ceará, 1962



Foto 19 (CNG 11210). Cordoaria, Caririaçu, Ceará, 1962

O vinho artesanal (CNG 8550, CNG 8603), elaborado por questões culturais e de tradição familiar está diretamente relacionado à pequena propriedade familiar, à vinificação em pequeno volume, à produção com equipamentos simples, entretanto, alcançando o nível qualitativo esperado. A colonização italiana introduziu no Rio Grande do Sul a cultura do vinho, fabricando e comercializando nas cantinas o vinho artesanal.

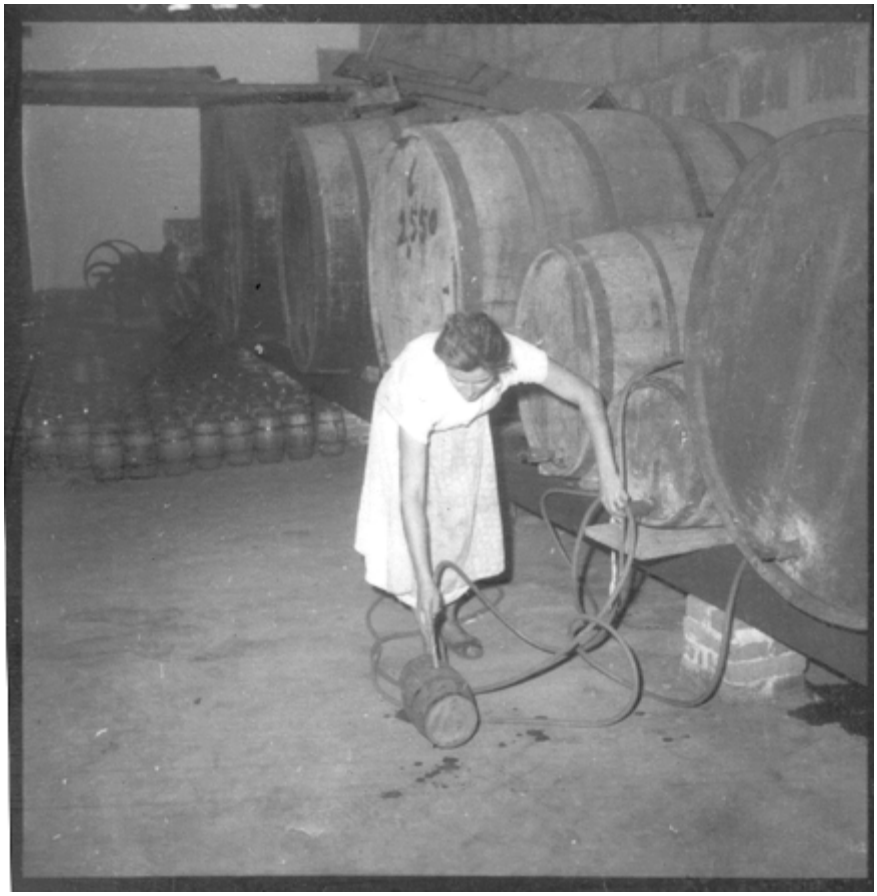


Foto 20 (CNG 8550). Detalhe do interior da cantina (Linha Edite), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 1959

Reunimos no setor de atividade *agricultura* o cultivo da laranja, do algodão, do café, do chá preto, do amendoim, do fumo e da cana-de-açúcar.

A foto CNG 11199, a seguir, não retrata o cultivo da palmeira catolé, um tipo de palmito, produto nativo e da extração vegetal. As palmeiras são citadas na legenda por

serem vistas na foto. A mulher, com a enxada na mão, prepara uma área de cultivo não especificada. Duas crianças acompanham os pais em seu espaço de trabalho.

Diferentemente da maior parte das legendas fotográficas, que são simplificadas, esta faz referência a tudo o que está visível na foto: agricultura (preparo do solo), trabalhadores e palmeiras catolé.



Foto 21 (CNG 11199). Aspecto da agricultura, trabalhadores em sua labuta, palmeiras "catolé", Caririaçu, Ceará, 1962

No conjunto formado por 7 fotografias do município de Taquaritinga, São Paulo, 1960, seis descrevem a colheita do algodão. Entretanto, a legenda da foto a seguir, CNG 10358 aborda o laranjal novo visto em segundo plano. Como a plantação de

algodão não está visível, classificamos essa foto como cultivo da laranja como na legenda.



Foto 22 (CNG 10358). Laranjal novo, Taquaritinga, São Paulo, 1960

Doze fotografias apresentam como conteúdo a fase de colheita do algodão nos estados de Pernambuco, e nas áreas tradicionalmente produtoras de São Paulo e Paraná. Os plantios de algodão eram feitos por membros da família, até mesmo nas grandes fazendas em que moradores ou trabalhadores não residentes se relacionavam com os fazendeiros mediante pagamento de taxa de meiação, podendo explorar a terra com sua família (CARTAXO, 2008).

Na fotografia CNG 1617 vista na página seguinte, sobre a colheita do algodão em Pernambuco, podemos observar a atenção e o cuidado das mulheres em separar o algodão dos galhos. Usam vestimentas adequadas à atividade, com avental de grandes bolsos, depósitos do algodão colhido, e enormes chapéus para protegê-las do sol.



Foto 23 (CNG 1617). Safra de algodão, Surubim, Pernambuco, 1953

Comparando as vestimentas da mulher e da menina retratadas nas fotos da colheita do algodão em São Paulo (CNG 10359, CNG 10361, CNG 10362, CNG 10363, CNG 10364, CNG 10365), podemos afirmar que se tratam das mesmas pessoas ocupadas. Os dois exemplos a seguir nos mostram essas semelhanças.



Foto 24 (CNG 10359). Colheita de algodão, Taquaritinga, São Paulo, 1960



Foto 25 (CNG 10364). Colheita de algodão, Taquaritinga, São Paulo, 1960

Nos registros da colheita do algodão no Paraná (CNG 13153, CNG 13154, CNG 13155, CNG 13183, CNG 13185) o fotógrafo mostra, através da pose, a simulação do trabalho desenvolvido pelas famílias, como visto a seguir. A presença de crianças nas fotos que seguem (CNG 13155 e CNG 13183) sugere o trabalho infantil.



Foto 26 (CNG 13155). Algodão em terra roxa, Rondon, Paraná, 1965



Foto 27 (CNG 13183). Colheita de algodão, Loanda, Paraná, 1965

As fotos que se seguem registram a colheita do café nos estados de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Época em que se necessita de numerosos braços, toda a família do colono trabalha nessa fase do cultivo. “Os filhos destes, depois dos 7 anos vão para a roça auxiliar os trabalhos, bem como as mulheres, quando lhes permitem os afazeres caseiros” (KELLER, 1945, p. 495).

Na seqüência fotográfica de Minas Gerais (CNG 7449, CNG 7450, CNG 7451, CNG 7452, CNG 7455, CNG 7458, CNG 7459) as mulheres colhem e peneiram os frutos de café nas filas de cafeeiros. Ainda que as atividades no cultivo do café sejam consideradas perigosas para as crianças (KASSOUF, 2004), uma menina pode ser vista na fotografia a seguir carregando um saco de café (CNG 7458). Os registros de Jablonsky para a colheita do café em Minas Gerais mostram o que está descrito na seção tipos e aspectos do Brasil da *Revista Brasileira de Geografia*:

> Os colhedores percorrem as filas de cafeeiros, colhendo cada árvore de uma vez. Para isso prendem entre os dedos o ramo carregado de frutos e pelo escorregamento da mão da base do ramo à sua extremidade, as cerejas se desprendem e caem no interior da coroa. Para atingir os galhos mais altos êles utilizam escadas de madeira, tôscas e leves, que podem ser fàcilmente transportadas de um pé a outro, mesmo por uma criança (KELLER, 1945, p. 495, 503).



Foto 28 (CNG 7458). Mulheres colhendo café, vendo-se utensílios, Fazenda Mata, Ouro Fino, Minas Gerais, 1955

As fotografias CNG 1860, CNG 1874, CNG 1875, CNG 1930 expressam duas fases do cultivo do café no Paraná: o terreiro de café e a peneiração. Destacamos na foto seguinte (CNG 1860) a presença do menino próximo às mulheres que espalham o café lembra a situação da mulher trabalhadora/mãe e o trabalho infantil.

> O trabalho de espalhar os grãos de café no terreiro para secagem é realizado indiferentemente por homens e mulheres. A fotografia tirada em Apucarana, no

> norte do Paraná, mostra duas mulheres com os chamados rôdos, nessa faina, no terreiro, a fim de que a secagem dos grãos se processe de uma maneira uniforme (GUERRA, 1960, p. 101).



Foto 29 (CNG 1860). Trabalho com rodo no terreiro de café, Apucarana, Paraná, 1955

Na primeira fase de limpeza do café, logo após a derriça e ainda nas filas de cafeeiros, vemos na página seguinte (CNG 1930) a mulher que peneira os frutos.

> A colheita do café pelo processo da derriça, ou seja, a retirada dos frutos correndo-se ràpidamente a mão através dos galhos, desde o caule até a extremidade do galho, implica na mistura de pequenos frutos verdes ou defeituosos e mesmo de fôlhas, com os grãos aproveitáveis; esta é a razão de fazer-se a peneiração, processo manual de limpeza do café (GUERRA, 1960, p. 101).



Foto 30 (CNG 1930). Primeira fase da limpeza do café (peneiração), Jandaia do Sul, Paraná, 1955

Na imagem abaixo (CNG 2042) uma menina espalha pequena quantidade de grãos de café com as mãos sobre uma lona no quintal, caracterizando a cultura de subsistência. A presença do fotógrafo instigou a curiosidade das crianças da casa.



Foto 31 (CNG 2042). Secagem de café no quintal, Ratones, Florianópolis, Santa Catarina, 1955

Produtos praticamente desconhecidos no Brasil como o chá preto, foram introduzidos pelos imigrantes japoneses em regiões, como o vale do Ribeira, em que chegaram como colonizadores e proprietários de suas terras. Nessas condições, havia então, a possibilidade de se praticar com os membros da família uma agricultura baseada na média e pequena propriedade (GONÇALVES, 2008).

Os imigrantes japoneses cultivavam não só o chá preto, assim como algodão, batata, arroz, banana, amendoim, verduras e legumes. As maiores concentrações de japoneses ocorreram nas regiões centro, norte e oeste do Estado de São Paulo, dirigindo-se depois para o norte do Paraná e sul de Mato Grosso. Cidades como Marília, Tupã, Bastos e Registro, em São Paulo, cresceram em torno da presença dos japoneses. (SAKURAI, 2009).

O conjunto de fotografias (CNG 6082, CNG 6083, CNG 6084, CNG 6085) representa o trabalho no cultivo do chá. A foto abaixo (CNG 6082) exemplifica a poda do chá.

> A direção e execução dos trabalhos da cultura do chá são realizadas exclusivamente por japonêses, no entanto, os elementos nacionais são utilizados na época da poda. Homens e mulheres munidos com grandes tesouras executam àgilmente esse serviço, que é feito, de um modo geral, por empreitada (GUERRA, 1960, p. 102).



Foto 32 (CNG 6082). Trabalhadores podando o chá, Registro, São Paulo, 1958

As fotos CNG 9857, CNG 9872, CNG 9875 apresentam o trabalho de colheita e peneiração do amendoim, em algumas cenas o fotógrafo registra o trabalho infantil como foto CNG 9875 na parte inferior da página. Na foto abaixo (CNG 9857) a presença da menina nos fala sobre a situação da mulher trabalhadora/mãe e do cultivo do amendoim pelos imigrantes japoneses.



Foto 33 (CNG 9857). Coleta de amendoim, Presidente Bernardes, São Paulo, 1960



Foto 34 (CNG 9875). Coleta de amendoim, Santo Anastácio, São Paulo, 1960

As duas fotos a seguir (CNG 12417 e CNG 1486) que retratam aspectos da cultura fumageira em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul dão destaque para o trabalho familiar na coleta e no transporte das folhas de fumo. O cultivo do fumo é típico em pequenas propriedades rurais, com lavouras que ocupam basicamente mão-de-obra familiar (BEGNIS, ESTIVALETE, PEDROZO, 2007).

O transporte das folhas é feito pelo próprio agricultor, e o meio mais utilizado são as tradicionais carroças de influência estrangeira dos colonos de origem alemã e italiana (ALONSO, 1958).



Foto 35 (CNG 12417). Carroça de boi com fumo, São Carlos, Santa Catarina, 1965



Foto 36 (CNG 1486). Colono transportando fumo, Candelária, Rio Grande do Sul, 1954

Como nas fotografias da cultura do fumo, o fotógrafo registrou o transporte da cana, foto abaixo (CNG 8731), em carroça introduzida pelos colonos italianos e alemães nos estados da Região Sul, fazendo sobressair o processo de colonização por que tinha passado o país. Na fotografia não está visível o trabalho infantil, entretanto cabe ressaltar que ocupações na cultura da cana-de-açúcar são classificadas como perigosas para as crianças (KASSOUF, 2004).



Foto 37 (CNG 8731). Carro de boi carregado de cana, Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, 1959

3.2 Trabalho doméstico

O conjunto que representa o trabalho doméstico, 28% do total, agrega fotografias de mulheres e meninas ocupadas nas atividades caseiras: lavando roupa, apanhando água, apanhando lenha, fazendo renda, lavando louça, transportando leite, cozinhando e fazendo rede.

As lavadeiras, tipo humano regional feminino, foram fotografadas nos estados do Amazonas (CNG 2476, CNG 2477, CNG 2600, CNG 2601, CNG 2602), Pernambuco (CNG 11090, CNG 11094, CNG 11103, CNG 11104, CNG 11339), Bahia (CNG 10961, CNG 10962, CNG 11031, CNG 11032, CNG 11033, CNG 11035) e Espírito Santo (CNG 10528), fazendo do espaço de trabalho o seu espaço de socialização. Ao mesmo tempo em que lavam roupa em grupo na beira dos rios ou açudes, tomam banho, cuidam das crianças e conversam.

A foto abaixo (CNG 2602) tirada durante a enchente de 1953, a maior já registrada no vale do rio Amazonas até aquele ano, tem legenda que destaca seus efeitos nos habitantes ribeirinhos. No entanto, podemos dizer que esta foto representa o trabalho das lavadeiras.



Foto 38 (CNG 2602). Família flagelada pela enchente, vivendo à beira d'água, Manaus, Amazonas, 1953

Ocupação perigosa para as crianças (KASSOUF, 2004), o trabalho doméstico infantil sempre foi considerado como natural. A foto a seguir (CNG 11103) mostra a naturalidade da menina lavando roupa na beira do rio com as mulheres do seu grupo.



Foto 39 (CNG 11103). Rio São Francisco – Lavadeiras, Cabrobó, Pernambuco, 1962

Em áreas afetadas pela seca o trabalho das lavadeiras é realizado nas proximidades dos açudes, como podemos ver nas fotos seguintes (CNG 11031, CNG 11035). As mulheres apanham latas d'água e sentadas no chão lavam roupa em bacias, junto às crianças, em grupo exercem no mesmo espaço a atividade laboral e social.



Foto 40 (CNG 11031). Açude de Serrolândia – Lavadeiras DNOCS, Jacobina, Bahia, 1962



Foto 41 (CNG 11035). Açude de Serrolândia – Lavadeira, Jacobina, Bahia, 1962

A fotografia abaixo (CNG 10528) traz como legenda uma descrição com aspectos geográficos particularizados não visíveis para um observador leigo. O que vemos não está referenciado na legenda: lavadeiras com suas bacias, estendendo roupas sobre a vegetação.



Foto 42 (CNG 10528). Entre Iconha e Anchieta – Passagem decorrente das variações do nível do mar. A última regressão marinha é testemunhada por sedimentos pluvio-marinhos que se encontram no antigo leito do rio, Piúma, Espírito Santo, 1960

Mulheres e meninas apanham água para o consumo doméstico (CNG 6872, CNG 11085, CNG 11089, CNG 11107).

Na foto a seguir (CNG 6872) a menina é vista num pesado trabalho para crianças. Transporta panela com água não descrita na legenda que destaca a casa na "Colônia Mazagão", uma das colônias do projeto elaborado pelo governo federal para a colonização da Região Norte (GUERRA, 1953).



Foto 43 (CNG 6872). Casa de colono na "Colônia Mazagão", Mazagão, Amapá, 1953

Na próxima foto existe uma divergência entre o conteúdo e a legenda, a balsa descrita não está visível e a mulher que apanha água para consumo doméstico não é referenciada.



Foto 44 (CNG 11085). Rio São Francisco (um braço), vendo-se balsa, Cabrobó, Pernambuco, 1962

As mulheres que caminham à beira da estrada exercem o trabalho penoso de carregar feixes de lenha para uso caseiro (CNG 4971). Usam torços para acomodar a lenha na cabeça e minorar o incômodo da atividade.



Foto 45 (CNG 4971). Mulheres carregando lenha para cozinhar, perto da Praia do Poço, a caminho de Cabedelo, João Pessoa, Paraíba, 1957

Assim como as lavadeiras, as rendeiras, as bordadeiras e as fazedeiras de rede caracterizam um tipo humano regional do Brasil. As fotografias CNG 312, CNG 321, CNG 324 representam mulheres ocupadas com o artesanato doméstico na cidade de Aracati, Ceará, afamada pela fabricação de rendas (REVISTA Brasileira de Geografia, 1943).

Trabalho inteiramente realizado por mulheres, nos intervalos entre as atividades caseiras estas se entregam ao serviço das rendas. Entoando “cantigas e modinhas dolentes” (REVISTA Brasileira de Geografia, 1943, p. 279) compartilham o espaço social.

Fabricação da renda tipo labirinto, foto abaixo (CNG 321), técnica na qual se desfia o pano para depois bordá-lo, obtendo-se então a renda (REVISTA Brasileira de Geografia, 1943).



Foto 46 (CNG 321). Bordadeiras no Sítio São Francisco, perto de Majorlândia, Aracati, Ceará, 1952

Na fabricação da renda de almofada, vista na foto seguinte (CNG 324), trabalha-se em almofada com bilros, alfinetes, espinhos (cardos, mandacarus, xique-xique etc.), a renda sai pronta da almofada (REVISTA Brasileira de Geografia, 1943).



Foto 47 (CNG 324). Rendeira, Aracati, Ceará, 1952

Dentre as atividades características da indústria caseira em Santa Catarina, destaca-se a confecção de rendas de almofadas pelas habitantes de Ratones, Florianópolis, como mostra a foto da página seguinte (CNG 2043).

> Em casos análogos aos do Nordeste, como Santa Catarina onde, nos arredores de Florianópolis existe uma miniatura de uma interessante indústria familiar de rendas, é de se frisar a participação dos açambarcadores que são também mulheres, “senhoras de família” que compram das rendeiras o produto do seu trabalho a preço insignificante, revendendo-o para os agentes, no sul do país, onde se têm casas especialmente dedicadas à venda das rendas do norte. Quando não, são as próprias mulheres do povo, comercialmente mais espertas, que adquirindo as rendas diretamente das produtoras, correm a vendê-las, longe, nos portos, levando-as em seus conhecidos baús de folha, ou nas suas melhoradas cestas de vime (REVISTA Brasileira de Geografia, 1943, p. 279).



Foto 48 (CNG 2043). Mulher rendeira, Ratones, Florianópolis, Santa Catarina, 1955

Na foto seguinte (CNG 11684) o fotógrafo posiciona a mulher e os objetos criando uma representação da arte e da cultura popular regional de Mato Grosso: fazedeira de redes, chapéu de vaqueiro e viola de cocho.

> A fazedeira de redes encosta na parede da sua sala o tear – um simples retângulo de madeira – e executa o trabalho. Algumas, como a lida caseira a chama, a miúde abandona o tear, demorando mais para concluir o pano da rede do que outras que trabalham regularmente. A venda das redes nas feiras faz parte do trabalho da redeira (...) (ISSLER, 1960, p. 488).



Foto 49 (CNG 11684). Tecelã ao tear – Artesanato doméstico, Cuiabá, Mato Grosso, 1962

As tarefas domésticas se tornam mais penosas para mulheres que habitam áreas mais pobres. A legenda da ficha de contato CNG 11105, na página seguinte, não descreve o conteúdo que representa meninas na perigosa ocupação de lavar louça na beira do Rio São Francisco. Há uma repetição da legenda da foto de uma menina lavadeira. A mulher retratada no Paraná, foto CNG 9807 na parte inferior da página seguinte lava louças numa pia improvisada, na habitação precária construída em madeira e lona. O fotógrafo capturou em segundo plano uma mulher sentada e, em terceiro, um homem que mexe com a plantação.



Foto 50 (CNG 11105). Rio São Francisco – Crianças lavando louça, Cabrobó, Pernambuco, 1962



Foto 51 (CNG 9807). Habitação provisória, casa de lona, Cruzeiro do Oeste, Paraná, 1960

Menina é colocada em pose com garrafas de leite, e fotografada em dois momentos (CNG 6818, CNG 6819).



Foto 52 (CNG 6818). Menina transportando leite, Além Paraíba,Minas Gerais, 1958



Foto 53 (CNG 6819). Menina transportando leite, Além Paraíba, Minas Gerais, 1958

A mulher simula preparar a comida para a família (CNG 2403, CNG 2405). Orientado pelo geógrafo que selecionou a habitação do seringueiro como tema a ser fotografado, Jablonszky posicionou as pessoas exercendo alguma atividade para compor as cenas. Cumpre ressaltar que a legenda da foto CNG 2405 na ficha de contato descreve “lojinha primitiva”, e nas duas fotos a legenda não cita as pessoas fotografadas, caracterizando a preferência pelo tema selecionado.



Foto 54 (CNG 2403). Casa de seringueiro, Cuiabá, Mato Grosso, 1955



Foto 55 (CNG 2405). Cozinha primitiva no interior da casa do seringueiro, Cuiabá, Mato Grosso, 1955

3.3 Trabalho industrial

O conjunto reúne 18% do total de fotografias e representa mulheres exercendo ocupação na produção de bens em alguns setores da indústria, como produtos alimentícios, fumo, calçados e vestuário, lugares tradicionais do trabalho industrial feminino.

Para a indústria de produtos alimentícios consideramos fotografias que retratam o trabalho nas fábricas de palmito Caiçara e de champanhe Georges Aubert.

A extração de palmito era uma economia de coleta bastante instável e não se podia falar na existência de indivíduos que viviam somente de derrubar palmeiras para extrair o palmito. Nos locais onde a extração se fazia com mais intensidade, as palmáceas ficavam completamente destruídas, a escassez da matéria-prima impedia a industrialização em grande escala do produto (REVISTA Brasileira de Geografia, 1957).

Na fotografia da fábrica (CNG 6102) o descascamento da palmeira para preparo do palmito está representado por homens, mulheres e meninos que trabalham juntos nessa atividade, que pode também ser perigosa para adultos e crianças pelo uso de facões.



Foto 56 (CNG 6102). Homens, mulheres e crianças descascando o palmito na Fábrica de Palmito e Manjuba Caiçara, Iguape, São Paulo, 1958

As fotografias revelam algumas fases da produção de champanhe na fábrica Georges Aubert, localizada no Rio Grande do Sul, em 1959. Está retratado no conjunto a presença das mulheres em meio ao maquinário, participando dos processos de rotulagem, preenchimento e fechamento, e arranjo das garrafas nos engradados (CNG 8632, CNG 8635, CNG 8636, CNG 8637, CNG 8638, CNG 8639, CNG 8640). As fotos a seguir exemplificam alguns desses processos.



Foto 57 (CNG 8635). Aspecto do interior da fábrica de champanhe Georges Aubert, Garibaldi, Rio Grande do Sul, 1959



Foto 58 (CNG 8638). Aspecto do interior da fábrica de champanhe Georges Aubert,Garibaldi, Rio Grande do Sul, 1959



Foto 59 (CNG 8640). Aspecto do interior da fábrica de champanhe Georges Aubert, Garibaldi, Rio Grande do Sul, 1959

Na indústria do fumo agrupamos fotografias que reproduzem o trabalho feminino na fábrica de cigarros Sinimbu. As fotos constituem os diversos estágios no processo da fabricação de cigarros (CNG 8959, CNG 8961, CNG 8962, CNG 8963, CNG 8964). As imagens a seguir nos dizem que as mulheres se ocupam das atividades manuais que exigem bastante delicadeza e nenhuma técnica.



Foto 60 (CNG 8959). Fábrica de cigarros Sinimbu, Sinimbu, Rio Grande do Sul, 1959



Foto 61 (CNG 8963). Fábrica de cigarros Sinimbu, Sinimbu, Rio Grande do Sul, 1959



Foto 62 (CNG 8964). Fábrica de cigarros Sinimbu, Sinimbu, Rio Grande do Sul, 1959

O trabalho das mulheres na indústria de calçados está representado nas quatro fotografias que registram o interior da fábrica de sapatos Grande Gala (CNG 8892, CNG 8893, CNG 8894, CNG 8895). Conforme observado nas fotografias abaixo as mulheres são maioria nesse setor de atividade.



Foto 63 (CNG 8892). Interior da fábrica de sapatos Grande Gala, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 1959



Foto 64 (CNG 8893). Interior da fábrica de sapatos Grande Gala, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 1959

A indústria do vestuário está representada por fotografias da fábrica leques em São Paulo (CNG 10019, CNG 10021, CNG 10022). Tradição na cultura japonesa, o leque foi introduzido no Brasil pelos imigrantes. Esse conjunto, onde todas as trabalhadoras têm características nipônicas, distingue-se por mostrar que os imigrantes japoneses detinham o conhecimento para a produção de leques. Cada uma das fotos apresenta o grupo de mulheres envolvido nas diferentes etapas da fabricação.



Foto 65 (CNG 10019). Fábrica de leques, Lins, São Paulo, 1960



Foto 66 (CNG 10021). Fábrica de leques, Lins, São Paulo, 1960



Foto 67 (CNG 10022). Fábrica de leques, Lins, São Paulo, 1960

Um outro aspecto desse conjunto documental, considerado no Capítulo 4, diz respeito à cultura visual e ao circuito informacional através do qual essa documentação circulava dentro e fora dos muros do IBGE, inscrevendo-se na memória social. Periódicos editados pela Instituição como a *Revista Brasileira de Geografia*, o *Boletim Geográfico* e a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,* entre outras publicações, promoviam o entendimento e a cooperação entre todos os que se ocupavam da Geografia do Brasil, produtores de conhecimento e público a quem texto e imagens se dirigiam. Os cursos para aperfeiçoamento de professores de geografia utilizavam-se das fotografias, usadas para dar a conhecer as características do território brasileiro e, nesse sentido, a série *Diapositivos de Geografia do Brasil* em muito contribuiu para esta divulgação.

Capítulo 4
Circuito informacional das imagens

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

4.1 As publicações

Na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* e na *Revista Brasileira de Geografia* foram publicadas 12 fotografias que representam o trabalho feminino. Para cada foto encontrada apresentamos página da publicação e ficha com o contato – cópia do negativo em papel – apontando, se for o caso, as diferenças entre e fotografia publicada e o contato.

Nas fichas de contato estão anotadas observações feitas em dois momentos. No primeiro, em 1968, foram inseridos data e nome do geógrafo responsável pela expedição, estes não constavam dos cadernos de registro. No segundo, foram incluídos a lápis os números de registro da foto no Sistema Infobib. Ressaltamos, ainda, que as fotografias publicadas tiveram legendas elaboradas por geógrafos de acordo com o texto onde estavam inseridas.

Região Norte

A fotografia **CNG 2162 – Desfibramento da malva, Castanhal (PA)**, publicada na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v.1 Grande Região Norte, em 1957, na página 202, foi alterada por um recorte à direita e na parte de baixo. O nome do município não descrito na ficha de contato completa a informação.



Município de Castanhal — Pará *(Foto C.N.G. 2162 — T.J.)*

A foto fixa um aspecto da colheita da fibra de malva após a maceração a que é submetida.

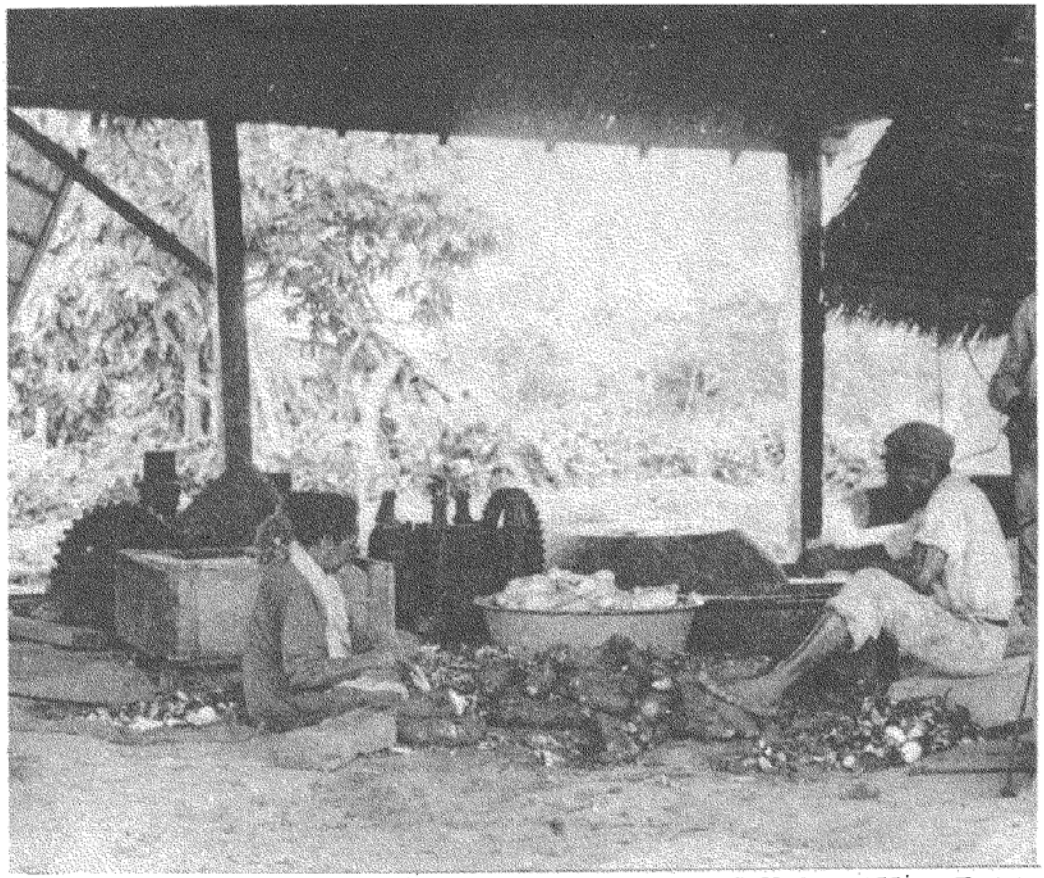
O plantador, geralmente um "posseiro" ou colono localizado expontâneamente, trabalha com tôda a família, colaborando as mulheres e crianças na faina da colheita. Após a separação dos talos a fibra é amarrada em "molhos" que são levados no igarapé. Os talos são abandonados após a retirada da fibra. Todo o trabalho ligado ao cultivo da malva é manual. Note-se, à direita, alguns "môlhos" de fibra já lavada. *(Com. R.G.)*

Fig. 7. Reprodução da fotografia CNG 2162 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros



Fig. 8. Frente e verso da ficha do contato CNG 2162

Publicada na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v.1 Grande Região Norte, em 1957, na página 164, a fotografia **CNG 1055 – Casa de farinha, Tarauacá (AC)**, foi recortada, não correspondendo mais àquela imagem de origem. Não se vê a cobertura da casa de farinha à esquerda da imagem e, do homem à direita do quadro só está visível seu braço. Como na foto CNG 2162, aparece o nome do município não descrito na legenda do contato.



Município de Tarauacá — Território do Acre *(Foto C.N.G. 1 055 — T.J.)*

Raspagem da mandioca que será ralada no "caitetu", graças à sua movimentação por intermédio da "bolandeira" acionada por uma junta de bois, como se vê no Engenho Copacabana no município de Tarauacá, de propriedade da prefeitura municipal.

Na fabricação da farinha sêca a primeira operação é a raspagem da mandioca, seguindo-se a sua ralagem e prensagem, para depois passar pelo forno. Sai finalmente a farinha, que é colocada nos paneiros. ***(Com. A.T.G.)***

Fig. 9. Reprodução da fotografia CNG 1055 na Enciclopédia dosMunicípios Brasileiros

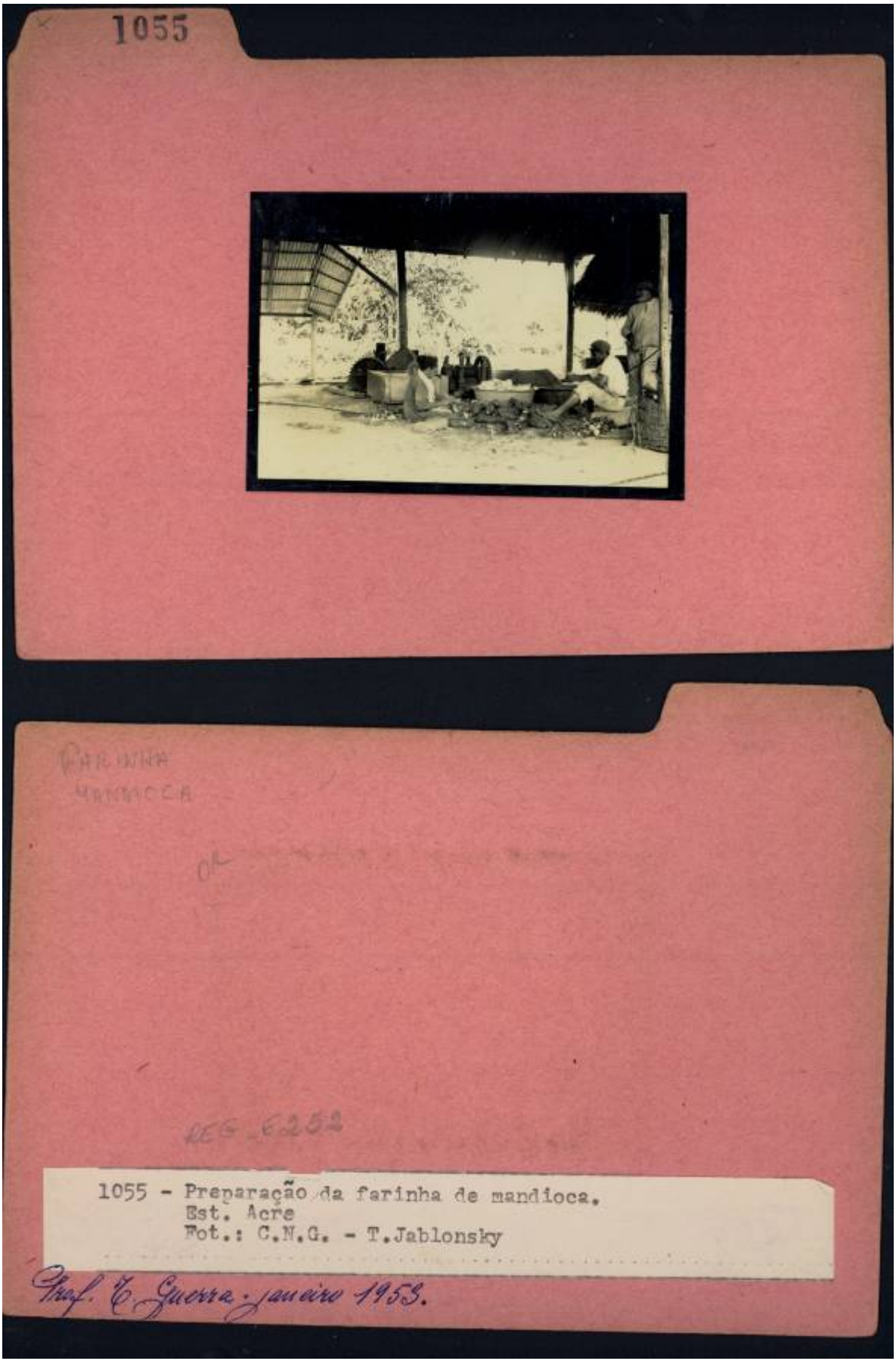


Fig. 10. Frente e verso da ficha do contato CNG 1055

Região Nordeste

Parte ocidental

O IBGE publicou na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,* v.3 Grande Região Nordeste, de 1957, em suas páginas 176, 178 e 180, o conjunto com três fotos da mesma menina que trabalha com o beneficiamento da carnaúba. O município Barras, descrito nas legendas da *Enciclopédia*, não coincide com o escrito posteriormente na ficha, Cabeceiras do Piauí. As fotos **CNG 3580, CNG 3581 e CNG 3585 – Beneficiamento de carnaúba, Barras (PI)**, foram ampliadas, mostrando detalhes do ambiente e do trabalho da menina, e sofreram recortes. A primeira perdeu um pedaço do lado direito, não se vê mais a perna do menino, na segunda saiu o homem à direita e na última cortaram a parte de cima e da direita do quadro.

Na foto CNG 3581, também publicada na página 434 da *Revista Brasileira de Geografia*, v.26, n.3, 1964 não aparece o menino à direita.

Cabe observar que tanto as legendas da *Enciclopédia* quanto da *RBG* destacam o primitivismo do trabalho com o beneficiamento da carnaúba.



Município de Barras — Piauí . *(Foto C.N.G. 3580— T.J.)*

Família de rendeiro, empenhada nos trabalhos preliminares de beneficiamento da carnaúba. As fôlhas são levadas para uma barraca onde são cortadas a faca. Nesse trabalho, na maioria das vêzes feito por mulheres e crianças, selecionam-se as fôlhas mais tenras chamadas "do ôlho", que dão melhor cêra, das outras de onde se extrai cêra inferior. Na foto, observa-se o corte das primeiras, mas, aparecem, também, fôlhas mais velhas.
Depois dessa operação, as palhas são expostas ao sol para secar.
Nota-se que a barraca é inteiramente construída de carnaúba. *(Com. A.S.M.)*

Fig. 11. Reprodução da fotografia CNG 3580 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

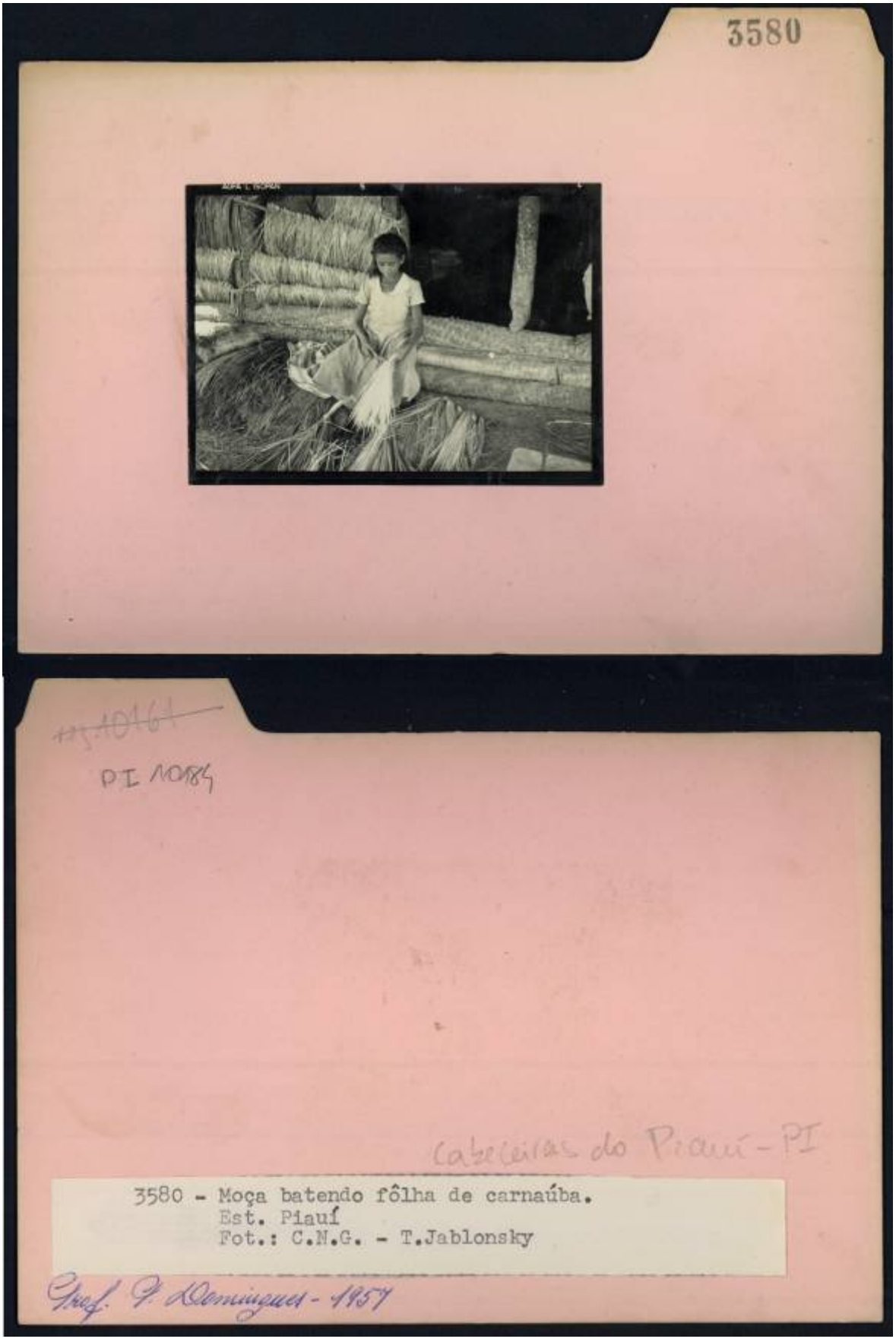


Fig. 12. Frente e verso da ficha do contato CNG 3580



Município de Barras — Piauí *(Foto C.N.G. 3 581 — T.J.)*

O método de extração da cêra de carnaúba, nas regiões onde floresce a carnaubeira, ainda é de um primitivismo notável.
As fôlhas retiradas das palmeiras são trabalhadas, inicialmente, por mulheres e crianças, que as "riscam", isto é, cortam, com facas. Estas fôlhas são depois postas ao sol para secar. Após a evaporação de grande parte da umidade nelas contida são guardadas dentro de barracões construídos de troncos e palhas de carnaúba também, onde são "batidas", retirando-se a cêra em forma de pó.
Na foto vemos a fase de "riscar" as fôlhas, vendo-se também o barracão de troncos e palha de carnaúba onde se faz a "batida" das fôlhas. *(Com. J.X.S.)*

176

Fig. 13. Reprodução da fotografia CNG 3581 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

Fig. 13 — *Exemplo de forma primitiva de trabalho. (carnaubais)*
Foto: CNG



Fig. 14. Reprodução da fotografia CNG 3581 na Revista Brasileira de Geografia

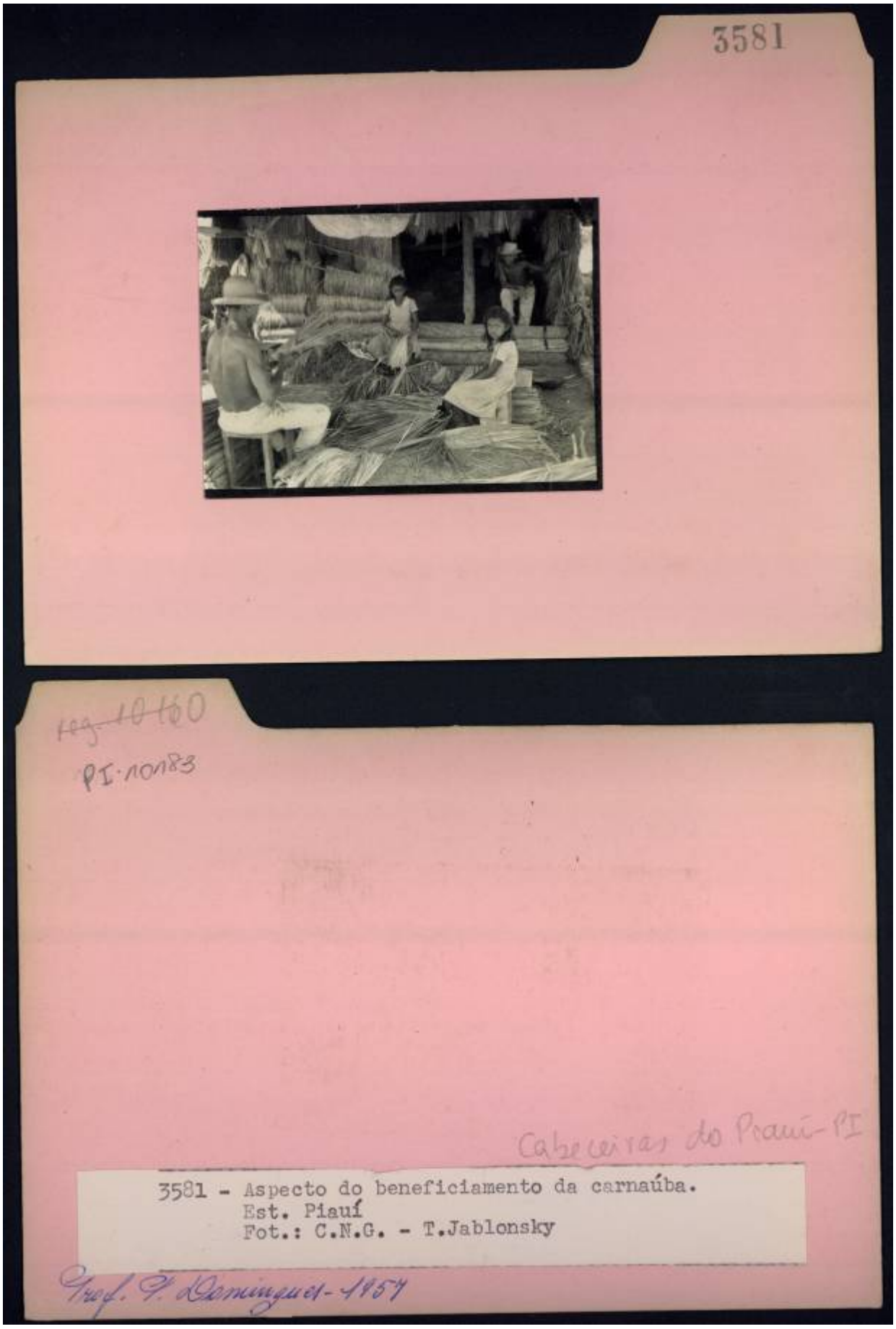


Fig. 15. Frente e verso da ficha do contato CNG 3581



Município de Barras — Piauí *(Foto C.N.G. 3 585 — T.J.)*

No trabalho de extração do pó da carnaúba, a primeira fase é o corte das fôlhas, feito por mulheres e crianças. Segue-se a secagem ao sol e o armazenamento. Quando a tarefa de corte e secagem é concluída, realizam a batida da palha para a retirada do pó. Concluindo a operação, passam a palha por uma máquina simples onde o resto do pó é extraído. Na fotografia observa-se, no segundo plano, o local onde a máquina é instalada. *(Com. A.S.M.)*

180

Fig. 16. Reprodução da fotografia CNG 3585 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

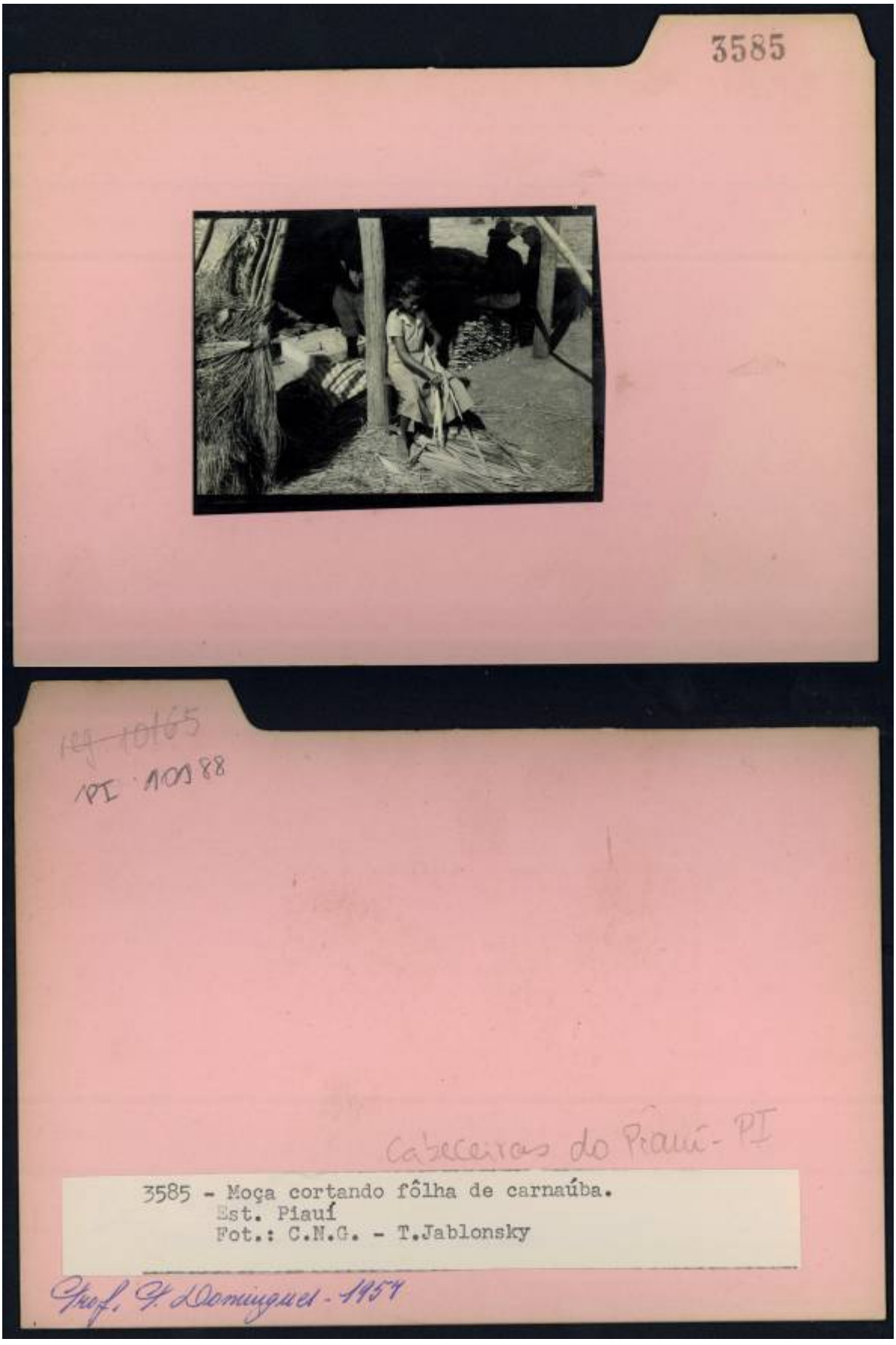


Fig. 17. Frente e verso da ficha do contato CNG 3585

As duas fotografias, **CNG 3464 e CNG 3465 – Quebradora de coco babaçu, Codó (MA)**, foram ampliadas para a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. 3 Grande Região Nordeste, 1957. Publicadas nas páginas 140 e 142, a primeira sofreu recortes na direita e na parte inferior da foto, a segunda teve o quadro todo recortado no sentido de fazer sobressair características africano-indígenas da menina fotografada, adequando texto à imagem. A legenda informa o município, Codó, não descrito na ficha de contato, assim como a atividade de quebradora de coco realizada pelas meninas.



Município de Codó — Maranhão *(Foto C.N.G. 3464 — T.J.)*

A economia extrativa do babaçu criou um tipo característico na região, as quebradoras de côco, como ilustra a presente fotografia tomada em Bacabaíba, a seis quilômetros de Codó.

Apesar do incremento que tem tido ùltimamente a explotação do babaçu, ainda a quebra do coquilho constitui o principal problema.

O trabalho nos babaçuais é feito em geral pelas espôsas e filhas dos agregados, nas horas que lhes sobram no trabalho caseiro. Com sua cesta de palha e machadinha para a quebra do fruto duro, as maranhenses se entregam a êste penoso trabalho. Conseguem de 8 a 10 quilos quando já experientes. *(Com. T.C.)*

140

Fig. 18. Reprodução da fotografia CNG 3464 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

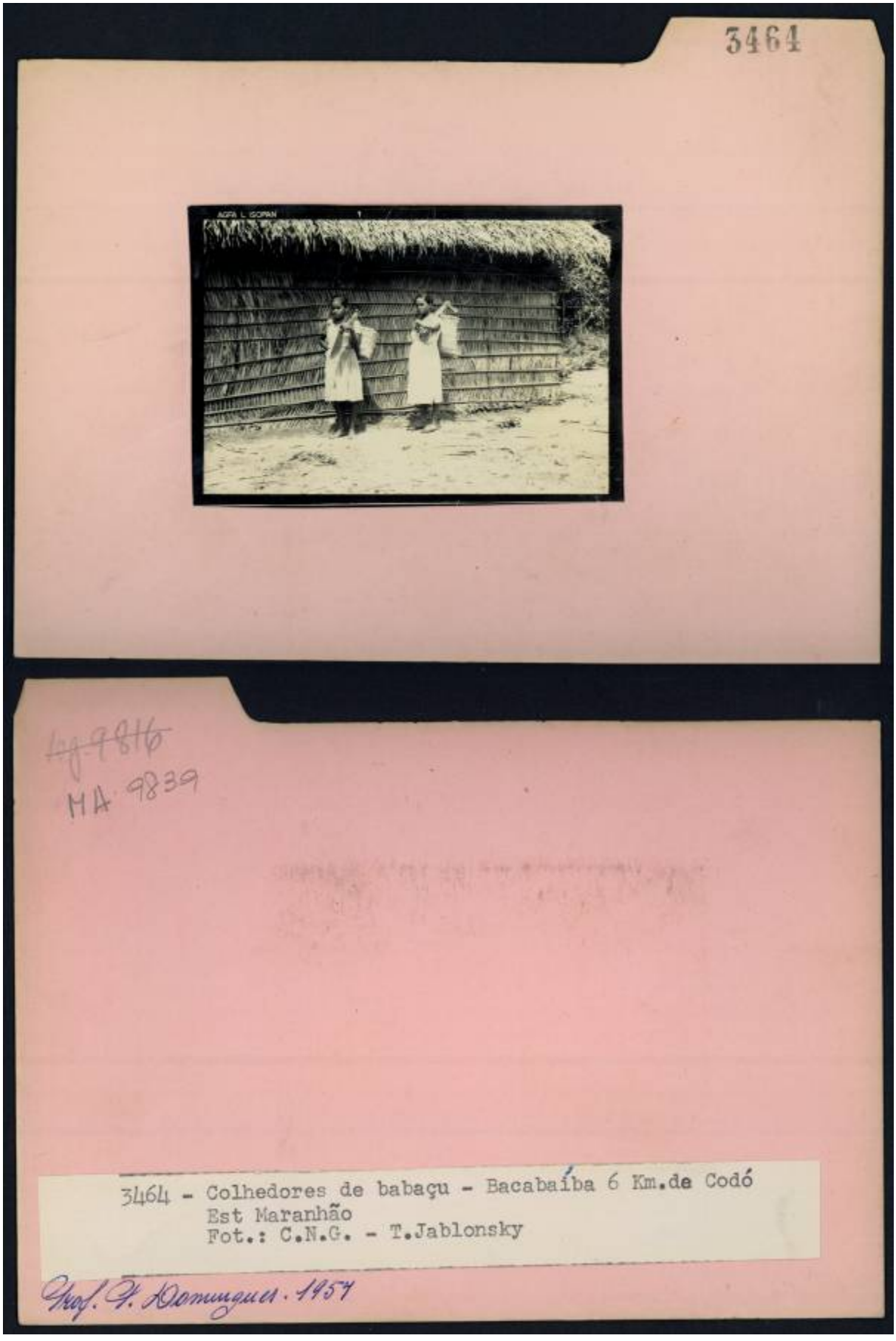


Fig. 19. Frente e verso da ficha do contato CNG 3464



Município de Codó — Maranhão *(Foto C.N.G. 3465 — T.J.)*

As necessidades da agricultura trouxeram para o Meio Norte um forte contingente de escravos africanos. Misturando-se à população indígena e cabocla deram origem ao "cafuso", mestiço bastante comum no meio rural maranhense. Ainda que êsse intercruzamento, nos dias atuais, tenha pràticamente cessado pelo desaparecimento gradativo do índio, o tipo cafuso se mantém pela falta de renovação dos estoques populacionais.

A fotografia nos mostra uma cafusa, onde os traços somáticos africano-indígenas são bastante evidentes.

O jacá (reminiscência da técnica de cestaria antiga) e o machado indicam-lhe a atividade de quebradora de amêndoas de babaçu. *(Com. M.M.A.)*

Fig. 20. Reprodução da fotografia CNG 3465 na Enciclopédia dosMunicípios Brasileiros

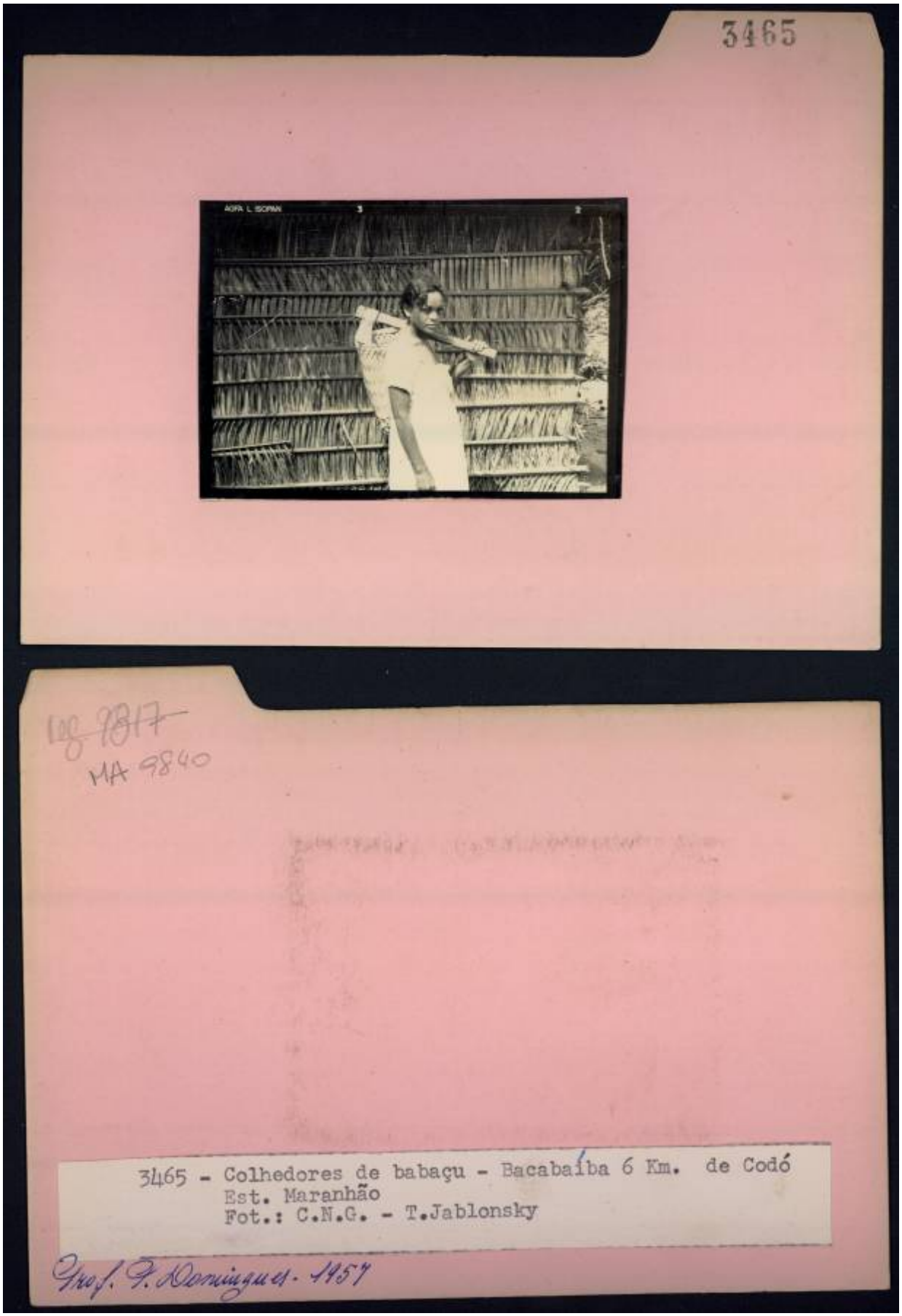
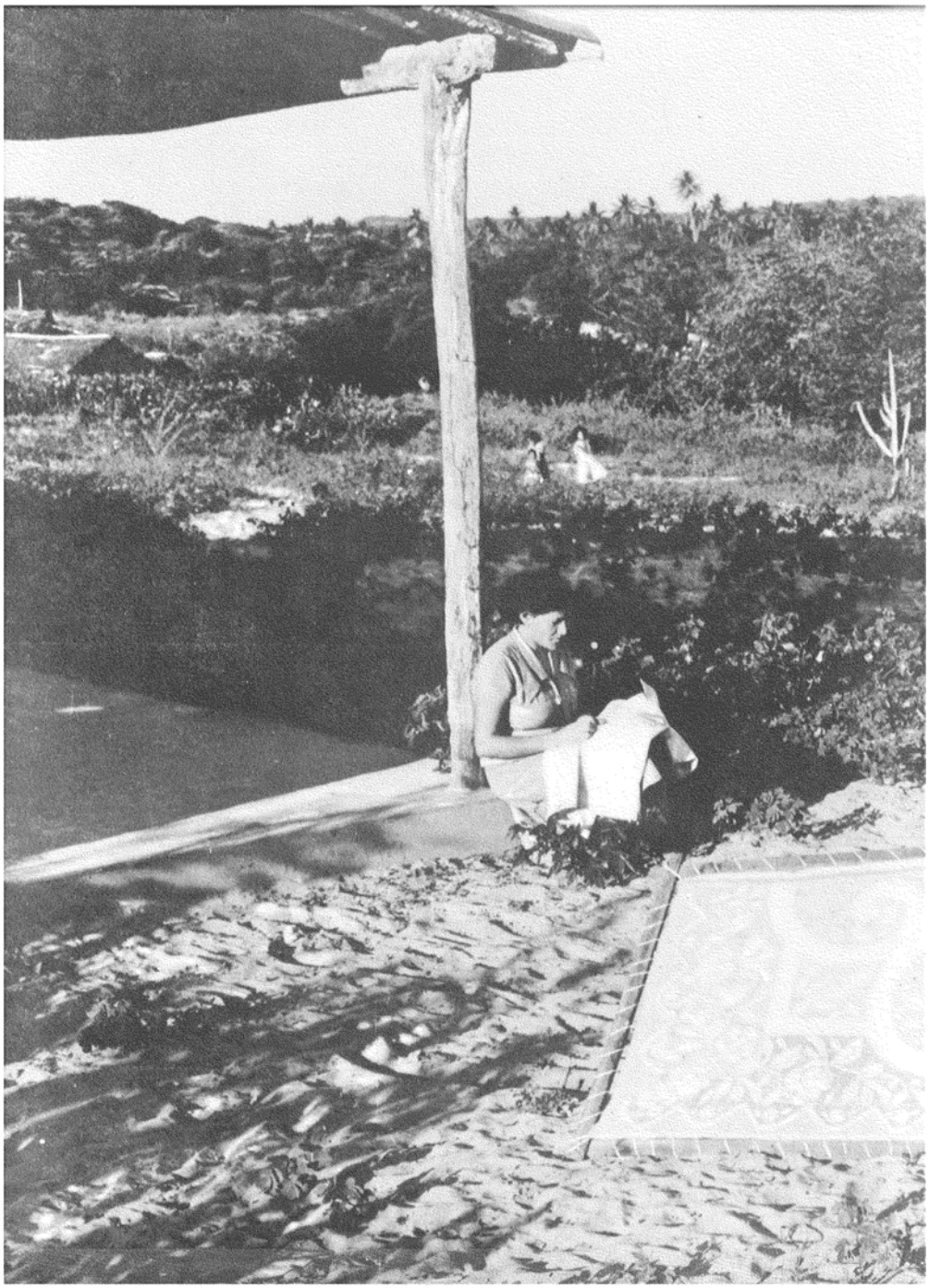


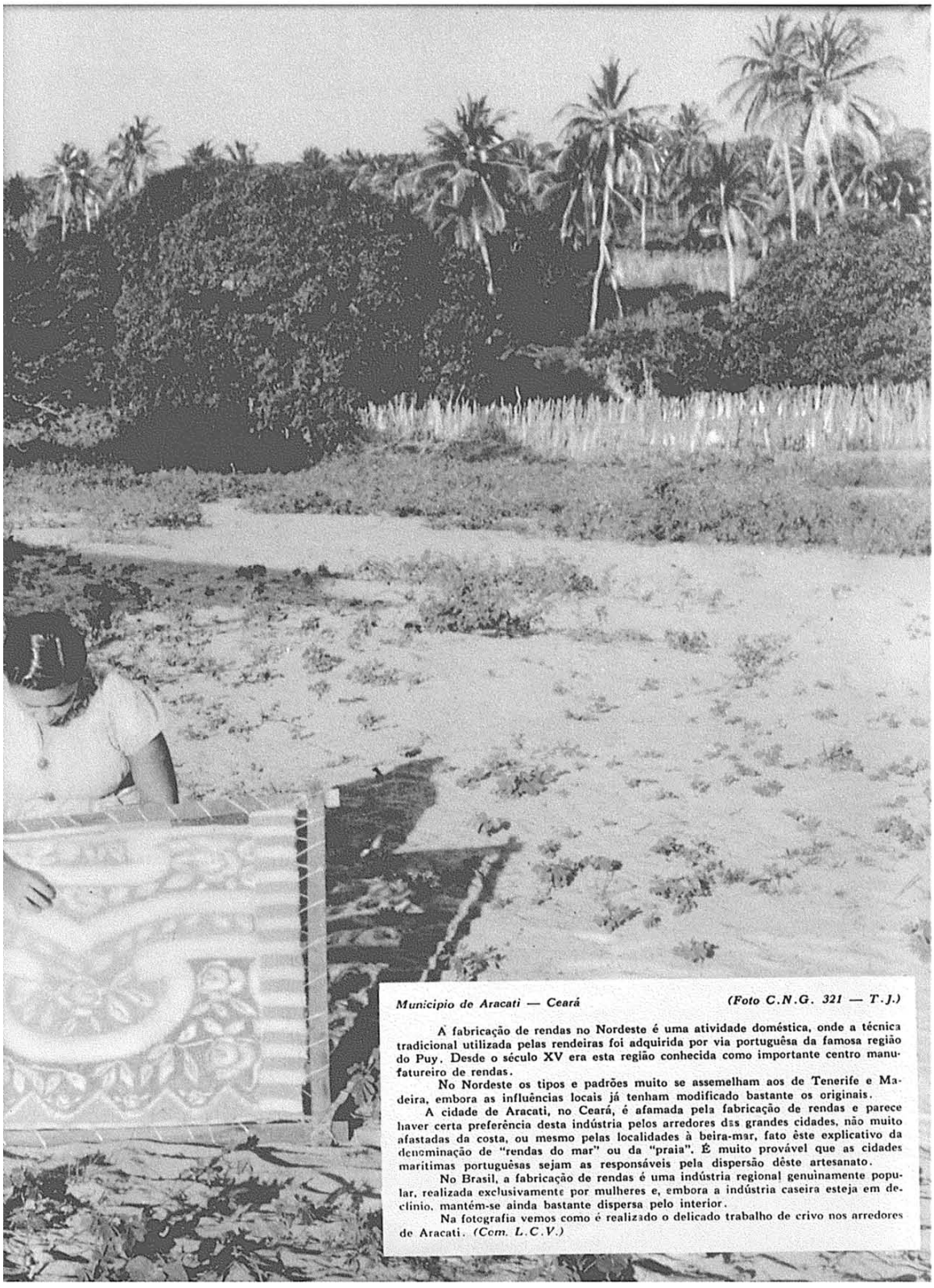
Fig. 21. Frente e verso da ficha do contato CNG 3465

Região Nordeste

Parte oriental

A fotografia **CNG 321 – Rendeira, Aracati (CE)**, passou por uma grande ampliação e um pequeno recorte, à esquerda, para ocupar as páginas 344-345 da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v.4 Grande Região Nordeste, de 1958. Nela é possível visualizar duas mulheres e uma criança atrás da mulher sentada na varanda. Aqui a foto encontra-se dividida em duas, na publicação ocupa também duas páginas.





Município de Aracati — Ceará *(Foto C.N.G. 321 — T.J.)*

A fabricação de rendas no Nordeste é uma atividade doméstica, onde a técnica tradicional utilizada pelas rendeiras foi adquirida por via portuguêsa da famosa região do Puy. Desde o século XV era esta região conhecida como importante centro manufatureiro de rendas.

No Nordeste os tipos e padrões muito se assemelham aos de Tenerife e Madeira, embora as influências locais já tenham modificado bastante os originais.

A cidade de Aracati, no Ceará, é afamada pela fabricação de rendas e parece haver certa preferência desta indústria pelos arredores das grandes cidades, não muito afastadas da costa, ou mesmo pelas localidades à beira-mar, fato êste explicativo da denominação de "rendas do mar" ou da "praia". É muito provável que as cidades marítimas portuguêsas sejam as responsáveis pela dispersão dêste artesanato.

No Brasil, a fabricação de rendas é uma indústria regional genuinamente popular, realizada exclusivamente por mulheres e, embora a indústria caseira esteja em declínio, mantém-se ainda bastante dispersa pelo interior.

Na fotografia vemos como é realizado o delicado trabalho de crivo nos arredores de Aracati. *(Com. L.C.V.)*

Fig. 22. Reprodução da fotografia CNG 321 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

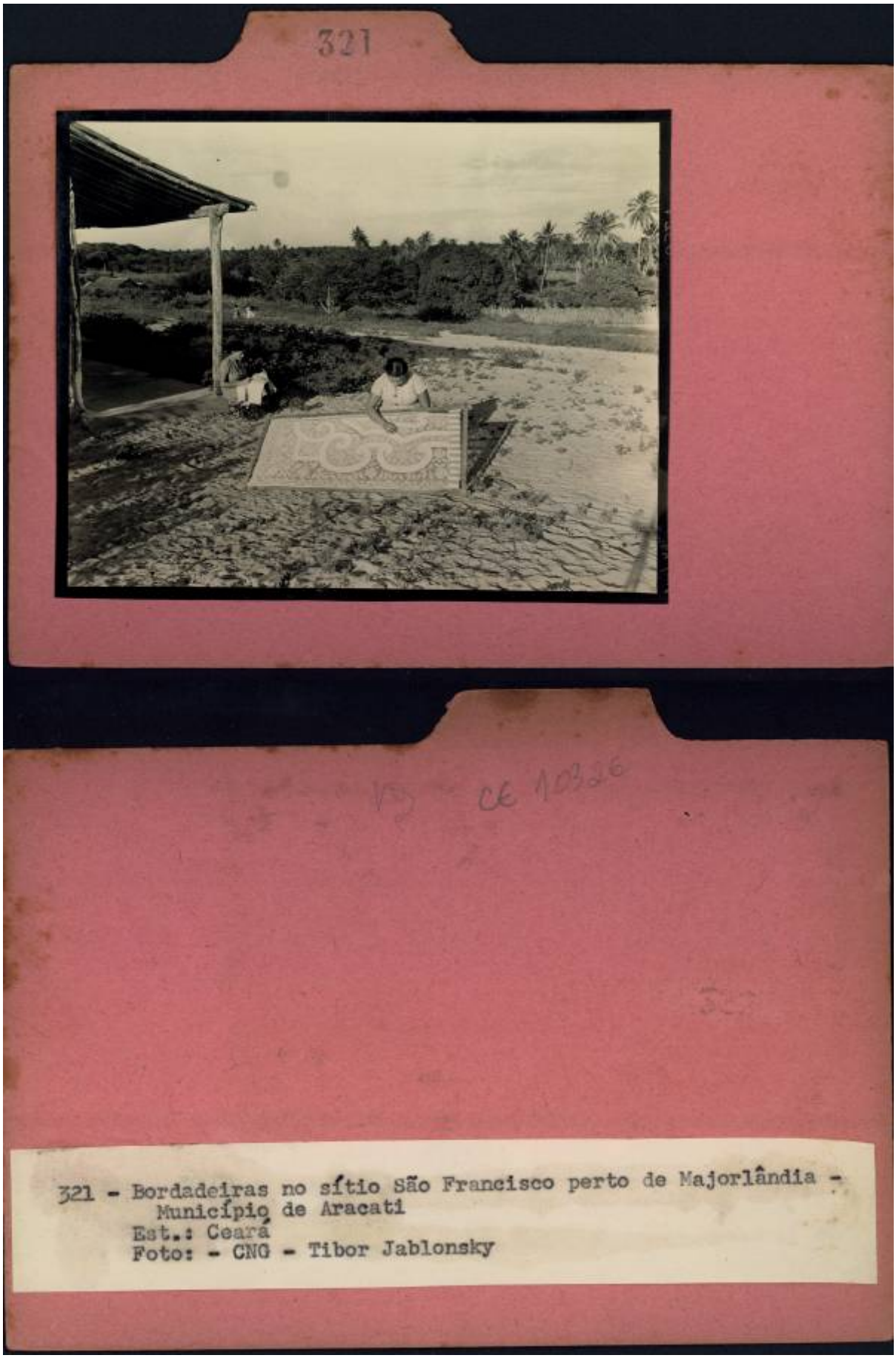


Fig. 23. Frente e verso da ficha do contato CNG 321

O uso da fotografia **CNG 10961 – Lavadeiras, Irecê (BA)**, no artigo da *Revista Brasileira de Geografia*, v. 25, n. 4, 1963, “Irecê: uma área agrícola “insulada” no sertão baiano”, de Aluízio Capdeville Duarte, exemplifica a adequação de uma imagem ao contexto de um artigo. A fotografia ampliada não foi recortada e a legenda publicada na página 457 não cita as lavadeiras na beira da lagoa, entretanto ressalta a importância do lençol subterrâneo para a ocupação humana.

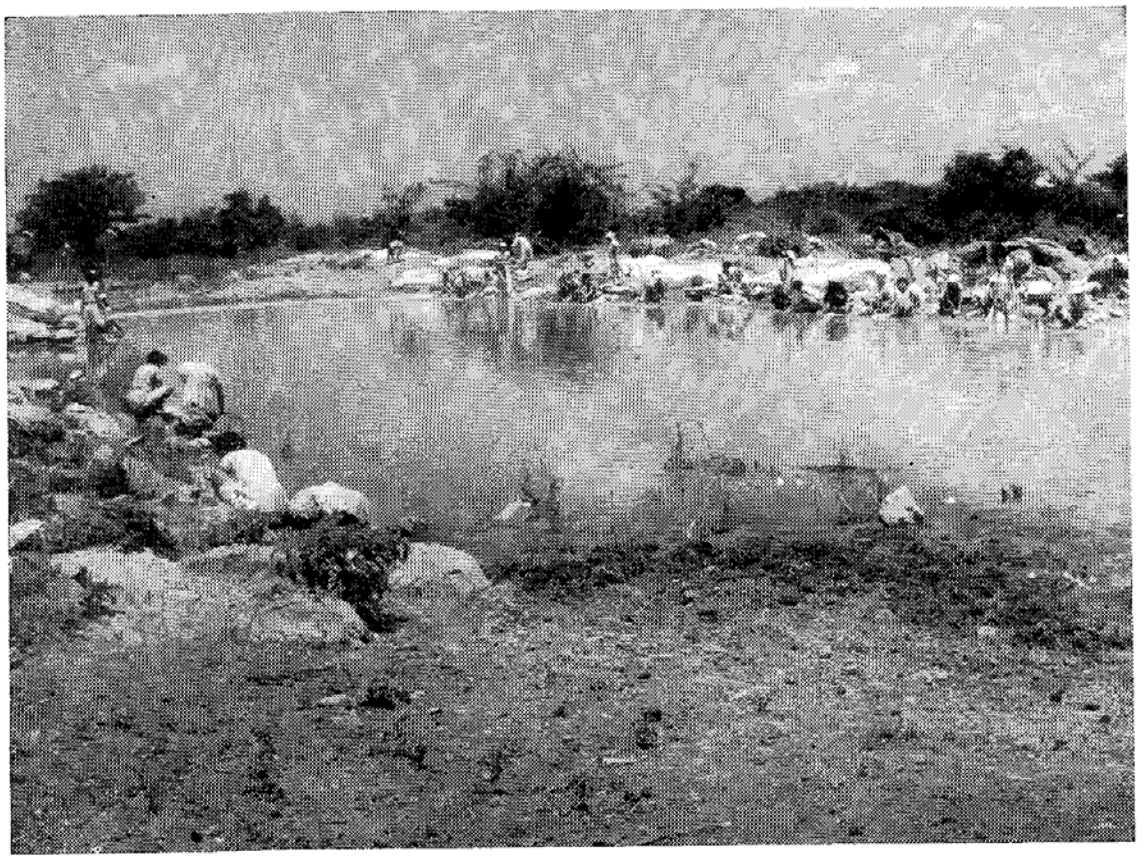


Fig. 3 — *A drenagem superficial em Irecê é pràticamente inexistente. O lençol subterrâneo, ao contrário, é de grande importância para a ocupação humana. Em certos trechos êle aflora formando pequenas lagoas como é visto na foto acima.*
(Foto: JABLONSKY — CNG).

Fig. 24. Reprodução da fotografia CNG 10961 na Revista Brasileira de Geografia



Fig. 25. Frente e verso da ficha do contato CNG 10961

Região Sul

Antônio Teixeira Guerra usou a **foto CNG 6102 – Fábrica de Palmito e Manjuba Caiçara, Iguape (SP)**, em seu artigo publicado na página 354 da *Revista Brasileira de Geografia*, v. 19, n. 3, 1957, “Notas sobre o palmito em Iguape e Cananéia”. Também ampliada, o homem à direita teve o rosto retirado da foto. A legenda da revista destaca o tipo de palmito que está sendo descascado, não valorizando as pessoas que realizam o trabalho.



Fig. 6 — *Descascamento da medula da palmeira juçara para o preparo do palmito, na fábrica Caiçara, no município de Iguape.*

(Foto Tibor Jablonsky)

Fig. 26. Reprodução da fotografia CNG 6102 na Revista Brasileira de Geografia

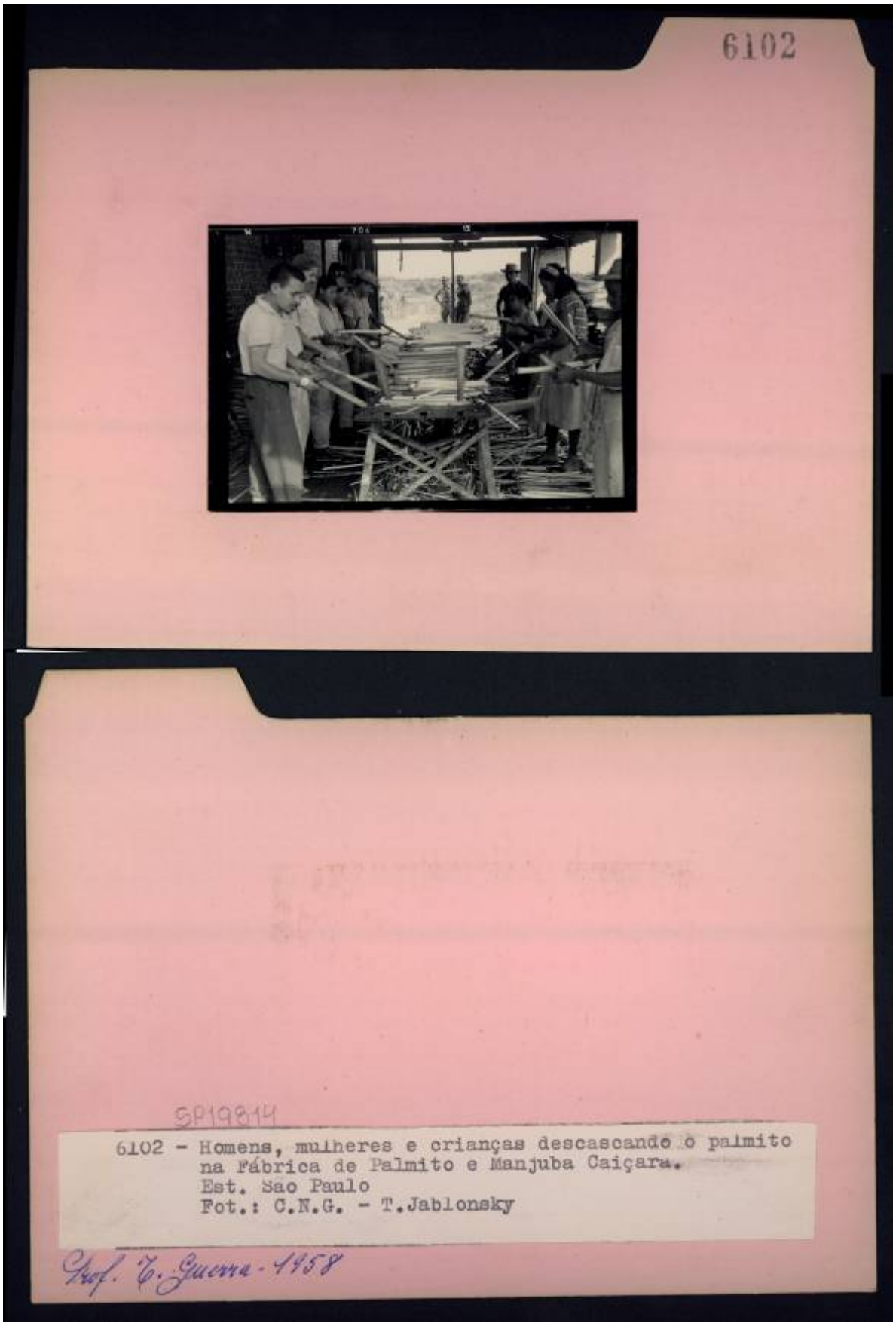
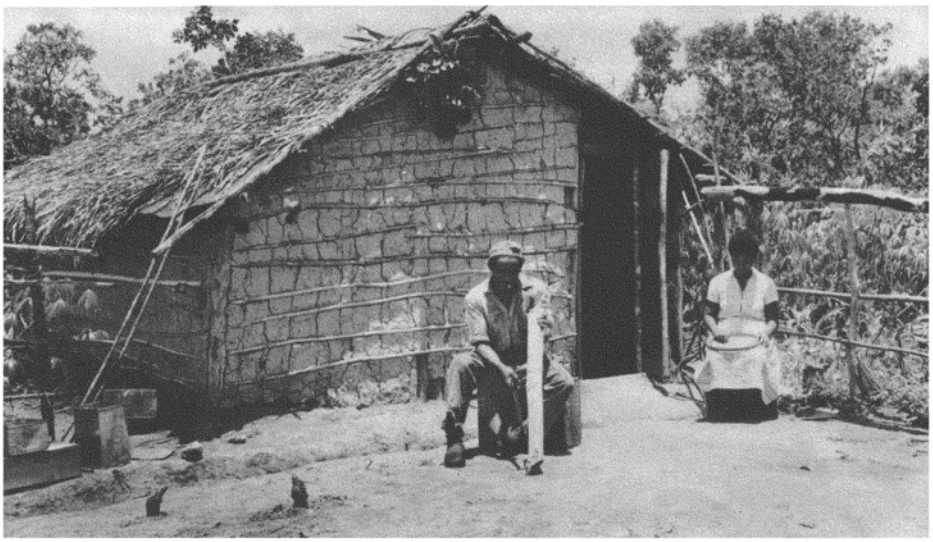


Fig. 27. Frente e verso da ficha do contato CNG 6102

Região Centro-Oeste

O conjunto formado pelas fotografias **CNG 2403 e CNG 2405 – Casa de seringueiro, Cuiabá (MT)**, foi publicado na página 103 do volume 2 Grande Região Centro-Oeste da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1957. As fotos foram ampliadas, bastante recortadas no sentido de dar relevo à habitação do seringueiro. De acordo com a legenda da publicação o município é Cuiabá, e não Cedro como consta na ficha de contato.



Município de Cuiabá — Mato Grosso *(Foto C.N.G. 2403 — T.J.)*

A foto apresenta uma construção típica de rebôco, com telhado de duas águas, forrado de palha e chão de terra batida, contornado por pequeno terreno cercado que separa a residência do seringeiro da área de agricultura de subsistência.

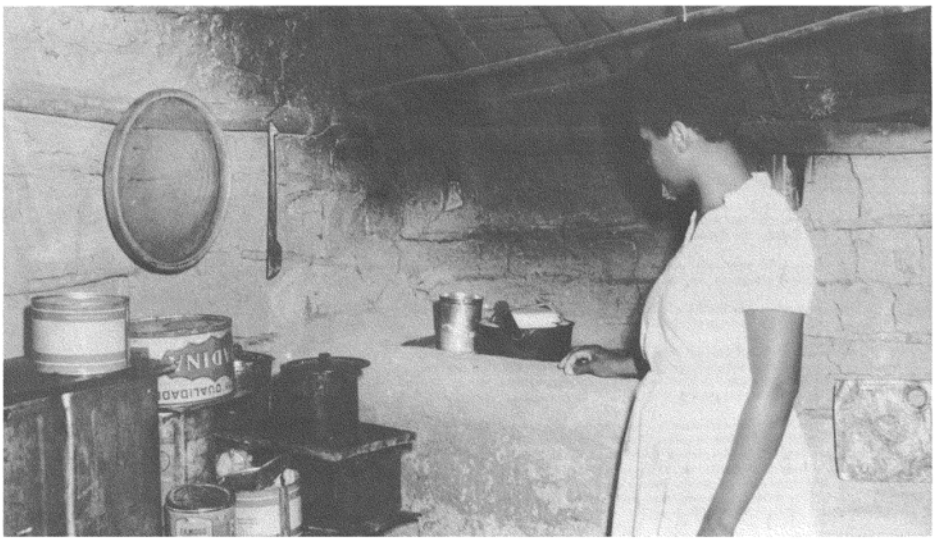
A casa compõe-se geralmente de 3 cômodos: quarto, cozinha e sala, que desempenha a função mista de sala e adega onde são guardados: o material necessário à coleta do látex, os arreios e os ancilos e pás utilizados na cultura de mandioca, milho e arroz, principais produtos plantados pelo seringueiro para sua alimentação.

A habitação do seringueiro fica localizada junto à margem de um rio ou córrego que lhe fornece a água necessária.

Nas primeiras horas do dia o seringueiro munido de todos os seus apetrechos e de sua marmita de alimentos, segue para o interior da mata para a coleta diária do látex.

Os afazeres do lar ficam a cargo, da espôsa que cuida também dos poucos animais existentes e ajuda na lavoura. *(Com M.V.G.)*

Município de Cuiabá — Mato Grosso *(Foto C.N.G. 2405 — T.J.)*



103

Fig. 28. Reprodução das fotografias CNG 2403 e CNG 2405 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

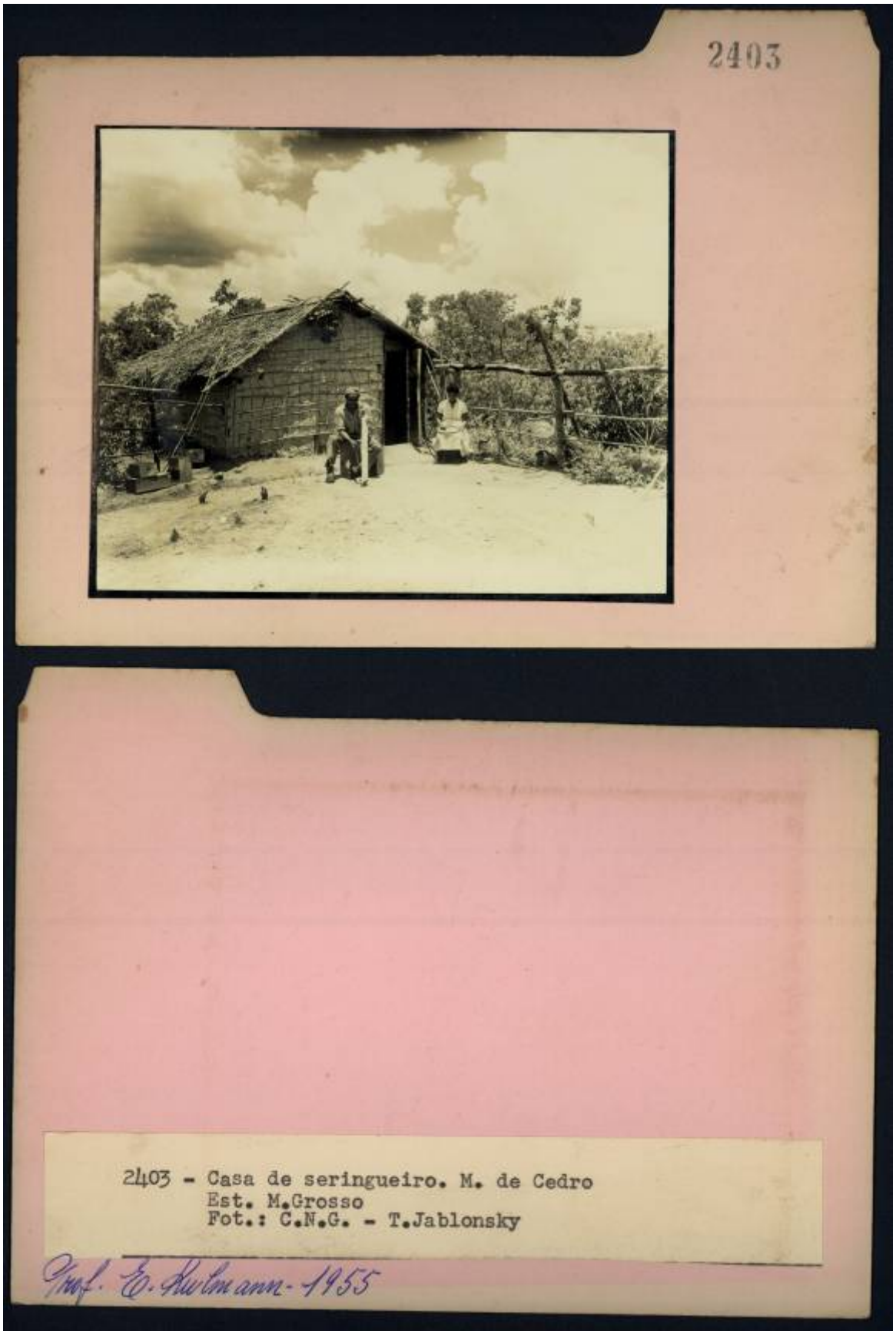


Fig. 29. Frente e verso da ficha do contato CNG 2403

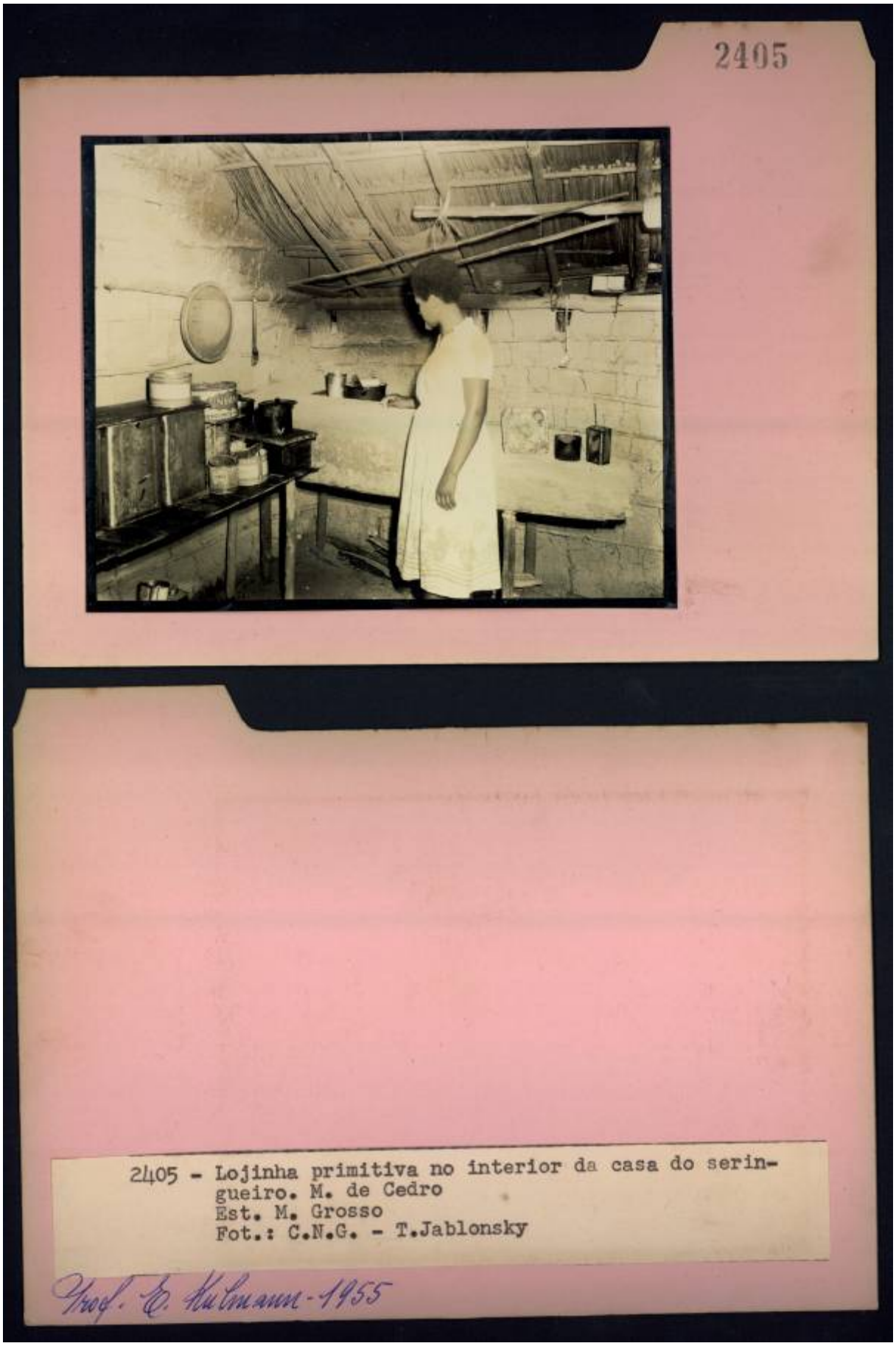


Fig. 30. Frente e verso da ficha do contato CNG 2405

4.2 Os cursos para professores de geografia

Por mais de trinta anos, considerando a importância da disseminação dos conhecimentos geográficos, o IBGE contribuiu para melhorar a qualidade do magistério do país patrocinando cursos para aperfeiçoamento de professores[50]. O primeiro curso de que se tem registro e no qual o Instituto colaborou com trabalhos ligados ao seu âmbito de ação foi organizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1941, que visava aperfeiçoar a técnica pedagógica do magistério primário. Desse momento em diante passou a acontecer uma sucessão de cursos de aperfeiçoamento de professores tanto do ensino secundário ou médio, como do ensino superior.

Entre meados dos anos 1940 até o início dos anos 1950, a Faculdade Nacional de Filosofia manteve cursos de férias – aperfeiçoamento e especialização geográfica –, destinados aos professores do ensino médio. Além das aulas de fundamentação pedagógica e de didática comuns às várias especialidades em que se dividiram os cursos, os de Geografia, ficaram sob o patrocínio e a orientação do Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, que destinou bolsas de estudos aos professores residentes no interior, colocando à disposição dos mesmos seus serviços e instalações. As aulas foram ministradas por especialistas em assuntos geográficos pertencentes ao quadro técnico do Conselho. Visitas e excursões de estudo bem como outras atividades extracurriculares figuraram no plano de trabalhos dos cursos.

Ainda na década de 1950, o Conselho se responsabilizou pela realização de cursos de aperfeiçoamento e de informações geográficas para professores de Geografia do nível médio no período das férias escolares de julho. Na década seguinte, considerando o interesse dos professores, a utilidade dos cursos desta natureza e a importância da difusão dos conhecimentos geográficos entre os docentes, o IBGE estabeleceu, conforme as Resoluções do Diretório Central do CNG n^{os}. 606 e 618 de 1961, que os cursos de aperfeiçoamento se realizariam de 14 de janeiro a 14 de fevereiro de cada ano, e os cursos de informações geográficas nas férias de julho.

[50] Os cursos encontram-se referenciados na *Revista Brasileira de Geografia*, seção Noticiário, do v. 3, n. 1, 1941 ao v. 35, n. 3, 1973, com intervalos.

O curso de informações geográficas apresentava um interessante programa organizado por uma equipe de geógrafos e professores do Conselho de Geografia, compreendendo aulas, seminários e excursões, e juntamente com o curso para aperfeiçoamento de professores era mais uma das atividades para o aprimoramento didático dos professores de Geografia do país.

No final dos anos 1960, com a finalidade de atender aos crescentes compromissos do IBGE com os órgãos de ensino que se empenhavam no aprimoramento técnico-didático de seus professores de Geografia, aconteceu em julho de 1967 o 1º Curso de Geografia para professores do Ensino Superior. Os cursos para professores do ensino superior que se seguiram, ocorriam no mês de janeiro e as aulas eram ministradas por geógrafos pertencentes, em sua maioria, ao quadro do Instituto. Esses cursos visavam, mais especificamente, à aplicação de técnicas de pesquisa geográfica por ser um dos campos mais deficientes na grande maioria das faculdades do país.

Os cursos ministrados na década de 1960 geraram publicações[51] que relacionam regulamento; súmulas das aulas; relação de professores, conferencistas e integrantes do corpo discente; programa geral, pormenorizado, da conferência, dos seminários; distribuição do tempo; solenidade de abertura e de encerramento; instruções reguladoras das excursões e das visitas; apostilas; provas e previsão orçamentária.

Os cursos de aperfeiçoamento para professores de Geografia de nível médio e superior promovido pelo IBGE alcançaram na década de 1970 um alto índice de interesse e aceitação. Assim foram substancialmente ampliados, antes realizados apenas no antigo Estado da Guanabara, depois atendendo a convite, a Instituição estendeu os cursos para centros educacionais localizados em outros estados brasileiros.

Faltou dizer ainda que nos cursos para aperfeiçoamento de professores, como complemento às aulas, havia sessões de projeção de diapositivos sobre a Geografia do Brasil. No período em que os cursos aconteceram, os geógrafos entendiam que o uso da imagem no ensino era uma das grandes fontes de motivação na aprendizagem. Desse

[51] CURSO de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio. Rio de Janeiro: IBGE, 1963, 1964, 1965, 1966, 1968, 1969. CURSO de Informações Geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1962, 1963, 1965, 1966, 1968. CURSO de Geografia para Professores do Ensino Superior. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em: 05 out. 2009.

modo, o IBGE disponibilizou a coleção *Diapositivos de Geografia do Brasil*[52], com 840 imagens acompanhadas de comentários, o que possibilitava uma ampla utilização por parte dos professores e estudantes. Pela lista de colaboradores citados na introdução da publicação bem se pode avaliar as dificuldades para organização, seleção e elaboração das legendas. Os diapositivos foram agrupados segundo as Grandes Regiões, de modo que de relance o professor pudesse também reorganizar a coleção quando desejasse tratar algum tópico do ponto de vista sistemático (GUERRA, 1960).

A Região Norte foi esquematizada em três aulas de 35 diapositivos cada, constando das vistas que vão de 1 a 105. As regiões do Nordeste, partes Ocidental e Oriental, num total de seis aulas, estão catalogadas segundo os números 106 a 315. As Regiões Leste, partes Setentrional e Meridional, e Sul, estão focalizadas em 420 diapositivos, ou seja, 12 aulas de 35 vistas cada uma, sendo o Leste, dos números 316 a 525 e o Sul, de 526 a 735. Finalmente, a Região Centro-Oeste foi planejada em três aulas, compreendendo um total de 105 diapositivos, que vão de 736 até 840.

Além do texto geográfico, cada diapositivo é também numerado segundo o negativo arquivado no Setor de Fotografia e Cinema. Professor ou pesquisador que estivesse interessado em determinada foto, rapidamente a localizava no arquivo e, fazendo uso, citaria apenas a fonte de origem. Outra indicação existente nos diapositivos diz respeito ao município em que a fotografia foi tirada e as iniciais do fotógrafo.

Apresentamos as características gerais dos cursos para aperfeiçoamento de professores, no sentido de aproximar a série *Diapositivos de Geografia do Brasil* utilizada como material complementar nos cursos, das imagens produzidas nos trabalhos geográficos de campo. Ao final, encontramos na série treze fotografias que também foram selecionadas como fonte de pesquisa na nossa investigação.

Região Norte

Diapositivo 67 – Foto **CNG 1055. Casa de farinha, Tarauacá (AC)**

> Após a colheita, a mandioca é reunida em pequenos alpendres onde se realizam as diversas etapas para a fabricação da farinha, elemento básico da alimentação amazônica. A 1ª fase é a raspagem da mandioca a fim de que seja retirada a "casca" que ficou em contato com a terra. Tal trabalho é realizado pelos

[52] Não encontramos a coleção de diapositivos, entretanto a publicação *Diapositivos de Geografia do Brasil* – legendas que descrevem as imagens selecionadas para compor a coleção –, está disponível no acervo da Memória Institucional.

membros da família (mesmo por crianças), com o auxílio de uma pequena faca. A mandioca depois de "limpa" é reunida em alguidares (pequenas bacias de zinco, madeira ou barro).

Diapositivo 75 – Foto **CNG 2162. Desfibramento da malva, Castanhal (PA)**

Após a colheita, são os talos de malva macerados no igarapé, verifica-se, posteriormente, a separação das fibras que são reunidas em "molhos" para serem vendidos. A família do agricultor, inclusive as mulheres, ocupa-se nestas tarefas, a fim de que o trabalho seja mais rápido.

Região Nordeste

Parte ocidental

Diapositivo 132 – Foto **CNG 3464. Quebradora de coco babaçu, Codó (MA)**

Quebradoras de coco babaçu. Com a sua cêsta de palha e machadinha para a quebra do fruto duro, as maranhenses se entregam a êste penoso trabalho. As mais experientes conseguem 8 a 10 quilos por dia.

Diapositivo 136 – Foto **CNG 3581. Beneficiamento de carnaúba, Barras (PI)**

As folhas da carnaúba inicialmente são trabalhadas por mulheres e crianças que as "riscam", isto é, cortam com facas. As folhas mais tenras, chamadas "do olho", dão melhor cêra. Notar o barracão construído de troncos e folhas de carnaubeira.

Parte oriental

Diapositivo 247 – Foto **CNG 321. Rendeira, Aracati (CE)**

A fabricação de rendas no Nordeste é uma atividade doméstica, onde a técnica tradicional utilizada pelas rendeiras foi adquirida via portuguêsa da famosa região do Puy, França. Desde o século XV era esta região conhecida como importante centro manufatureiro de rendas. No Nordeste, os tipos e padrões muito se assemelham aos de Tenerife e Madeira, embora as influências locais tenham modificado bastante os originais. A cidade de Aracati é afamada pela fabricação de rendas e parece haver preferência desta indústria pelos arredores das grandes cidades, não muito afastadas da costa, ou mesmo pelas localidades à beira-mar, fato êste explicativo da denominação de "rendas do mar" ou da "praia". É muito provável que as cidades marítimas portuguêsas sejam as responsáveis pela dispersão dêste artesanato. A fotografia ilustra bem o delicado trabalho de crivo nos arredores da cidade de Aracati.

Região Leste

Parte meridional

Diapositivo 363 – Foto **CNG 7451. Colheita do café, Ouro Fino (MG)**

A colheita do café exige muita mão-de-obra, por isso tôda a família do colono trabalha nesta fase do cultivo. Na foto mulheres peneirando os frutos que foram colhidos.

Diapositivo 364 – Foto **CNG 7458. Colheita do café, Ouro Fino (MG)**

Aspecto da colheita do café feita por mulheres. Observa-se o lençol estendido por baixo do cafeeiro, demonstrando um processo mais aperfeiçoado.

Região Sul

Diapositivo 597 – Foto **CNG 2043. Rendeira, Florianópolis (SC)**

Dentre as atividades características da indústria caseira na ilha de Santa Catarina, destaca-se a confecção de rendas de almofadas pelas habitantes de Ratones. Depois de prontas são colocadas à venda nas áreas mais movimentadas da cidade de Florianópolis, nas esquinas das ruas do centro ou nas portas dos hotéis.

Diapositivo 678 – Foto **CNG 1930. Colheita do café, Jandaia do Sul (PR)**

A colheita do café pelo processo da derriça, ou seja, a retirada dos frutos correndo-se ràpidamente a mão através dos galhos, desde o caule até a extremidade do galho, implica na mistura de pequenos frutos verdes ou defeituosos e mesmo de fôlhas, com os grãos aproveitáveis; esta é a razão de fazer-se a peneiração, processo manual de limpeza do café. A foto tirada no município paranaense de Jandaia do Sul mostra-nos uma mulher nessa faina.

Diapositivo 679 – Foto **CNG 1860. Colheita do café, Apucarana (PR)**

O trabalho de espalhar os grãos de café no terreiro para secagem é realizado indiferentemente por homens e mulheres. A fotografia tirada em Apucarana, no norte do Paraná, mostra duas mulheres com os chamados rôdos, nessa faina, no terreiro, a fim de que a secagem dos grãos se processe de uma maneira uniforme.

Diapositivo 686 – Foto **CNG 6082. Cultura do chá preto, Registro (SP)**

A direção e execução dos trabalhos da cultura do chá são realizadas exclusivamente por japonêses, no entanto, os elementos nacionais são utilizados na época da poda. Homens e mulheres munidos com grandes tesouras executam àgilmente esse serviço, que é feito, de um modo geral, por empreitada.

Diapositivo 720 – Foto **CNG 6102. Fábrica de Palmito e Manjuba Caiçara, Iguape (SP)**

O palmito é a principal fonte de renda do município de Iguape, existindo aí três fábricas industrializadoras do produto. Uma delas é a "Fábrica de Palmito e Manjuba Caiçara", que além do palmito enlatado, faz a industrialização do Manjuba, peixe encontrado no rio Iguape, nas proximidades de Registro. A foto nos dá um aspecto do interior da "Caiçara", onde temos homens, mulheres e até crianças na tarefa de descascar o palmito, pois é quase inexistente a maquinária. O palmito depois de descascado é colocado em salmoura, enlatado e posteriormente cozido, sendo então distribuído às outras companhias: "Cica", "Armour" e "Paulette", que o colocam no mercado consumidor.

Região Centro-Oeste

Diapositivo 817 – Foto **CNG 2403. Casa de seringueiro, Cuiabá (MT)**

A foto apresenta uma construção típica de rebôco, com telhado de duas águas, forrado de palha e chão de terra batida, contornado por pequeno terreno cercado que separa a residência do seringueiro da área de agricultura de subsistência. A casa compõe-se geralmente de 3 cômodos: quarto, cozinha e sala que desempenha a função mista de sala e adega onde são guardados: o material necessário à coleta do látex, os arreios e pás utilizados na cultura de mandioca, milho e arroz, principais produtos plantados pelo seringueiro para sua alimentação. A habitação do seringueiro fica localizada junto à margem de um rio ou córrego que lhe fornece água necessária.

O conjunto de fotografias que constituem o circuito informacional, assim como o recorte dos registros imagéticos de Jablonszky que retrata o trabalho feminino, representa em sua grande maioria os tipos humanos característicos do Brasil e, como no regionalismo do Estado Novo, encarrega-se de promover a imagem da mulher/menina trabalhadora marcada pela alteridade física e socioeconômica de cada região do território nacional.

5 Considerações finais

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

5 Considerações finais

Como teria Jablonszky construído essas imagens? O conteúdo temático registrado na fotografia mostra um momento da realidade selecionado pelo fotógrafo. Funcionário de uma instituição de Estado, o fotógrafo era orientado por geógrafos que realizavam suas pesquisas respeitando as recomendações do IBGE, que por sua vez subsidiava com informações territoriais os projetos do Governo Federal. O primeiro olhar era do geógrafo que dizia o que fotografar. O segundo olhar era do fotógrafo, um olhar técnico que selecionava um determinado fragmento do espaço indicado pelo geógrafo, distribuindo objetos, personagens etc. no visor da câmara. Há dois olhares, duas seleções que antecedem a produção documental, a do geógrafo e a do fotógrafo. São duas interpretações da realidade.

Além do olhar do geógrafo e do fotógrafo, as fotos de Jablonsky também passaram pelo crivo de quem estruturou o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, aí temos o terceiro olhar. Os critérios usados na terceira seleção foram de qualidade técnica da fotografia. Mesmo que essas imagens possam ter sido construídas sob o ponto de vista do IBGE, ao nosso olhar (quarto olhar) elas nos dão uma referência sobre a realidade do trabalho feminino com suas semelhanças e diferenças.

Ao produzir as imagens fotográficas, Jablonszky sugeria o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido. Esse trabalho de enquadramento da memória torna-se o trabalho de valorização de determinados padrões de lembrança. Os tipos humanos registrados pelo fotógrafo marcam a escolha da geografia do IBGE na construção da nacionalidade brasileira. Embora posteriores ao Estado Novo as imagens guardam muitas das características da política preconizada por Getúlio Vargas.

A utilização das fotografias em textos publicados pelo IBGE, em aulas que os geógrafos do Conselho de Geografia ministravam aos professores da rede de ensino público, e como material a ser cedido aos usuários para as mais diferentes aplicações, tudo justifica a construção de uma memória coletiva através das imagens fotográficas, pois ao permitir o uso das fotos por outras pessoas, o Instituto não tinha mais controle sobre a circulação da sua produção fotográfica.

O uso da metodologia da PNAD para o entendimento do conceito de trabalho, e os estudos de gênero nos permitiram evidenciar nas fotografias que o trabalho feminino

está concentrado nas atividades tradicionalmente realizadas pelas mulheres, produção para consumo próprio ou em ajuda a membro de unidade familiar e trabalho doméstico.

Em algumas fotos do trabalho aplicado à agricultura, das lavadeiras e das rendeiras foi possível observar que não existe divisão entre tempo de trabalho na casa e "fora" da casa. A presença de crianças acompanhando suas mães pressupõe sua socialização para o trabalho, situação que traduz o trabalho feminino infantil como uma projeção do mundo adulto para essas crianças.

Em relação à ocupação desenvolvida com o trabalho industrial as fotografias retratam a participação das mulheres em setores reconhecidos como sendo de trabalho feminino, entre eles as indústrias do fumo, de produtos alimentícios, de calçados e do vestuário.

Destacamos, também, as questões referentes às legendas das fichas de contato. Para cada fotografia do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo existe uma legenda feita pelo geógrafo responsável pela excursão no momento em que o filme chegava ao Setor de Fotografia e Cinema. As legendas nem sempre descrevem o que está visível na fotografia e algumas não consideram as figuras enfocadas. Entendemos que quando se trata de um processo como desfibramento, cultivo e outros, fica subtendido a presença de uma pessoa, entretanto quando se generaliza o conteúdo como por exemplo, cordoaria e fábrica de champanhe, não citando a presença de pessoas, o não escrito leva a uma busca equivocada da imagem desejada.

Se por um lado as legendas omitem a participação das mulheres e meninas em determinadas ocupações, tornando invisível o trabalho feminino, por outro descrevem sistematicamente esse trabalho como sendo típico de uma região, forjando memórias e reafirmando papéis estabelecidos pela sociedade.

Para as publicações do IBGE destinadas à divulgação dos estudos geográficos, as legendas procuram complementar o conteúdo da imagem com informações que algumas vezes não estão visíveis. Assim, a inclusão de fotografias no sistema de armazenagem/recuperação Infobib deve ser precedida do cotejamento das legendas relacionadas nas fichas do contato com outras fontes disponíveis, como publicações e cadernos de registros.

Ainda em relação às legendas, em meio aos diferentes temas retratados, elas nem sempre refletem a temática do trabalho, o que não significa que Tibor Jablonszky tenha realizado tais registros ignorando as expressões do trabalho e dos trabalhadores. O que se depreende é que o olhar de quem elaborou a legenda não observou o que estava visível na imagem.

Cabe esclarecer que cotejamos as legendas das fichas de contato com as dos cadernos de registro e das fotos publicadas. Nas fotografias apresentadas nessa pesquisa, completamos datas que faltavam e modificamos nomes de municípios que se encontravam diferentes num e noutro documento. Demos preferência às informações referenciadas nas legendas elaboradas para as publicações por serem estas o instrumento de divulgação nacional e internacional da Geografia do Brasil.

Mesmo não tendo respostas precisas, um ou outro contato pode ter sido perdido ao longo de quarenta anos. O arranjo em ordem numérica seqüencial de todo o conjunto tornaria mais simples o encontro de possíveis faltas no Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

Vale ressaltar, também, que ao disponibilizar seu acervo fotográfico na Internet, o IBGE deu início a um processo de demanda por esse tipo de documentação. No sentido de organizar empréstimo e uso das fotos, a Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais preparou um instrumento, o termo de compromisso de uso, em que o IBGE concede aos interessados o uso sem direito de exclusividade e com citação da fonte consultada. Os termos de compromisso atualizam o circuito informacional de todo o acervo fotográfico da Instituição. Os Arquivos Fotográficos Ilustrativos dos Trabalhos Geográficos de Campo, dos Municípios Brasileiros, dos Eventos Institucionais e dos Tipos e Aspectos do Brasil ainda estão sendo utilizados nas mais diferentes aplicações: livro, revista, documentário, material didático, site, jornal, trabalho acadêmico, entre outras.

Só nos resta dizer que dialogar com as fotografias de Jablonszky possibilita expor o universo de relações que se revela e muitas vezes se esconde por entre os meandros da fotografia e do trabalho e que a memória social permite serem desocultados. Não há como ignorar o uso desses suportes imagéticos como fontes visuais na pesquisa histórica do e sobre trabalho ainda pouco difundidos e conhecidos.

6 Referências

♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣♣

6 Referências

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968)*: imagens e representações numa abordagem da história oral. 2000. 115 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Rio de Janeiro, 2000. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

ALONSO, Delinda Martinez. Aspectos geográficos da cultura fumageira no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p. 295-313, jul./set. 1958.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil Moderno. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.13, n.2, p. 21-72, jul./dez. 2005.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Dossiê: gênero no trabalho. Apresentação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17-18, p. 131-138, 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br>. Acesso em: 06 abr. 2009.

AS ATIVIDADES geográficas no Brasil. Separata d'Observador Econômico e Financeiro. 1940.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*: nota sobre a fotografia. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUMAN, Z. *Globalização*: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. cap. Guerras espaciais: informe de carreira, p. 34-62.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ESTIVALETE, Vânia de Fátima Barros; PEDROZO, Eugênio Ávila. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. *Gestão & Produção*, São Carlos, v.14, n.2, p.311-322, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 09 maio 2010.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Un art moyen*: essai sur les usages sociaux de la photographie. Paris: Lés Editions de Minuit, 1965.

BRUSCHINI, Cristina et al. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero*: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: história e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: EdUSC, 2004.

CADERNOS de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, n. 19, 2004. Semestral.

CARTAXO, Waltemilton Vieira. *Potencialidades da produção de algodão pela agricultura familiar do Nordeste*. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2008. (Embrapa Algodão. Documentos, 202). Disponível em: <http://www.cnpa.embrapa.br>. Acesso em: 16 nov. 2009.

CARVALHO, Eloísa de. Tipos e aspectos do Brasil. Casa de farinha. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 311, abr./jun. 1948.

CENSO demográfico: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 1950. Decenal.

CENSO demográfico: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 1960. Decenal.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens*: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Educando o trabalhador da grande "família da fábrica": a fotografia como fonte histórica. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.). *A leitura de imagens na pesquisa social*: história, comunicação e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

COELHO, Maria Beatriz R. de V. O campo da fotografia profissional no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n.35, p.79-99, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 30 abr. 2010.

COMPTES rendus du XVIII^{e} Congrès International de Géographie. Rio de Janeiro. 1956. Tome Premier. Actes du Congrès. Comité National du Brésil, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Memória Institucional do IBGE*: em busca de um referencial teórico. Rio de Janeiro: IBGE. 1992. (Documentos para disseminação, 4).

COSTA, Írio Barbosa da. Tipos e aspectos do Brasil. O juteiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 83, jan./mar. 1966.

CURSO de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio. Rio de Janeiro: IBGE, 1963-1966, 1968-1969.

CURSO de Informações Geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1962-1963, 1965-1966, 1968.

CURSO de Geografia para Professores do Ensino Superior. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

DAOU, Ana Maria. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero*: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção estudos brasileiros, v.84).

DUARTE, Aluízio Capdeville. Irecê: uma área agrícola "insulada" no sertão baiano. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 453-474, out./dez. 1963.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus. 1994. (Coleção ofício de arte e forma).

_____. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Mônica Almeida Kornis em 02 de setembro de 2003. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, 2004.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE. v.1 Grande Região Norte, 1957. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.br>. Acesso em: 12 jul. 2008.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE. v.2 Grande Região Centro-Oeste, 1957. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.br/>. Acesso em 15 de abril de 2009.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE. v.3 Grande Região Nordeste, 1957. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.br>. Acesso em: 09 set. 2008.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE. v.4 Grande Região Nordeste, 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.br>. Acesso em: 15 abr. 2009.

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (Séries estatísticas retrospectivas, v.3).

EXPEDIÇÕES ao Planalto Central do Brasil 1947 – Relatórios (cópia datilografada em carbono).

FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia: repercussões sociais. In: _____. (org.). *Fotografia*: usos e funções no Século XIX. São Paulo: EdUSP, 1991.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2.ed. São Paulo: EdUSP, 2006. cap. O Estado Getulista (1930-1945), p.185-217.

FLORIANI, Cláudio Ramos, Jr. *Bacia hidrográfica do rio Peperi-guaçu*. Florianópolis: CASAN, 2007. Disponível em: <http://www2.itaipu.gov.br/aguaboa/encontroTrinacional/>. Acesso em: 08 maio 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, n.7). cap. Sobre a Geografia, p.153-165.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Tradução Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1961. (História geral das civilizações, v. complementar). cap. A história e o meio geográfico, p.64-76.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (Descobrindo o Brasil).

_____. Através do Brasil: o território e seu povo. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (coords.). *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002a.

GONCALVES, Rogério Bessa. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 11-46, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17 nov. 2009.

GUERRA, Antonio Teixeira. Notas sobre as zonas econômicas do Território Federal do Acre. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v.11, n.115, p. 241-284. jul./ago., 1953.

_____. Comentários. Notas sobre o palmito em Iguape e Cananéia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 330-365, jul./set. 1957.

_____. (org.). *Diapositivos de Geografia do Brasil*. IBGE: Rio de Janeiro, 1960.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. A divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 318-373, abr./jun. 1941.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. cap. A experiência do tempo e do espaço, p.185-235.

HIRATA, Helena. Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Tradução Maria Helena C. V. Trylinsky. *Em Aberto*, Brasília, v.15, n.65, p. 39-49, jan./mar. 1995.

_____. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007. (Série Trabalho e Sociedade).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero*: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ISSLER, Bernardo. Tipos e aspectos do Brasil. A fazedeira de rêdes. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 488, jul./set. 1960.

KASSOUF, Ana Lúcia (coord). *O Brasil e o trabalho infantil no início do século XXI*. Brasília: OIT. 2004. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?field=116>. Acesso em: 24 abr. 2010.

KELLER, Elza Coelho de. Tipos e aspectos do Brasil. Cafezal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.7, n. 3, p. 495, jul./set. 1945.

_____. Tipos e aspectos do Brasil. Colheita do café. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.7, n. 3, p. 503, jul./set. 1945.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Tradução Miriam Nobre. Paris: Ed. Presses Universitaires de France. 2000. Disponível em: <http://www.santosbancarios.com.br>. Acesso em: 30 nov. 2008.

_____. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições*, Campinas, v.13, n.1 [37], p. 47-59, jan./abr. 2002.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.25, n.49, p.35-42, 2005.

LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.16 supl.1, p. 115-138, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 28 dez. 2009.

LE FEUVRE, Nicky. Modelos de feminização das profissões na França e Grã-Bretanha. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero*: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos*: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br>. Acesso em: 25 jan. 2009.

MATTEI, Lauro; ALVES, Pedro Assumpção. *Migrações no oeste catarinense*: história e elementos explicativos. Florianópolis: UFSC, 2007. (Textos para discussão, n.3). Disponível em: <http://www.portalcse.ufsc.br/gecon/textos/2007/Texto%20Lauro-Pedro03-07.pdf>. Acesso em:10 maio 2010.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem*: a produção fotográfica e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Niterói, 1990. 340 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Niterói. 1990. Disponível em: <http://www.historia.uff.br>. Acesso em: 23 nov. 2007.

_____. Fotografia e história, possibilidades de análises. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.). *A leitura de imagens na pesquisa social:* história, comunicação e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

_____. *Poses e flagrantes*: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: EdUFF, 2008a.

MELO, Hildete Pereira de. *O trabalho industrial feminino*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2000. (Texto para discussão, 764). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n. 45, p.11-36, 2003.

_____. Rumo a uma "História Visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: EdUSC, 2005. (Coleção Ciências Sociais).

METODOLOGIA do Censo Agropecuário de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984 (Série Relatórios Metodológicos, v.5).

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. *Acervo*: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.6, n.1/2, p.121-132, jan./dez. 1993.

NEVES, M. Gênero, mercado de trabalho e qualificação. *Revista de Administração da FEAD – Minas* [Online] 1. 2. Disponível em: <http://www2.fead.br>. Acesso em: 30 nov. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.1-28, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE. 1993. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 4).

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE. 1992-1993, 1995-1996.

PINTO, Maria Novais. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no Estado da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p. 3-102, jul./set. 1969.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.3, p.3-15, 1989.

VII RECENSEAMENTO Geral do Brasil. Censo Agrícola de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. II, t. VIII, 1ª parte. Decenal.

REVISTA Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, n.2, abr./jun. 1940. Trimestral

REVISTA Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n.2, abr./jun. 1943. Trimestral.

ROSA E SILVA, Geraldo J. da. Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.26, n.3, p. 291-457, 1964.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 85-91, 1996.

SAKURAI, Célia. *Os imigrantes japoneses em terras brasileiras*. Disponível em: <http://www.fjsp.org.br>. Acesso em: 17 nov. 2009.

SANTA Catarina, Prefeitura Municipal de Ponte Serrada. Disponível em: <http://www2.ponteserrada.sc.gov.br/conteudo/?item=15961&fa=7663#>. Acesso em: 10 maio 2010.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. (Passo-a-Passo, 39).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SIMSON, Olga R. de Moraes von. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (org.). *O fotográfico*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Senac, 2005.

SILVA, Maria A. Moraes. Fiandeiras, tecelãs, oleiras... redesenhando as grotas e veredas. *Projeto História*, São Paulo, n.16, p. 75-104, 1998.

SONTAG, Susan. *Ensaios sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Arban, 1982.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 83-94, 1994. (Este texto é a transcrição da conferência de Pierre Sorlin, traduzida por Anne-Marie Milon Oliveira).

STRAUCH, Lourdes Manhães de Mattos. Comentários. Contribuição ao estudo geográfico da erva-mate. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 94-106, jan./mar. 1955.

SZABO, Ladislao Pedro. Caminhando para a Revolução. In: _____. (org.). *Hungria 1956 ... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

TEIXEIRA DE FREITAS, Mário Augusto. *O reajustamento territorial do quadro político do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. (Separata da Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.8, n. 29, 1947).

VALVERDE, Orlando. O uso da terra no leste da Paraíba. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 40-91, jan./mar. 1955.

_____. Geografia econômica e social do babaçu no meio norte. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p. 381-420, out./dez. 1957.

WAIBEL, Leo Henrich. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. anotada. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ANEXO I
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevistas

Período de trabalho no IBGE?

Quais as áreas em que trabalhou?

Participou de quais expedições?

Conhece o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo?

Qual era o trabalho do fotógrafo nas expedições geográficas?

Como se dava esse trabalho?

Qual o tipo de equipamento era utilizado?

O equipamento utilizado foi preservado?

Os fotógrafos recebiam orientação do geógrafo responsável pela excursão ao fazer as fotos?

Os fotógrafos recebiam algum tipo de orientação antes de sair para as pesquisas de campo?

Saberia informar quais critérios deveriam ser seguidos quando se fotografava espaço, lugar, momento, tipos?

A fotografia nas expedições de campo tinha como objetivo unicamente ilustrar artigos?

O fotógrafo encontrava meio de desfrutar de uma relativa independência para fazer suas fotos nas viagens a serviço do IBGE ou era dependente da orientação do geógrafo?

No meu caso, que pesquiso o tema trabalho, podemos observar que trabalhadores em seus espaços de trabalho e moradia são retratados, assim como somente os espaços de trabalho e moradia. Isto era uma recomendação?

Nas fotografias de pessoas notamos a artificialidade da pose. Recebi uma informação de que para se fazer essas fotos havia um acordo anterior, afinal de contas o grupo de técnicos do IBGE representava o governo federal. Seria por isso que as pessoas se apresentavam arrumadas?

Depois de reveladas no setor de fotografia e cinema as fotos eram selecionadas. Essa seleção obedecia a que critérios? Qualidade da foto? Antes dessa seleção havia uma outra feita pelo fotográfo e/ou geógrafo?

Fala-se também, na realização de filmes sobre o Brasil, sabe se existem cópias desses filmes?

Parece que os primeiros fotógrafos profissionais contratados pelo IBGE foram três húngaros, Tibor Jablonszky, em 1949, Istvan Faludi e Tomas Somlo. Poderia informar alguma coisa a respeito dessas contratações?

Conheceu o fotógrafo Tibor Jablonszky?

O que pode dizer sobre ele?

Dados do Arquivo Nacional sobre Tibor Jablonszky mostram que ele era Diretor de Cinema na Cia. de Cinema da Hungria, isso quer dizer que chegou ao Brasil com formação. Como era o Tibor profissional da fotografia?

Tibor Jabonszky chefiou o Setor de Fotografia e Cinema do Conselho Nacional de Geografia. Como era o trabalho nesse Setor?

Participou de excursões com Jablonszky?

Como ele se comportava profissionalmente nos trabalhos de campo?

Como era visto o trabalho dele como fotógrafo?

Quem chefiava as pesquisas de campo eram os geógrafos, no entanto, encontra-se registrado em fotografias da Região Nordeste, mais especificamente no Estado do Ceará, o nome de Jablonszky como sendo o responsável pela excursão. Qual seria a explicação para essa exceção?

Teve a oportunidade de conhecer os outros dois húngaros, Faludi e Tomas?

Teria algo a acrescentar que não foi perguntado?

ANEXO II
QUADRO SINÓTICO DAS ENTREVISTAS

Quadro Sinótico das Entrevistas

Nº	Entrevistado	Profissão	Período no IBGE	Data da entrevista
1	Orlando Valverde	geógrafo	1938-1982	22/10/1998 16/11/1998 21/11/1998 28/11/1998
2	Henrique de Azevedo Sant'anna	geógrafo	1959-1995	30/05/1999
3	Maria Francisca T. C. Cardoso	geógrafa	1950-1991	15/06/1999
4	Carlos de Castro Botelho	geógrafo	1950-1984	22/06/1999
5	Eva Menezes de Magalhães	geógrafa	1952-1992	14/02/2008
6	Wilson de Souza Aranha	cinetécnico	1958-1985	13/03/2008
7	José César de Magalhães	geógrafo	1953-1991	03/07/2008
8	Rubens Moreno Mazzola	fotógrafo	1952-1987	12/01/2009

ANEXO III
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ENTREVISTADOS

Orlando Valverde[1]

Aluno dos mais importantes professores/pesquisadores europeus que vieram para o Brasil com o objetivo de colaborar na estruturação do aparato institucional dedicado à Geografia, ainda estudante participa da criação do núcleo do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1936, inspirada na Association des Géographes Françaises. Convidado em 1938 por Christóvam Leite de Castro, Secretário-Geral do recém criado Conselho Nacional de Geografia, para se juntar ao primeiro grupo de pesquisas geográficas, depois de formado na primeira turma da Universidade do Brasil, em 1940, torna-se o primeiro geógrafo do IBGE e um dos mais ativos participantes nos trabalhos de campo. Em 1945 recebe bolsa de estudos para pós-graduação na Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, onde conhece o geógrafo alemão Leo Waibel, contratado pelo CNG para orientar seus técnicos em planejamento regional. Em 1947, desloca-se com o grupo de Waibel para o Planalto Central com o propósito de levantar dados para o planejamento da mudança da capital. Após algumas excursões sob a orientação de Waibel transforma-se num líder dos trabalhos de campo. No XVIII Congresso Internacional de Geografia, em 1956, conduz um grupo de vinte e dois geógrafos do Rio de Janeiro ao interior do Rio Grande do Sul. Na seção **Textos Raros** do *Boletim Geográfico* reproduz a obra de André João Antonil[2], *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, edição de 1924 publicada pelo *Boletim do Museu Paulista de Afonso Taunay*, acrescentando comentários seus e ilustrações de Percy Lau e Francisco Barboza Leite. Na década de 1960, período em que não se realizava estudos na região amazônica constitui o Grupo de Pesquisas da Amazônia. O grupo desenvolve pesquisas na região da Belém-Brasília que resulta no livro *A rodovia Belém-Brasília: um estudo de geografia regional*. Posteriormente veio o projeto da Transamazônica. Ministra aulas nos cursos para professores do ensino secundário oferecidos pelo IBGE. Presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, lutou pelas reservas extrativistas e indígenas contra a ação de madeireiras internacionais. Antes de aposentar-se, em 1982, cumpre seu último projeto para o IBGE, na Reserva Ecológica de Roncador em Brasília.

[1] Orlando Valverde faleceu em 15 de junho de 2006.
[2] Pseudônimo do jesuíta João Antônio Andreoni.

Henrique de Azevedo Sant'anna

Geógrafo formado pela Universidade do Brasil, seu depoimento foi fundamental para se entender as condições de criação do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, pois detém informações não registradas em outros documentos sobre a organização deste arquivo na forma em que atualmente se encontra. Em 1969, dez anos depois de ser admitido como geógrafo, o IBGE cria o Setor de Arquivo Fotográfico, Setor responsável pela organização das fotografias, subordinado à Divisão Cultural nessa época chefiada por Henrique Sant'anna. A partir daí passa a existir um depósito legal da documentação fotográfica produzida sob o patrocínio da Instituição. No final da década de 1970, mudanças na estrutura do Instituto faz o geógrafo transferir-se para a Biblioteca Central do IBGE, onde fica até sua aposentadoria em 1995.

Maria Francisca Thereza Cavalcanti Cardoso

Aluna de Francis Ruellan na Universidade do Brasil, inicia sua vida profissional no IBGE em 1950, onde participa de várias pesquisas de campo secretariando esse importante geógrafo francês. Como secretária, fica encarregada de providenciar as expedições, anotar as observações de campo e preparar o relatório sobre as considerações do grupo. Desenvolve estudos na Região Sul para a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* e realiza pesquisas no Rio de Janeiro, documentadas no livro *Rio de Janeiro e sua região*. Em 1960, após conhecer os novos métodos de pesquisa apresentados pelo também geógrafo francês Michel Rochefort, transfere-se para o Setor de Geografia Humana. Chefia, então, excursão de estudos de geografia humana a Caruaru, Campina Grande e Feira de Santana, em 1962, toda documentada com fotografias de Tibor Jablonszky. Em 1969, com a criação da Divisão Cultural subordinada ao Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, ministra cursos de aperfeiçoamento de professores secundários de Geografia em todo o país. Havia, também, cursos para orientadoras pedagógicas que preparavam professoras do ensino primário para as aulas de Geografia. Ao aposentar-se, em 1991, Maria Francisca conta quarenta e um anos dedicados à Geografia.

Carlos de Castro Botelho

Tem o primeiro contato com o IBGE em agosto de 1947, levado por Francis Ruellan seu professor na Universidade do Brasil, como participante da excursão ao Planalto Central para a escolha do sítio da Nova Capital. Em 1949, Ruellan organiza um curso de fotointerpretação em geomorfologia com objetivo de formar técnicos especializados nessa área. Carlos Botelho realiza com o grupo de alunos do curso, o levantamento geológico e geomorfológico da Bacia do Rio São Francisco. Desenvolve muitos trabalhos de campo, sempre orientado por outros geógrafos, principalmente por Francis Ruellan e Antonio Teixeira Guerra, até que em 1953 chefia expedição ao sul da Bahia, mais precisamente à zona do cacau, para conhecer uma área no litoral ainda totalmente desconhecida. Toma parte na Excursão número 9, Planalto Meridional do Brasil, do XVIII Congresso Internacional de Geografia, em 1956, sob a direção de Orlando Valverde e Dora Romariz. Contribui com pesquisas para a elaboração da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* entre 1957 e 1958. Em seus trinta e quatro anos de IBGE passou pelo Departamento de Geografia e pelo Departamento de Recursos Naturais. Entre um departamento e outro esteve na Divisão Cultural do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, lecionando nos cursos para professores de Geografia de ensino secundário.

Eva Menezes de Magalhães

Geógrafa formada pela Universidade do Brasil, sua entrevista tornou-se essencial para que pudéssemos conhecer fragmentos da vida de Tibor Jablonszky. Geógrafa do IBGE desde 1952, chefiou o Setor de Assistência ao Ensino, subordinado à Divisão Cultural do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Mais tarde, transfere-se para o Setor de Fotografia e Cinema da Divisão de Geografia, chefiando este Setor entre 1962 e 1964. Em 1968, organiza por Estado e Região as legendas das fotografias com seu respectivo número de identificação, numa tentativa de facilitar a busca/recuperação das imagens. Em sua trajetória profissional, ocupa o cargo de professora do Estado do Rio de Janeiro, e de geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 1992, encerra sua carreira na Biblioteca Central do IBGE.

Wilson de Souza Aranha

Contratado pelo IBGE, em 1958, como fotógrafo, após alguns cursos de especialização na área de imagem, inclusive de cinema na Embaixada dos Estados Unidos, passa a cinetécnico do Setor de Fotografia e Cinema da Divisão de Geografia. Neste setor tem como atividade produzir, revelar, numerar e catalogar fotografias. Participa de uma única excursão, em 1965, chefiada por Orlando Valverde que tinha como objetivo o levantamento dos municípios do Estado do Amazonas. Aranha nos cedeu cópias das fotografias dos funcionários do Setor de Fotografia e Cinema, pertencentes ao acervo particular de Rubens Mazzola, apresentadas nos Capítulos 2 e 3. Em 1975, organiza o Setor de Microfilmagem, onde permanece até sua aposentadoria em 1985.

José César de Magalhães

Aluno da Pontifícia Universidade Católica, convidado pelos professores Jorge Zarur e Fábio de Macedo Soares Guimarães, chega ao IBGE em 1953. Em 1956, quando uma lei do governo federal estabelece concurso interno para estagiários é, então, efetivado como geógrafo. Inicialmente, trabalha na Seção Sul com o professor Alfredo José Porto Domingues, depois com os professores Antonio Teixeira Guerra e Lúcio de Castro Soares, na Seção Norte. Chefia a Seção Leste que vem a ser Seção Sudeste após alterações na divisão territorial do Brasil. Participa de muitas expedições, sempre se dedicando aos estudos de energia elétrica, examinando a distribuição e as linhas de transmissão. Publica inúmeros trabalhos no *Boletim Geográfico* e na *Revista Brasileira de Geografia*. Para a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, contribui com seus estudos sobre energia. Reestruturações no IBGE o levam a chefia do Departamento de Recursos Naturais e do Departamento de Meio Ambiente, onde aposenta-se em 1991.

Rubens Moreno Mazzola

Rubens Mazzola entrou no IBGE, em 1952, como estagiário do geógrafo Antonio Teixeira Guerra que lhe deu uma oportunidade como desenhista de mapas. Não se adaptando ao trabalho de desenhista foi então fazer um treinamento com fotografia. Observando o trabalho dos outros, tornou-se um fotógrafo do Setor de Fotografia e Cinema. Assim como Wilson Aranha tem como atividade produzir, revelar, numerar e

catalogar fotografias. Em 1965, fez parte da equipe que excursiona nas regiões Bragantina e Amazônica, chefiada pelo professor Orlando Valverde e pela geógrafa Catarina Vergolino Dias, que tinha como objetivo a edição do livro “A Rodovia Belém-Brasília”. Sua narrativa foi fundamental para entendermos que o geógrafo determinava a área a ser fotografada, a liberdade do fotógrafo era limitada a ângulos, enquadramento, foco, ou seja, técnicas fotográficas. Rubens deixou claro que no caso dessa excursão, um convênio entre IBGE e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, tudo foi preparado e patrocinado pela SPEVEA, o IBGE incumbiu-se apenas do translado da equipe de pesquisadores do Rio de Janeiro para Belém. Sua entrevista também foi essencial para conseguirmos elementos de que havia divulgação do trabalho realizado pelo IBGE nos Estados, como podemos observar nos recortes de jornais guardados pelo fotógrafo. Posteriormente, transfere-se para Minas Gerais onde chefia a agência do município de Lavras durante o Censo de 1980, aposentando-se em 1987 na agência de São João del Rey, também em Minas. além de manter um acervo de fotos,

ANEXO IV
ESPAÇO FOTOGRÁFICO

ESPAÇO FOTOGRÁFICO

NÚMERO DO NEGATIVO	TAMANHO DO NEGATIVO	TIPO DE FOTO	ENQUADRAMENTO				NITIDEZ
			SENTIDO	DIREÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	ARRANJO	
CNG 312	9,50 x 12,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 321	9,50 x 12,00 cm	pose	horizontal	centro	2 planos	parte inferior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 324	9,50 x 12,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	linear	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 1055	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 1486	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	esquerda	1 plano	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 1617	8,00 x 11,00 cm	pose	horizontal	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 1860	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 1874	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 1875	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 1930	8,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2042	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	direita	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2043	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2162	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2163	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2168	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2403	9,50 x 12,00 cm	pose	horizontal	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2405	9,50 x 12,00 cm	pose	horizontal	direita	1 plano	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2476	6,00 x 8,00 cm	pose	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2477	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2600	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	direita	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2601	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	vertical	centro	4 planos	parte inferior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 2602	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	esquerda	1 plano	parte inferior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 3464	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 3465	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 3580	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 3581	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	direita	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 3585	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 4971	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	centro	2 planos	linear	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra

ESPAÇO FOTOGRÁFICO

NÚMERO DO NEGATIVO	TAMANHO DO NEGATIVO	TIPO DE FOTO	ENQUADRAMENTO				NITIDEZ
			SENTIDO	DIREÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	ARRANJO	
CNG 6082	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	esquerda	3 planos	linear	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 6083	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	3 planos	linear	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 6084	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 6085	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 6102	6,00 x 8,00 cm	pose	horizontal	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 6818	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	direita	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 6819	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	direita	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 6872	6,00 x 8,00 cm	instantâneo	horizontal	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 7449	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 7450	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	direita	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 7451	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 7452	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	1 plano	parte superior	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 7455	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	direita	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 7458	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	direita	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 7459	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8550	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8603	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	direita	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8632	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8635	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	direita	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8636	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	direita	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8637	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	direita	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8638	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8639	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8640	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8731	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	parte superior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8892	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8893	9,00 x 10,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra

ESPAÇO FOTOGRÁFICO

NÚMERO DO NEGATIVO	TAMANHO DO NEGATIVO	TIPO DE FOTO	ENQUADRAMENTO				NITIDEZ
			SENTIDO	DIREÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	ARRANJO	
CNG 8894	11,50 x 13,00 cm	instantâneo	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8895	11,50 x 13,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8959	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8961	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 8962	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8963	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 8964	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 9807	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 9857	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 9872	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste fraco, s/sombra
CNG 9875	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10019	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10021	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10022	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10358	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10359	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10361	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10362	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10363	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10364	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10365	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10528	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10961	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10962	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 10981	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10982	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10983	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	1 plano	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10984	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra

ESPAÇO FOTOGRÁFICO

NÚMERO DO NEGATIVO	TAMANHO DO NEGATIVO	TIPO DE FOTO	ENQUADRAMENTO				NITIDEZ
			SENTIDO	DIREÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	ARRANJO	
CNG 10985	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	direita	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 10986	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	2 planos	parte superior	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11031	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	direita	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11032	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11033	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 11035	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11085	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	3 planos	parte superior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11089	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	direita	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 11090	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11094	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	direita	4 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11103	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11104	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	parte inferior	obj. no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 11105	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	parte inferior	obj. no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 11107	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11199	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	centro	3 planos	parte inferior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11203	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	parte superior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11205	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	parte superior	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11207	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11209	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 11210	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste fraco, s/sombra
CNG 11211	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	1 plano	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11339	6,00 x 6,00 cm	instantâneo	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste forte, s/sombra
CNG 11684	11,00 x 8,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 11687	8,00 x 11,00 cm	pose	horizontal	centro	1 plano	linear	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 12283	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 12284	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 12417	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	2 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste fraco, s/sombra
CNG 12494	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra

ESPAÇO FOTOGRÁFICO

NÚMERO DO NEGATIVO	TAMANHO DO NEGATIVO	TIPO DE FOTO	ENQUADRAMENTO				NITIDEZ
			SENTIDO	DIREÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	ARRANJO	
CNG 13153	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 13154	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	2 planos	equilíbrio	obj. no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 13155	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste fraco, s/sombra
CNG 13183	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	esquerda	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra
CNG 13185	6,00 x 6,00 cm	pose	vertical	centro	3 planos	equilíbrio	tudo no foco, contraste suficiente, s/sombra

ANEXO V
ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

NATUREZA DO ESPAÇO/NÚMERO DO NEGATIVO

FEMININO	MASCULINO	ADULTO	INFANTIL	COLETIVO	INDIVIDUAL
CNG 312	———	CNG 312	———	———	CNG 312
CNG 321	———	CNG 321	CNG 321	CNG 321	———
CNG 324	———	CNG 324	———	———	CNG 324
CNG 1055	CNG 1055	CNG 1055	———	CNG 1055	———
CNG 1486	CNG 1486	CNG 1486	CNG 1486	CNG 1486	———
CNG 1617	———	CNG 1617	———	CNG 1617	———
CNG 1860	CNG 1860	CNG 1860	CNG 1860	CNG 1860	———
CNG 1874	CNG 1874	CNG 1874	CNG 1874	CNG 1874	———
CNG 1875	CNG 1875	CNG 1875	———	CNG 1875	———
CNG 1930	———	CNG 1930	———	———	CNG 1930
CNG 2042	CNG 2042	———	CNG 2042	CNG 2042	———
CNG 2043	———	CNG 2043	———	———	CNG 2043
CNG 2162	CNG 2162	CNG 2162	CNG 2162	CNG 2162	———
CNG 2163	CNG 2163	CNG 2163	CNG 2163	CNG 2163	———
CNG 2168	CNG 2168	CNG 2168	CNG 2168	CNG 2168	———
CNG 2403	CNG 2403	CNG 2403	———	CNG 2403	———
CNG 2405	———	CNG 2405	———	———	CNG 2405

ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

NATUREZA DO ESPAÇO/NÚMERO DO NEGATIVO

FEMININO	MASCULINO	ADULTO	INFANTIL	COLETIVO	INDIVIDUAL
CNG 2476	CNG 2476	CNG 2476	CNG 2476	CNG 2476	———
CNG 2477	CNG 2477	CNG 2477	CNG 2477	CNG 2477	———
CNG 2600	CNG 2600	CNG 2600	———	CNG 2600	———
CNG 2601	CNG 2601	CNG 2601	———	CNG 2601	———
CNG 2602	———	CNG 2602	———	CNG 2602	———
CNG 3464	———	———	CNG 3464	CNG 3464	———
CNG 3465	———	———	CNG 3465	———	CNG 3465
CNG 3580	———	———	CNG 3580	———	CNG 3580
CNG 3581	CNG 3581	CNG 3581	CNG 3581	CNG 3581	———
CNG 3585	CNG 3585	CNG 3585	CNG 3585	CNG 3585	———
CNG 4971	———	CNG 4971	———	CNG 4971	———
CNG 6082	CNG 6082	CNG 6082	———	CNG 6082	———
CNG 6083	CNG 6083	CNG 6083	———	CNG 6083	———
CNG 6084	CNG 6084	CNG 6084	———	CNG 6084	———
CNG 6085	CNG 6085	CNG 6085	———	CNG 6085	———
CNG 6102	CNG 6102	CNG 6102	CNG 6102	CNG 6102	———
CNG 6818	———	———	CNG 6818	———	CNG 6818
CNG 6819	———	———	CNG 6819	———	CNG 6819

ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

NATUREZA DO ESPAÇO/NÚMERO DO NEGATIVO

FEMININO	MASCULINO	ADULTO	INFANTIL	COLETIVO	INDIVIDUAL
CNG 6872	———	———	CNG 6872	———	CNG 6872
CNG 7449	———	CNG 7449	———	———	CNG 7449
CNG 7450	———	CNG 7450	———	———	CNG 7450
CNG 7451	———	CNG 7451	———	CNG 7451	———
CNG 7452	———	CNG 7452	———	CNG 7452	———
CNG 7455	———	CNG 7455	———	———	CNG 7455
CNG 7458	———	CNG 7458	CNG 7458	CNG 7458	———
CNG 7459	———	CNG 7459	———	CNG 7459	———
CNG 8550	———	CNG 8550	———	———	CNG 8550
CNG 8603	———	CNG 8603	———	———	CNG 8603
CNG 8632	CNG 8632	CNG 8632	———	CNG 8632	———
CNG 8635	CNG 8635	CNG 8635	———	CNG 8635	———
CNG 8636	CNG 8636	CNG 8636	———	CNG 8636	———
CNG 8637	———	CNG 8637	———	CNG 8637	———
CNG 8638	———	CNG 8638	———	———	CNG 8638
CNG 8639	CNG 8639	CNG 8639	———	CNG 8639	———
CNG 8640	CNG 8640	CNG 8640	———	CNG 8640	———

ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

NATUREZA DO ESPAÇO/NÚMERO DO NEGATIVO

FEMININO	MASCULINO	ADULTO	INFANTIL	COLETIVO	INDIVIDUAL
CNG 8731	CNG 8731	CNG 8731	———	CNG 8731	———
CNG 8892	CNG 8892	CNG 8892	———	CNG 8892	———
CNG 8893	CNG 8893	CNG 8893	———	CNG 8893	———
CNG 8894	CNG 8894	CNG 8894	———	CNG 8894	———
CNG 8895	———	CNG 8895	———	CNG 8895	———
CNG 8959	CNG 8959	CNG 8959	———	CNG 8959	———
CNG 8961	CNG 8961	CNG 8961	———	CNG 8961	———
CNG 8962	———	CNG 8962	———	———	CNG 8962
CNG 8963	CNG 8963	CNG 8963	———	CNG 8963	———
CNG 8964	———	CNG 8964	———	———	CNG 8964
CNG 9807	CNG 9807	CNG 9807	———	CNG 9807	———
CNG 9857	CNG 9857	CNG 9857	CNG 9857	CNG 9857	———
CNG 9872	CNG 9872	CNG 9872	CNG 9872	CNG 9872	———
CNG 9875	CNG 9875	CNG 9875	CNG 9875	CNG 9875	———
CNG 10019	———	CNG 10019	———	CNG 10019	———
CNG 10021	———	CNG 10021	———	CNG 10021	———
CNG 10022	———	CNG 10022	———	CNG 10022	———
CNG 10358	———	CNG 10358	———	———	CNG 10358

ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

NATUREZA DO ESPAÇO/NÚMERO DO NEGATIVO					
FEMININO	MASCULINO	ADULTO	INFANTIL	COLETIVO	INDIVIDUAL
CNG 10359	———	CNG 10359	———	CNG 10359	———
CNG 10361	———	———	CNG 10361	———	CNG 10361
CNG 10362	———	CNG 10362	———	———	CNG 10362
CNG 10363	———	CNG 10363	———	———	CNG 10363
CNG 10364	———	———	CNG 10364	———	CNG 10364
CNG 10365	———	———	CNG 10365	———	CNG 10365
CNG 10528	———	CNG 10528	———	CNG 10528	———
CNG 10961	———	CNG 10961	CNG 10961	CNG 10961	———
CNG 10962	———	CNG 10962	CNG 10962	CNG 10962	———
CNG 10981	CNG 10981	CNG 10981	CNG 10981	CNG 10981	———
CNG 10982	CNG 10982	CNG 10982	———	CNG 10982	———
CNG 10983	———	———	CNG 10983	———	CNG 10983
CNG 10984	CNG 10984	CNG 10984	———	CNG 10984	———
CNG 10985	———	———	CNG 10985	CNG 10985	———
CNG 10986	CNG 10986	CNG 10986	CNG 10986	CNG 10986	———
CNG 11031	CNG 11031	CNG 11031	CNG 11031	CNG 11031	———
CNG 11032	———	CNG 11032	———	CNG 11032	———

ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

NATUREZA DO ESPAÇO/NÚMERO DO NEGATIVO					
FEMININO	MASCULINO	ADULTO	INFANTIL	COLETIVO	INDIVIDUAL
CNG 11033	———	CNG 11033	———	CNG 11033	———
CNG 11035	CNG 11035	CNG 11035	CNG 11035	CNG 11035	———
CNG 11085	———	CNG 11085	———	———	CNG 11085
CNG 11089	———	CNG 11089	———	CNG 11089	———
CNG 11090	———	CNG 11090	———	CNG 11090	———
CNG 11094	———	CNG 11094	———	CNG 11094	———
CNG 11103	———	CNG 11103	CNG 11103	CNG 11103	———
CNG 11104	———	———	CNG 11104	———	CNG 11104
CNG 11105	———	———	CNG 11105	CNG 11105	———
CNG 11107	———	CNG 11107	———	———	CNG 11107
CNG 11199	CNG 11199	CNG 11199	CNG 11199	CNG 11199	———
CNG 11203	———	CNG 11203	CNG 11203	CNG 11203	———
CNG 11205	CNG 11205	———	CNG 11205	CNG 11205	———
CNG 11207	CNG 11207	CNG 11207	CNG 11207	CNG 11207	———
CNG 11209	CNG 11209	CNG 11209	CNG 11209	CNG 11209	———
CNG 11210	CNG 11210	CNG 11210	CNG 11210	CNG 11210	———
CNG 11211	CNG 11211	———	CNG 11211	CNG 11211	———

ESPAÇO DA FIGURAÇÃO

NATUREZA DO ESPAÇO/NÚMERO DO NEGATIVO

FEMININO	MASCULINO	ADULTO	INFANTIL	COLETIVO	INDIVIDUAL
CNG 11339	———	CNG 11339	———	———	CNG 11339
CNG 11684	———	CNG 11684	———	———	CNG 11684
CNG 11687	CNG 11687	CNG 11687	CNG 11687	CNG 11687	———
CNG 12283	CNG 12283	CNG 12283	———	CNG 12283	———
CNG 12284	CNG 12284	CNG 12284	———	CNG 12284	———
CNG 12417	CNG 12417	CNG 12417	CNG 12417	CNG 12417	———
CNG 12494	CNG 12494	CNG 12494	———	CNG 12494	———
CNG 13153	CNG 13153	CNG 13153	CNG 13153	CNG 13153	———
CNG 13154	———	CNG 13154	———	———	CNG 13154
CNG 13155	CNG 13155	CNG 13155	CNG 13155	CNG 13155	———
CNG 13183	CNG 13183	CNG 13183	CNG 13183	CNG 13183	———
CNG 13185	———	CNG 13185	———	———	CNG 13185

ANEXO VI
ESPAÇO GEOGRÁFICO

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Norte				
Estado do Amazonas				
Manaus	1953	trabalho doméstico	———	CNG 2476
Manaus	1953	trabalho doméstico	———	CNG 2477
Manaus	1953	trabalho doméstico	———	CNG 2600
Manaus	1953	trabalho doméstico	———	CNG 2601
Manaus	1953	trabalho doméstico	———	CNG 2602
Estado do Pará				
Castanhal	1953	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 2162
Castanhal	1953	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 2163
Castanhal	1953	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 2168
Território do Acre				
Tarauacá	1953	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 1055
Território do Amapá				
Mazagão	1953	———	trabalho doméstico	CNG 6872
Região Nordeste – parte ocidental				
Estado do Maranhão				
Codó	1957	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 3464
Codó	1957	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 3465

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Nordeste – parte ocidental				
Estado do Piauí				
Barras	1957	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 3580
Barras	1957	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 3581
Barras	1957	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 3585
Região Nordeste – parte oriental				
Estado do Ceará				
Aracati	1952	trabalho doméstico	———	CNG 312
Aracati	1952	trabalho doméstico	———	CNG 321
Aracati	1952	trabalho doméstico	———	CNG 324
Caririaçu	1962	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 11199
Caririaçu	1962	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 11203
Caririaçu	1962	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 11205
Caririaçu	1962	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 11207
Caririaçu	1962	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 11209
Caririaçu	1962	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 11210
Caririaçu	1962	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 11211

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Nordeste – parte oriental				
Estado da Paraíba				
João Pessoa	1957	trabalho doméstico	———	CNG 4971
Estado de Pernambuco				
Surubim	1953	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 1617
Cabrobó	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11085
Cabrobó	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11089
Cabrobó	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11090
Cabrobó	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11094
Cabrobó	1962	trabalho doméstico	trabalho doméstico	CNG 11103
Cabrobó	1962	———	trabalho doméstico	CNG 11104
Cabrobó	1962	———	trabalho doméstico	CNG 11105
Cabrobó	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11107
Exu	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11339
Região Leste – parte setentrional				
Estado da Bahia				
Irecê	1962	trabalho doméstico	———	CNG 10961
Irecê	1962	trabalho doméstico	———	CNG 10962

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Leste – parte setentrional				
Estado da Bahia				
Irecê	1962	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 10981
Irecê	1962	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 10982
Irecê	1962	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 10983
Irecê	1962	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 10984
Irecê	1962	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 10985
Irecê	1962	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 10986
Jacobina	1962	trabalho doméstico	trabalho doméstico	CNG 11031
Jacobina	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11032
Jacobina	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11033
Jacobina	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11035
Região Leste – parte meridional				
Estado de Minas Gerais				
Além Paraíba	1958	———	trabalho doméstico	CNG 6818
Além Paraíba	1958	———	trabalho doméstico	CNG 6819
Ouro Fino	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 7449
Ouro Fino	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 7450
Ouro Fino	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 7451

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Leste – parte meridional				
Estado de Minas Gerais				
Ouro Fino	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 7452
Ouro Fino	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 7455
Ouro Fino	1955	trabalho na agricultura familiar	trabalho na agricultura familiar	CNG 7458
Ouro Fino	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 7459
Estado do Espírito Santo				
Piúma	1960	trabalho doméstico	———	CNG 10528
Região Sul				
Estado de São Paulo				
Registro	1958	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 6082
Registro	1958	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 6083
Registro	1958	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 6084
Registro	1958	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 6085
Iguape	1958	trabalho industrial	———	CNG 6102
Presidente Bernardes	1960	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 9857
Santo Anastácio	1960	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 9872
Santo Anastácio	1960	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 9875
Lins	1960	trabalho industrial	———	CNG 10019

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Sul				
Estado de São Paulo				
Lins	1960	trabalho industrial	———	CNG 10021
Lins	1960	trabalho industrial	———	CNG 10022
Taquaritinga	1960	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 10358
Taquaritinga	1960	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 10359
Taquaritinga	1960	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 10361
Taquaritinga	1960	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 10362
Taquaritinga	1960	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 10363
Taquaritinga	1960	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 10364
Taquaritinga	1960	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 10365
Estado do Paraná				
Apucarana	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 1860
Arapongas	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 1874
Arapongas	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 1875
Jandaia do Sul	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 1930
Cruzeiro do Oeste	1960	trabalho doméstico	———	CNG 9807
Rondon	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 13153
Rondon	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 13154

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Sul				
Estado do Paraná				
Rondon	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 13155
Loanda	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 13183
Loanda	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 13185
Estado de Santa Catarina				
Florianópolis	1955	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 2042
Florianópolis	1955	trabalho doméstico	———	CNG 2043
Ponte Serrada	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 12283
Ponte Serrada	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 12284
São Carlos	1965	———	trabalho na agricultura familiar	CNG 12417
Dionísio Cerqueira	1965	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 12494
Estado do Rio Grande do Sul				
Candelária	1954	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 1486
Caxias do Sul	1959	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 8550
Farroupilha	1959	trabalho na agricultura familiar	———	CNG 8603
Garibaldi	1959	trabalho industrial	———	CNG 8632
Garibaldi	1959	trabalho industrial	———	CNG 8635
Garibaldi	1959	trabalho industrial	———	CNG 8636

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Sul				
Estado do Rio Grande do Sul				
Garibaldi	1959	trabalho industrial	———	CNG 8637
Garibaldi	1959	trabalho industrial	———	CNG 8638
Garibaldi	1959	trabalho industrial	———	CNG 8639
Garibaldi	1959	trabalho industrial	———	CNG 8640
Nova Petrópolis	1959	trabalho industrial	———	CNG 8731
Novo Hamburgo	1959	trabalho industrial	———	CNG 8892
Novo Hamburgo	1959	trabalho industrial	———	CNG 8893
Novo Hamburgo	1959	trabalho industrial	———	CNG 8894
Novo Hamburgo	1959	trabalho industrial	———	CNG 8895
Sinimbú	1959	trabalho industrial	———	CNG 8959
Sinimbú	1959	trabalho industrial	———	CNG 8961
Sinimbú	1959	trabalho industrial	———	CNG 8962
Sinimbú	1959	trabalho industrial	———	CNG 8963
Sinimbú	1959	trabalho industrial	———	CNG 8964

ESPAÇO GEOGRÁFICO

LOCAL RETRATADO	ANO	TRABALHO FEMININO	TRABALHO FEMININO INFANTIL	NÚMERO DO NEGATIVO
Região Centro-Oeste				
Estado do Mato Grosso				
Cuiabá	1955	trabalho doméstico	———	CNG 2403
Cuiabá	1955	trabalho doméstico	———	CNG 2405
Cuiabá	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11684
Cuiabá	1962	trabalho doméstico	———	CNG 11687

ANEXO VII
SISTEMA INFOBIB
INCLUSÃO/BUSCA DE DADOS

Fotografias

Informações sobre a fotografia

Registro:	8700
Título:	Mercado Ver-o-Peso
Subtítulo:	Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo
Exemplares:	01
Fotógrafo:	Tibor Jablonszky
Resp. evento:	Lúcio de Castro Soares
Descrição Física:	Contato p&b
Visualização:	PA2256.jpg
Assunto(s):	1. Pará 2. portos 3. Mercado Ver-o Peso 4. Belém (PA)
Observação:	Negativo 2256.

Tela de inclusão de fotografias no Sistema Infobib

acervo | fotografias

Título: ou

Subtítulo: ou

Fotógrafo: ou

Assunto:

Tela de busca/recuperação das imagens no Sistema Infobib